

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ – MS
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DA LUTA PELA TERRA EM CORUMBÁ-MS À FORMAÇÃO DOS
PROFESSORES LEIGOS NO ASSENTAMENTO TAQUARAL**

LUIZ CARLOS VARGAS

**CORUMBÁ-MS
2011**

**DA LUTA PELA TERRA EM CORUMBÁ-MS À FORMAÇÃO DOS
PROFESSORES LEIGOS NO ASSENTAMENTO TAQUARAL**

LUIZ CARLOS VARGAS

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação para obtenção do grau de
Mestre em Educação pela
Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul**

**Orientador:
Prof. Dr. Hajime Takeuchi Nozaki**

**CORUMBÁ – MS
2011**

**DA LUTA PELA TERRA À FORMAÇÃO DOS PROFESSORES LEIGOS NO
ASSENTAMENTO TAQUARAL CORUMBÁ - MS**

LUIZ CARLOS VARGAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO SOCIAL

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Hajime Takeuchi Nozaki (UFMS)
(Orientador)

Prof. Dra Mônica Magalhães Kassar (UFMS)

Prof. Dra Marlene Ribeiro(UFGRS)

**CORUMBÁ – MS
2011**

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à minha esposa Marilza Moreira Vargas e Paula minha filha, pela compreensão e carinho.

Um agradecimento especial aos componentes da banca composta pela Prof^a Dra Marlene Ribeiro da UFRGS, por ter aceitado participar da banca, colaborando com suas observações para melhorar o trabalho.

A Prof^a Dra Mônica Magalhães Kassar, minha professora da disciplina Pesquisa em Educação I e agora na banca examinadora de defesa sempre disposta a ajudar. Muito obrigado.

E em especial ao meu orientador, professor Hajime, que além de orientador, foi meu amigo que teve uma imensa paciência para entender as minhas dificuldades e limites no desenvolvimento deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

Às minhas colegas do Curso turma 2009: Patrícia, Claudia, Fernanda, Ana Cristina, Arlei, Polyana, Lucimeire, Edith, Andrea, Sônia, Fé, Flávia e Valéria pela troca de experiências.

Em especial aos professores Nadir Zago, Ester Senna, Anamaria Santana, Edelir Salomão, Ana Lúcia Espíndola e Maria de Lourdes Contini pelo apoio e incentivo.

À secretária do Programa de Pós-graduação em Educação a Sr^a Cleide de Paula Canela que esteve sempre pronta a nos atender com muita alegria.

Aos integrantes do Grupo de Estudos Nucleados do Trabalho e Educação – GENTE, núcleos de Corumbá e de Três Lagoas, pelos momentos de estudo nos seminários que me proporcionaram um crescimento quanto ao referencial teórico e metodológico.

Aos meus colegas professores da Escola Municipal José de Souza Damy – EJA, noturno, pelo apoio.

Também aos meus colegas professores da Escola Estadual Rotary Club do período matutino pelo incentivo.

À Comissão Pastoral da Terra, nas pessoas de Amélia Pereira de Santana Zanella, Delari Maria Bottega Ebeling, Osvaldo dos Santos e Pe.

Pascoal Forin, pela liberação para participar das aulas.

À Prefeitura Municipal de Corumbá pela liberação para me dedicar aos estudos.

Aos meus pais: Puras Vargas de Andrade e Altamiran de Andrade que sempre me incentivaram a continuar os meus estudos.

Às minhas irmãs Anna Lúcia, Kelly Cristina, Maria do Carmo e Dorys, que sempre me apoiaram nos meus estudos.

RESUMO

Este trabalho visa analisar a Luta pela Terra em Corumbá-MS e a formação de professores leigos do assentamento Taquaral. Elegem-se algumas questões a serem investigadas no processo de luta pela terra: como se dá o processo de luta pela terra no Brasil? Que tipos de conflitos ocorreram na luta pela terra no Brasil? Qual a contribuição dos movimentos sociais no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul? Como se deu o processo de luta pela terra no assentamento Taquaral? Como aconteceu a educação no assentamento Taquaral? Como foi a formação dos professores leigos? Elege-se como referencial teórico o materialismo histórico-dialético, para se entender a realidade, o princípio do conflito e a contradição como algo permanente. Aplicaram-se entrevistas semi-estruturadas a seis trabalhadores das três agrovilas, dois dos movimentos sociais e cinco professores no assentamento Taquaral, analisando quatro eixos: a) a história antes de entrar no movimento e durante o acampamento; b) as condições concretas da luta pela terra; c) o nível de consciência antes e depois da luta pela terra e; d) a formação dos professores leigos e o seu envolvimento na luta pela terra. Os trabalhadores, por meio de um longo e conflituoso processo de luta pela terra conquistaram o seu lote para tirar o sustento de suas famílias. Dessa forma, estão plantando, comercializando e se apropriando dos bens materiais produzidos. De professores voluntários à profissioanализação, hoje todos têm o curso superior e com pós-graduação como especialização e mestrado. Foi uma longa trajetória na qual os trabalhadores conseguiram através da luta pela terra um lote para tirar o seu sustento. Hoje todos os professores estão qualificados com curso superior, contribuindo na luta na terra e um ensino de qualidade no assentamento.

Palavras-chave: Trabalhadores Rurais, Professores, Educação do Campo

RESUMEN

Este trabajo pretende analizar la lucha por la tierra en Corumbá-MS y la formación de profesores seculares del asentamiento Tacuaral. Elegidos son algunas cuestiones que podrían investigarse en la lucha por la tierra: ¿cómo es el proceso de lucha por la tierra en Brasil? ¿Qué tipo de conflictos se produjo en la lucha por la tierra en Brasil? ¿Cuál es la contribución de los movimientos sociales en Brasil y en el estado de Mato Grosso do Sul? ¿Cómo fue el proceso de lucha por la tierra en el asentamiento Tacuaral. Elegido como el materialismo histórico y dialéctico teórico, para comprender la realidad, el principio del conflicto y la contradicción como algo permanente. A través de entrevistas semi-estructuradas fueron aplicadas a seis trabajadores rurales de los tres agrovilas, dos de los movimientos sociales y cinco maestros en el asentamiento de Tacuaral, que será examinada a través de tres ejes: Historia - Antes de unirse al movimiento y durante el campamento; las condiciones concretas de la lucha por la tierra y el nivel de conciencia antes y después de la lucha por la tierra. Los trabajadores, a través de un proceso largo y polémico de la lucha por la tierra ganó su mucho para conseguir el apoyo de sus familias, por lo que se siembra, el comercio de bienes y apropiarse de los materiales producidos. De profesores voluntarios de profesionalización hoy en día todos tienen la universidad y la escuela de posgrado de especialización y maestría. Fue una larga historia en la que los trabajadores se a través de la lucha por un lote de terreno para hacer una vida decente y la educación con los maestros que en un principio eran voluntarios y ahora todos los graduados universitarios cualificados, contribuyendo a la lucha por la tierra en una educación de calidad en el asentamiento.

Palabras clave: trabajadores rurales, los maestros, educación del campo.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 A LUTA PELA TERRA – BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL	10
1.1 Questão Agrária no Brasil.....	10
1.2 O Nascimento dos Movimentos Sociais no Campo.....	26
1.2.1 O Nascimento das Ligas Camponesas.....	26
1.2.2 O Nascimento da Comissão Pastoral da Terra – CPT.....	28
1.2.3 O Nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST.....	30
1.3 A Luta pela Terra em Mato Grosso do Sul.....	37
1.4 O Nascimento de uma Educação Popular nos Acampamentos e Assentamentos.....	40
Capítulo II QUESTÕES TEÓRICA METODOLÓGICA DA LUTA PELA TERRA.....	48
2.1 Método, estratégia e procedimento de pesquisa: analisando a luta pela terra.....	49
2.2 Do Acampamento ao Assentamento Taquaral – Corumbá-MS.....	60
Capítulo III Do Acampamento ao Assentamento Taquaral : Uma longa trajetória na Conquista da Terra.....	70
Considerações Finais.....	96
Referências Bibliográficas.....	99
Apêndices.....	104

LISTA DE SIGLAS

AEC – Associação das Escolas Católicas
CEBs – Comunidade Eclesiais de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPAs – Cooperativas de Pequenos Agricultores
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CPPSs - Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EFA – Escola Família Agrícolas
ENERA – Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária.
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAC - Juventude Agrária Católica
MAB – Movimento dos Atingidos pela Barragens
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas.
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
SABs – Sociedade Amigos do Bairro
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SEAF – Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO – Fundo das nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura.
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Meus amigos vou tentar
Aqui agora escrever uma história de luta
Que emociona a quem lê
Esta história foi feita com a ajuda da CPT
Há mais de quinze anos
Nossa luta começou
Vendo o povo oprimido
A CPT se apiedou
Segundo sua missão
A luta se iniciou
Em Mato Grosso do Sul
Era uma escravidão danada
Arrendatários e bóia-fria
Fé, esperança era nada
Trabalhava ano inteiro
Como uma alma penada.

(Sebastião Arnaldo de Souza – Tião Preto)

A minha formação acadêmica foi na área de licenciatura plena em matemática, curso que obtive durante os cinco anos que servi na marinha do Brasil. Uma vez concluído, optei por seguir a carreira de docente, prestando concurso primeiramente na rede estadual. Posteriormente, na rede municipal de ensino, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, passei a acumular três períodos de serviços, desde 1992.

Na comunidade sempre participei das CEBs (Comunidade Eclesiais de Base), atuando nos círculos bíblicos e colocando-me a par das reais necessidades da comunidade Cristo Redentor, em Corumbá-MS, habitada na sua maioria por migrantes bolivianos, vivendo sem a mínima infraestrutura, como água, asfalto, postos de saúde, educação e segurança.

Na Diocese de Corumbá, já tinha sido formada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, em 1992, fui convidado para trabalhar como secretário. Naquele momento passei a conhecer todo trabalho da comissão como organização dos assentados em associação. Eram mini-projetos (grupos de produção), saúde alternativa (ervas medicinais) e o apoio financeiro das Cáritas Brasileiras, que financiavam projetos com sementes, filtros, cabras, nos quais os beneficiados se comprometiam a devolver uma parte para se fazer um fundo rotativo para beneficiar outras famílias do assentamento. Em 1992, já estavam assentados os trabalhadores do assentamento Taquaral, que é objeto desta dissertação.

Como secretário da Comissão Pastoral da Terra, tive acesso a todos os documentos e relatórios dos trabalhos desenvolvidos nos assentamentos. Porém, foi quando participava das comunidades eclesiais de base, ouvia muito falar do assentamento Taquaral, no qual as famílias que acamparam foram expulsas e as notícias corriam por todas as comunidades solicitando roupa e alimentação, pois havia crianças e idosos que precisavam muito de ajuda.

Já no plano nacional, situava-se um período em que se evidenciava a marcha dos trabalhadores rurais. Por isso, na década de 1970, em todo o país, a concentração da terra tirava as perspectivas de vida dos trabalhadores rurais sem terras, ou pequenos proprietários, pressionados pelos latifundiários que, assim, vendiam suas terras, indo para a periferia das cidades, ou partindo em busca da terra prometida, acabando na miséria (CPT, 1993).

Pomar (2009) faz uma descrição sobre a origem dos latifundiários e sua constituição:

Até o final da primeira metade do século 20, elas ainda eram parte do presente. No entanto, desde então, foram se transformando, cada vez mais, em coisas do passado. Seus descendentes modernizaram-se. São ainda proprietários de grandes extensões territoriais, mas só eventualmente lembram os antigos senhores de terras e de homens. De tal modo, que muita gente sequer sabe que os latifundiários de hoje começaram sua história, no Brasil como donatários e sesmeiros, senhores dos sertões e amos de escravos. Primeiro foram senhores de engenhos de açúcar e de plantações de cana, e colonos sesmeiros plantadores e fornecedores de cana. Depois, também foram fazendeiros de gado, preadores de índios e de escravos fugidos, mineradores de ouro, diamantes e outras pedras preciosas, estanceiros, e fazendeiros de algodão e café. Com o tempo, formaram uma classe social, a classe dos latifundiários, cuja raiz estava fincada na propriedade territorial. (p. 19).

Desse modo, classificando o camponês como marginal para mantê-los excluídos da terra, a burguesia comandou todo o processo de mudanças, objetivando criar, paralelamente, seu mercado de trabalho industrial e uma agricultura moderna que garantissem o suprimento de matérias primas agrícolas. A burguesia, juntamente com os latifundiários, apavorados com as ameaças de reforma agrária reivindicada pelos camponeses, na lei ou na marra organizou e dirigiu o golpe militar de 1964, para impedir qualquer espécie de parcelamento agrário. Logo depois, porém, fez decretar o Estatuto da Terra.

Além disso, o regime militar colocou à disposição dos latifundiários e novos capitalistas agrários um vasto pacote de instrumento de assistência

técnica e extensão rural, pesquisas agrícolas e pecuárias, bem como novos cursos de formação agrônômica e veterinária. Tal pacote não era baseado na lógica da produção de monocultura em grandes extensões de terra, mas na lógica do aumento da produção e da produtividade, com a utilização de máquinas, equipamentos e insumos, que reduzissem em escala a necessidade de mão de obra na agricultura (ibid.).

As migrações constantes, de expulsão do campo, ocorreram, sobretudo nesta década, em razão do processo de penetração do capital no campo, que intensificou a proletarianização rural e, conseqüentemente, o inchaço das grandes cidades. Além disso, o grande fluxo migratório para a região norte levou alguns bispos, numa reunião em Itaici (SP), durante a XIV Assembleia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a preparar um encontro para análise e ação pastoral sobre os problemas do uso e posse da terra e o fenômeno migratório. Esta reunião aconteceu em Goiânia (GO), em junho de 1975, com a participação de 67 pessoas, representando 26 regiões eclesiais da CNBB e, como fruto deste encontro, nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nacional, ligada à linha missionária. (CPT, op. cit.).

A CPT, em Mato Grosso do Sul, surgiu e foi se expandindo por algumas regiões do estado como um espaço no qual o lavrador podia refletir, analisar sua realidade e a partir daí se organizar, ajudando-o a encontrar, criar o jeito de se organizar. Em 1978, constatando a necessidade de união e organização da classe camponesa para lutar por seus direitos, juntos, agentes e lavradores, decidiram que o trabalho da CPT de ajudar os camponeses, era importante e deveria ser aprofundado. Os objetivos traçados foram ajudar os lavradores, à luz do evangelho, a descobrir que têm o dever e a capacidade de construir um mundo diferente, colaborar para que o homem e a mulher do campo seja parte integrante da sociedade e despertar e apoiar o esforço continuado de unir os lavradores.

Em todo Mato Grosso do Sul intensificaram as ocupações e os acampamentos rurais acompanhados pela CPT e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), depois de muitas lutas, reivindicações e sofrimento em baixo da lona preta. Em 2009, Corumbá contava com sete assentamentos de reforma agrária, criados entre 1984 e 2004, oriundos de desapropriações, totalizando a reintegração de 1.165

famílias ao processo produtivo agrícola, sendo o quarto município do estado que mais efetuou a divisão de terras e o assentamento de famílias.

O município detém as maiores extensões de propriedades rurais do estado de Mato Grosso do Sul e sua história se confunde com o processo de aquisição de glebas antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança ou do Paraguai (1864-1870), quando se registra intensa escalada de violência contra as populações originárias, particularmente os índios Guató e Guaicuru.

Decorrente de políticas de reforma agrária, o primeiro dos sete assentamentos implantados na região de Corumbá, ainda anterior ao processo de implantação do Programa Nacional de Reforma Agrária da Nova República de 1985, previsto no Estatuto da Terra de 1964, foi o Tamarineiro I, beneficiando 134 famílias, das quais 39 famílias de ex-arrendatários eram provenientes da área de conflito no município sul-mato-grossense de Naviraí (MENEGAT, 2003).

O segundo assentamento criado em Corumbá foi o Urucum, implantado em 1986, o qual estabeleceu 87 famílias, 58 destas oriundas da região Sul do estado. Em 1987, foi implantado o terceiro assentamento, o Mato Grande, estabelecendo 50 famílias. Desse total de famílias, oito já eram posseiras na própria área, 16 foram cadastradas pelo INCRA na região de Corumbá e 26 foram selecionadas de outras regiões do estado, especialmente dos acampamentos dos municípios de Mundo Novo, Eldorado e Naviraí.

Em 1989, foi instalado o Taquaral, com 394 famílias, 89 delas naturais de Corumbá e as demais oriundas do assentamento provisório Santo Inácio, no município de Anastácio, denominado mais tarde de Marcos Freire, em homenagem ao ex-ministro da Reforma Agrária vítima de desastre aéreo na Amazônia. Este assentamento é o objeto de pesquisa, pois se destaca pela sua contribuição na luta pela terra em Mato Grosso do Sul.

Em 1996, implantou-se o quinto assentamento em Corumbá, o Tamarineiro II. Nele foram assentadas 431 famílias em lotes com média de 16 hectares cada. A história desse assentamento apresenta características diferentes dos outros, por ter sido o único assentamento do município em que as famílias travaram luta pela área, o que culminou com a desapropriação da terra. Ocuparam por diversas vezes a área, sendo sempre despejadas, até

que, passados quatro anos de disputas com sucessivas ocupações e despejos, deu-se a desapropriação.

Na luta pela terra do Tamarineiro II, as famílias contaram especialmente com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo o único assentamento do município no qual existe a atuação desse movimento. Os demais assentamentos contaram, em seus primeiros anos de instalação, com o apoio da CPT, sem a presença do MST.

O Paiolzinho foi o sexto assentamento instalado em Corumbá, beneficiando 72 famílias, em 1996. Nele foram beneficiadas, em lotes com média de 16 hectares, 14 famílias procedentes dos municípios de Tacuru e de Itaquirai e 58 famílias de Corumbá, também remanescentes dos assentamentos já instalados (ibid.).

O mais recente assentamento de Corumbá é o São Gabriel, de 2005, quando o governo federal promoveu o assentamento de 292 famílias oriundas de todo o estado. Houve muitas denúncias de setores sindicais contrários ao segmento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT Rural), sob acusação de que teria havido superfaturamento na aquisição das terras. Curiosamente, a liderança ruralista do estado, sempre alerta a qualquer iniciativa de reforma agrária, permaneceu alheia nesse episódio. Foi o único assentamento implantado em Corumbá durante os dois mandatos do primeiro governo de José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, e do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (CPT, op. cit.).

Ainda que desde que 1984 tenham sido criados no município de Corumbá, pelo INCRA, sete projetos de assentamento rural, a ausência de infra-estrutura local, políticas de assistência e promoção da agricultura familiar e mercado para o escoamento da produção dos assentamentos rurais têm levado a um esvaziamento das comunidades rurais, cada vez mais expostas a um novo tipo de ocupante, muitas vezes ligados ao crime organizado – próprio, aliás, das regiões fronteiriças, ainda mais quando a localização incita os agentes do crime organizado à cooptação de pseudolideranças sindicais que mais se confundem com gendarmes ou jagunços a serviço de terceiros.

Embora setores conservadores bastante influentes na região entendessem que a expansão de projetos de assentamentos rurais pelo INCRA não seja positiva, graças ao número de famílias assentadas nos sete projetos

de assentamento locais, em torno de seis mil habitantes, segundo o Censo 2000 do IBGE, a população de Corumbá não sofreu crescimento negativo, isto é, não teve redução de habitantes. Contudo, nem por isso as instituições governamentais que funcionam ali têm desenvolvido algum projeto ou serviço para mitigar a precariedade em seu bojo.

Mesmo localizados no coração do Pantanal, caracterizados pela abundância de água, os referidos núcleos agrícolas, em sua maioria, se ressentem da ausência ou precariedade do abastecimento de água potável para consumo humano e até para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Por conta disso, a equipe local da CPT desenvolveu, em 2007, diversas ações em assentamentos do município de Corumbá (ibid.).

Entretanto, o retrocesso ocorrido com os movimentos sociais na última década na luta pela terra fez com que a equipe local da CPT adotasse algumas estratégias de mobilização, de modo interdisciplinar. Assim, segundo o relatório anual de 2007, nos assentamentos Paiolzinho, Taquaral e São Gabriel foram construídas cisternas de placa para captação de água de chuva; realizadas atividades de acompanhamento e preparação para o plano de consolidação do assentamento com vistas à implantação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal; oferecidos cursos sobre ervas medicinais, apicultura, diversificação e manejo de solo, enfrentamento à violência contra a mulher (Lei Maria da Penha) e o adolescente (exploração sexual e tráfico de seres humanos), direitos previdenciários, bem como inúmeras reuniões preparatórias de lideranças para a autonomia da coletividade, sobretudo as mulheres, para reivindicar nos órgãos competentes melhoria no transporte escolar e no ensino oferecido, além da oferta de projetos de inclusão digital e a ampliação do projeto Luz para Todos.

Do instigante legado do educador e pensador Paulo Freire (1996), tem-se, a propósito do papel do homem como agente social, que “a compreensão da história como possibilidade e não determinismo se sente incompatível com ele e, por isso, o nega.” (p. 92). Assim:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmo, superando, assim, sua "convivência" com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1987, p. 52).

Milton Santos (1994) traz uma oportuna e contemporânea reflexão acerca do necessário estudo a ser empreendido sobre as demandas sócio-ambientais e o desenvolvimento nestes pouco generosos tempos de globalização:

A história do homem sobre a terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para poder dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história da natureza humana. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução. (p.17).

Podemos dizer que o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe pura do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não capitalista. Aceitar tal assertiva implica trabalhar com a noção de formação econômico social na concepção marxista, que a emprega para explicar a totalidade do processo do capital, cujo núcleo é seu desenvolvimento desigual. Portanto, apesar de o campesinato ser uma relação não capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção (ALMEIDA, 2003).

Neste início de século, parece ser este o grande nó: insistir no economicismo, na viabilidade econômica dos assentamentos, seguir a lei do mercado ou assumir o caráter de classe da reforma agrária, isto é, o enfrentamento entre terra de trabalho (camponeses) *versus* terra de negócio (capitalistas). Caso o caminho seja a primeira opção, deixaremos de questionar a estrutura do poder, isto é, a ruptura do pacto terra/capital, fazendo a reforma agrária do Estado que combina o arcaico e o moderno, por conseguinte,

agradando a elite fundiária pela possibilidade que cria de ser justa, lenta e com prévia indenização (ibid.).

No Brasil, a discussão sobre a organização econômica e social nos assentamentos de reforma agrária tem sido, atualmente, objeto de preocupações de vários segmentos e sujeitos sociais, governamentais ou não. Tanto os assentamentos, como as diversas modalidades de cooperação e de cooperativas que ali se constituem têm sido vistos como fenômenos sociais importantes surgidos na década de 1990, pela potencialidade que possuem de contribuir para gerar emprego e renda e solucionar os problemas relacionados à pobreza e à exclusão social (SILVA, 2004).

Outro argumento que justifica o estudo dos assentamentos é o fato de que se constituem em assentamentos cuja origem é um movimento social e um movimento sindical. Isto é, há que se considerar que as pessoas que o integram estão ali mediante o emprego de um artifício incomum na sociedade capitalista. O seu acesso à terra não se deu através de quaisquer relações de compra e venda, que são reconhecidamente as formas legítimas de apropriação territorial aqui no Brasil. Pelo contrário, a terra onde vivem e trabalham foi fruto de uma conquista, de ato de força sobre o Estado, de uma racionalidade diferente da usualmente empregada pelas demais pessoas na administração de seu cotidiano. As pessoas que ali residem, portanto, não podem ser consideradas comuns. Na sua história trazem consigo marcas que as distinguem de todas as outras pessoas cujas vidas não se resolvem pela luta ou pelo confronto. Num determinado momento de suas vidas e da história do país, transformaram-se em sujeitos de um movimento social e sindical, ousando desafiar um sistema, colocando a continuidade de sua existência pela concretização do ideal de conquistar a terra e nela permanecer (ibid.).

Por outro lado, só conquistar a terra não se mostra suficiente, é preciso ter uma educação que possa contribuir na luta pela terra e na terra, uma escola que no seu interior trabalhe a questão da terra para que a criança e os jovens possam se dedicar futuramente à terra e nela permanecerem.

Assim, o objetivo da pesquisa é analisar a história da luta pela terra em Corumbá e a formação dos professores leigos, particularmente no assentamento do Taquaral, sob a visão das lideranças e dos professores, dos

diferentes grupos, organizações internas do assentamento, considerando suas condições concretas.

Justifica-se este estudo pela sua importância dentro de um contexto maior de luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul. Procura-se destacar, com este empenho, uma atitude definitiva de ir para a luta, não só de um grupo, porém, trabalhadores de várias regiões do estado, dando assim visibilidade a um movimento maior e consolidado, no qual se formou o assentamento Taquaral em Corumbá-MS.

Neste sentido, para se atingir o objetivo geral, elegeram-se algumas questões a serem investigadas no processo de luta pela terra: como se dá o processo de luta pela terra no Brasil? Que tipos de conflitos ocorreram na luta pela terra no Brasil? Qual a contribuição dos movimentos sociais no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul? Como se deu o processo de luta pela terra no assentamento Taquaral? Como aconteceu a educação no assentamento Taquaral? Como foi a formação dos professores leigos?

Utilizando o materialismo histórico-dialético, pretendeu-se ir à essência da luta pela terra em Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul do período de 1985 a 2004, tendo como estratégia a pesquisa de campo e como procedimento entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas às lideranças dos trabalhadores rurais, professores e movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra que acompanharam todo processo de luta desde a formação do acampamento em Santo Inácio no município de Anastácio-MS.

Os capítulos foram divididos procurando ter uma visão da realidade da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, porém não perdendo de vista a origem da luta pela terra no Brasil. O capítulo I discorreu sobre como se desenvolveu a luta pela terra no Brasil e em Mato Grosso do Sul e os diversos conflitos agrários no processo de luta pela terra e o nascimento dos movimentos sociais neste campo. O capítulo II, após apresentar o materialismo histórico-dialético, evidenciou o processo de luta pela terra e a caracterização do assentamento Taquaral na fase de acampamento até a formação de assentamento em Corumbá. No capítulo III, analisou-se o acampamento até a formação do assentamento Taquaral e a formação dos professores. Nas considerações finais, foi elaborada uma avaliação do que se conseguiu avançar na reconstrução da luta pela terra no Taquaral, a formação dos professores e

apontar as questões em aberto que merecem ser retomadas em estudos posteriores.

CAPÍTULO I

LUTA PELA TERRA – BRASIL E MATO GROSSO DO SUL

A propriedade não tem somente direitos,
tem também deveres(...)
Se for eleito, não separarei mais as duas questões
– a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo.
Uma é complemento da outra.
Acabar com a escravidão não nos basta;
é preciso destruir a obra da escravidão.

(Joaquim Nabuco, 1884, líder abolicionista)

Neste capítulo foi realizada uma revisão da literatura sobre a luta pela terra, com ênfase para o contexto nacional e estadual de Mato Grosso do Sul, dentro de uma perspectiva histórica. Para tal, o capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira parte abordou-se a questão agrária no Brasil, na segunda o nascimento dos movimentos sociais do campo, o nascimento das Ligas Camponesas, da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Na terceira parte, discorreu-se sobre a Luta pela terra em Mato Grosso do Sul e na quarta parte o nascimento de uma educação popular nos acampamentos e assentamentos.

1.1 A Questão Agrária no Brasil

O Brasil nasceu com um sistema que concedia, a título de exploração, as suas terras, tendo como mão de obra os escravos e índios, sistema este que perdura até os dias atuais, com a existência da figura dos latifundiários.

O conceito de questão agrária pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito de questão agrária sempre esteve mais ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na história, o termo questão agrária é usado para ajudar a explicar a evolução da política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (STÉDILE, 2005a).

Ainda que não seja foco da pesquisa, para a análise do discurso oficial do colonizador com a sua performática versão do descobrimento do Brasil, é inevitável observar o início do processo de ocupação das terras do então recém-colonizado país-continente, cujo nome sempre esteve ligado à atividade exploratória europeia. Não por acaso a sucessão de nomes, todos vinculados à destinação das vastas e exuberantes terras de além-mar. Além disso, as experiências de sesmarias, capitanias hereditárias e concessões de terras a senhores da corte, muitas vezes sem qualquer vocação para as atividades agrárias, revelam o caráter explorador do colonizador europeu, quer fosse lusitano, castelhano, holandês, francês ou inglês. Neste sentido José de Souza Martins (1986) ressalta: “a história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes” (p. 26).

Anteriormente ao chamado descobrimento do Brasil pelo português Pedro Álvares Cabral, em 1500, já existiam populações que viviam nesta região com uma organização e estilo de vida próprios, conforme atesta João Pedro Stédile (op. cit. p. 19):

Para efeito do estudo da questão agrária nesse período, sabe-se que esses povos viviam no modo de produção do comunismo primitivo. Organizavam-se em agrupamentos sociais de 100 a 500 famílias, unidos por algum laço de parentesco, de unidade idiomática, étnica ou cultural. Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território – terra, água, rios, fauna, flora – eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a finalidade de atender às necessidades de sobrevivência social do grupo. E quando os bens da natureza se tornavam escassos em determinadas regiões, os grupos se deslocavam para outros locais, o que caracterizava a sua condição de vida nômade.

Assim, o Brasil, desde o ano do chamado descobrimento pelos portugueses, iniciou-se o período de colonização de exploração, em que se apossaram de uma terra habitada por populações originárias, ou os assim chamados índios, em cuja cultura não havia o sentido de propriedade construído pelas sociedades de transição feudo-capitalistas ocidentais de então. Aliás, estudiosos como Nelson Sodré (1973) atribuem o salto evolutivo histórico-social de Portugal e outras metrópoles europeias ao modelo de coloniza o explorador e escravista desenvolvido entres os séculos XVI e XIX,

a um elevado custo de vidas humanas na América e na África, continentes até então mais evoluídos do ponto de vista material.

É de suma importância trazer à tona as mais diversas formas de conflitos travados pelos trabalhadores rurais, desde a chegada dos portugueses por ocasião da expansão marítima com um projeto de exploração, tomando como mão de obra a princípio os indígenas, negros africanos (escravizados), imigrantes europeus, principalmente para a cultura do café em substituição à mão de obra negra.

A estrutura fundiária diz respeito à forma como a propriedade da terra está distribuída e tem motivado a preocupação de muitos estudiosos da questão agrária, pois a propriedade da terra torna-se elemento fundamental para a compreensão do campo brasileiro.

Neste sentido, João Fabrini (2008), decorre sobre o monopólio das terras no período da lei das Sesmarias, e ressalta que:

O monopólio da posse da terra no Brasil teve início no período colonial em que a Lei das Sesmarias regulava a apropriação da terra. No Latifúndio, a atividade principal era a destinada à exportação e ocupava os melhores solos. À margem da atividade principal, encontrava-se a produção de alimentos. Estas atividades eram realizadas por pequenos produtores livres que pagavam uma renda ao proprietário, ou pelos próprios escravos, nos domingos e feriados, em solos de menor fertilidades do latifúndio. Os posseiros desenvolviam atividades agrícola separadas da grande lavoura, trabalhando na maioria com a própria família. (p. 55).

Com o fim do sistema de sesmaria, no início do século XIX, ocorreu aumento das posses, até que, em 1850, uma lei foi elaborada disciplinando e definindo a posse da terra, a Lei de Terras. As terras devolutas somente deveriam ser apropriadas mediante a compra. Enquanto a mão de obra era escrava, as terras estavam livres, mas com a Lei de Terra em 1850 e a abolição da escravatura um pouco mais tarde, as terras ficaram escravizadas por meio da propriedade privada capitalista (ibid.).

Nos últimos anos, a sociedade brasileira tem presenciado, por intermédio da reforma agrária, a uma reestruturação, mesmo que insípida, da propriedade rural que quebra a hegemonia do latifúndio, intocada durante séculos ao longo da história (MENEGAT, 2003).

Uma questão econômica e política, mas também uma relação social caracterizada pelo mando/subserviência, pela escravidão/sujeição, uma das marcas culturais de nossa sociedade rural, ainda não foi totalmente superada. A nossa oligarquia rural sempre procurou evitar qualquer ação que contestasse a propriedade da terra, utilizando-se para isto de seu prestígio político e do uso da máquina do Estado, para coibir qualquer ameaça à estrutura fundiária vigente (ANDRADE, 1996, apud *ibid.*).

Atualmente se acentua uma reordenação da posse da terra feita com a intenção de minimizar situações de contestação provocadas pelos movimentos sociais, especialmente o MST, mantendo-se o quadro agrário do latifúndio praticamente intocável, salvaguardando assim os interesses da grande propriedade, mesmo daquelas que se apresentam improdutivas (MENEGAT, *op. cit.*).

A contestação e a revolta contra o regime latifundiário se fizeram presentes desde um passado distante, ampliando-se após a proclamação da república, que levou a transferência de poder sobre as terras às oligarquias rurais regionais. O caso da Revolta de Canudos, Contestado e Cabanagem retratam um processo de resistência ao domínio dos latifundiários coronéis (FABRINI, *op. cit.*).

A concentração de terras, de modo geral, não é somente resultado da aglutinação de pequenos lotes de camponeses expropriados no processo de modernização conservadora. É resultante principalmente de uma política de ocupação e apropriação concentrada da terra promovida pelo Estado (*ibid.*).

Como se verifica, a concentração da posse da terra tem raízes profundas e vem de longa data devido ao tipo de ocupação e colonização implantado no território brasileiro. A concentração e monopólio da terra, que permanecem, e até se intensificam nos dias atuais, têm sido uma das principais razões do surgimento de conflitos no campo brasileiro, manifestado, entre outras formas, por lutas promovidas pelos camponeses (*ibid.*).

A história do Brasil foi fortemente marcada por fenômenos de migração. Primeiramente, migraram os povos indígenas ao contato com os invasores. Em segundo lugar os negros trazidos da África à força e escravizados para o Brasil, que no interior do país acompanharam a trajetória dos ciclos econômicos do açúcar, ouro e café. Os europeus se constituíram no terceiro

contingente de migrantes que marcaram nossa história, cujo objetivo dessa migração era serem braços livres para a lavoura (MINOZZO, 1996).

Nesse sentido, as terras, ao longo da história do Brasil foram concedidas para serem exploradas junto com seus habitantes, o trabalho nelas era objeto de exploração escravista nos diferentes ciclos econômicos que se sucederam dentro do modelo monocultor imposto para atender à então recém-estabelecida divisão internacional do trabalho: pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração e café.

A terra, então, não tinha valor no sentido capitalista, pois a riqueza se media pela quantidade de negros que os senhores possuíam, conseqüentemente a disputa ou luta pela terra se dava em outro contexto: fruto da cultura feudal introduzida pelo colonizador. A terra tinha um sentido de poder extra-monetário, em que o poder era expresso pela extensão de suas glebas ou sesmarias, e a disputa era de ordem política, ora junto à corte lusitana ou seus representantes de além-mar, ora contra as populações originárias, quando eram empreendidas campanhas desproporcionais de saque, pilhagem e usurpação, sempre em nome de sua majestade real ou do credo religioso oficial dos reinos europeus.

O que caracteriza a Lei nº 601, de 1850, é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra e estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra. Mas, para isso, deveria comprar, portanto, pagar determinado valor à Coroa Portuguesa (STÉDILE, op. cit.).

Neste sentido, Martins (op. cit.) contribui afirmando que: “antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que traz para o confronto direto camponeses e fazendeiros.” (p. 63).

Essa característica visava, sobretudo, impedir que os futuros ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo

nenhum bem, não teriam, portanto, recursos para comprar, pagar pelas terras à Coroa. E assim continuariam à mercê dos fazendeiros, como assalariados. A Lei nº 601 foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (ibid.).

No nosso país, a reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e da luta pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações políticas camponesas, principalmente, desde a década de cinquenta, com o crescimento das ligas camponesas. Todavia, a luta pela terra é uma política que nasceu com o latifúndio. Portanto, é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições (FERNANDES, 1993).

Na realidade, a diferenciação da luta pela terra da luta pela reforma agrária é fundamental, porque a primeira acontece independentemente da segunda. Todavia as duas são interativas. Durante séculos, os camponeses desenvolveram a luta pela terra sem a existência de projeto de reforma agrária. O primeiro projeto de reforma agrária do Brasil é da década de 1960; o estatuto da terra, elaborado no início do governo militar e que nunca foi implantado. A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, que envolve toda a sociedade. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária (ibid.).

Em 1835, surge, em Belém do Pará, um movimento de revolta, denominado de Cabanos, conforme Magna Ricci (2007, p.2):

A revolução social dos cabanos que expodiu em Belém do Pará, em 1835 deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América Caribenha, intensificando um importante tráfico de idéias e de pessoas.

Contrastando com este cenário amplo, a Cabanagem normalmente foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. No entanto, os cabanos e suas lideranças vislumbravam outras perspectivas políticas e sociais. Eles se autodenominavam patriotas, mas ser patriotas não era necessariamente sinônimo de ser brasileiro. Este sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos e etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum. Esta identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdade (ibid.).

Em cada vila ou aldeia nasciam outros chefes cabanos. Populações inteiras de índios e quilombolas foram chamadas à luta armada em um movimento tão vasto e complexo que só pode ser entendido dentro de uma perspectiva internacional, mas também de idéias e práticas revolucionárias. É neste rico mundo que os cabanos criaram seus próprios mecanismos construtores de sua cidadania. É esta cidadania que o maior repressor dos cabanos, o General Soares Andréa, vislumbrava no povo da Amazônia e em seu pacto secreto.

Mitsue Morissawa (2001) classifica a luta pela terra no Brasil em três fases: a) as lutas messiânicas, que se deram entre 1888 e a década de 1930; b) as lutas radicais localizadas e espontâneas, entre 1930 e 1954, c) e as lutas organizadas, com caráter ideológico e de alcance nacional, entre 1950 e 1964.

Na concepção de Morissawa (ibid.), as lutas messiânicas que se deram entre 1888 e a década de 1930, se caracterizam pela presença de líder religioso, que às vezes o consideravam um profeta a pregar a igualdade e justiça para a população carente e sofrida. Por exemplo, em Canudos, estado da Bahia, houve a figura do beato Antônio Conselheiro, que dizia que todos têm direito à terra. As lutas messiânicas todas, após várias resistências, sempre foram massacradas pelo poder do exército e da polícia para se evitar um confronto com o governo central, neste caso a República, que continuou a representar o poder dos senhores de terra, detentores absolutos do poder provincial (estadual) e local, como nos tempos da colonização ou no império.

Martins (op. cit.) narra o desfecho desta guerra com o massacre dos camponeses:

A guerra de canudos constituiu-se, portanto, num desdobramento das disputas entre os coronéis sertanejos ou entre estes e o governo. A necessidade da derrota dos habitantes de Canudos passou a representar uma peça importante na disputa pelo poder federal entre militares e civis ligados aos interesses do café. Quatro expedições militares, a última das quais envolvendo mais de 10 mil soldados, foram lançados contra os sertanejos. As três primeiras foram severamente derrotadas, permitindo que os camponeses se armassem, resultando inclusive na morte de Moreira César. Num primeiro momento, a quarta expedição foi igualmente derrotada, sendo reforçada para garantir o esmagamento da população de Canudos. (p. 54).

O fim da escravidão no século passado não foi suficiente para remover as injustiças sociais e o nordeste latifundiário viu nascer no sertão a luta sangrenta de Canudos. Camponeses e exército lutaram por mais de um ano (OLIVEIRA, 1996).

Além da guerra de Canudos, outro movimento messiânico marcou muito a história de luta pela terra dos camponeses, que ficou conhecida como guerra do Contestado. Conforme Martins (op. cit.):

A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil “vaqueanos”, combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos. (p.26).

Ainda, a respeito da guerra acima descrita, Martins (ibid.) avalia que:

Os sertanejos do Contestado, como os de canudos, permaneceram segregados da contaminação do mundo urbano, criando seus redutos, suas vilas santas, seu território sagrado. Chegaram a atacar e incendiar pelo menos uma grande cidade da região, Curitiba, ao invés de tomá-la e marcharam em direção à outra grande cidade, Porto União, em direção à Capital, Curitiba. Este último episódio se deu após a declaração de Guerra Santa, o que ocorreu apenas em setembro de 1914, dois anos após o início da Guerra. Também no Contestado, como em Canudos, os camponeses foram destruídos, no final já enfraquecidos e sem condições de lutar em virtude da fome que tomara conta dos redutos. (p.27).

Segundo Mitsue Morissawa (op. cit.), com relação às lutas armadas que se deram entre 1930 e 1954, espalharam-se por todo o Brasil, tais como com os posseiros da rodovia Rio-Bahia; Trombas e Formoso: território livre; no

Norte e Sudoeste do Paraná; Sudoeste do Maranhão; em terras fluminenses e São Paulo; Pontal e Santa Sé do Sul.

Para Morissawa (ibid.), as lutas organizadas :

Desde o final do século XIX, os grileiros derrubavam a Mata Atlântica ali, para transformá-la em pasto e colocar umas cabeças de gado, apenas para justificar sua presença na terra e poder especular com a terra. Para escaparem da fiscalização do governo, usavam as famílias sem terra, consentindo que plantassem para a subsistência. Aqui de novo a velha tática: “Vem cá, seu Zé, plante aí suas rocinhas e, se aparecer alguém do governo diga que é empregado meu, viu? Mas olhe, pra ficar na fazenda, o senhor tem que formar uns pastos pra mim”. Depois que haviam conseguido que precisavam expulsavam as famílias da área e utilizavam seus jagunços contra as que resistiam em deixar suas posses. (p. 92).

Em Pernambuco, em 1954, as ligas camponesas ressurgiram e se organizaram em outros Estados do Nordeste, bem como em outras regiões. Neste mesmo ano, o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB, que se organizou em quase todo território nacional (FERNANDES, op. cit.).

No Rio Grande do Sul surgiu, no final da década de 1950, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MASTER. Os agricultores sem-terra eram assalariados, parceiros e também os pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, os sem terra começaram a organização de acampamentos e territorializaram a luta por todo o estado. Receberam o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro do então governador Leonel Brizola e ficaram circunscritos ao Rio Grande. Com o golpe militar de 1964, todos esses movimentos camponeses foram aniquilados.

Considerando o período entre 1940 e 1964, esse tempo foi abundante em lutas de resistência pela conquista da terra. Em Minas Gerais, nos vales dos rios Mucuri e Doce, os posseiros formaram vários movimentos camponeses e resistiram à expropriação. Na região de Governador Valadares, em Minas Gerais, desde o início da década de 1940, os posseiros enfrentaram fazendeiros interessados naquelas terras, por causa da construção da rodovia Rio-Bahia. Para formar fazendas, os fazendeiros impuseram aos posseiros a condição de derrubar a mata para a formação de pastos, e só poderiam plantar para a subsistência.

Ainda, nos vales dos rios Mucuri e Doce, agora no Espírito Santo, na porção noroeste do Estado, ocorreram vários conflitos, onde muitos camponeses foram assassinados pela Polícia Militar e jagunços. Nessa região está localizado o município de Ecoporanga. No final da década de 1940, a região era contestada pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Essas terras estavam ocupadas por posseiros e passaram a ser disputadas por fazendeiros – grileiros –, que procuravam tirar vantagem daquela situação indefinida (ibid.).

Em Goiás, no norte do Estado, com a construção da Transbrasiliana e por causa do projeto de colonização promovido pelos governos federal e estadual, as terras da região foram valorizadas. As terras devolutas, ocupadas de 40 a 64, por posseiros, passaram a ser griladas por fazendeiros. O processo de legalização fundiária foi feito por meio de documentos falsos. Iniciou-se um processo de resistência nos povoados de Trombas e Formoso, que foram atacados por jagunços e pela Polícia Militar. Os camponeses resistiram e as lutas multiplicaram-se pelo Estado até serem dizimadas pelo governo militar.

No norte e no sudoeste do Estado do Paraná, ocorreram diversos conflitos por terra. Na região de Porecatu aconteceu um enfrentamento armado entre posseiros e a polícia. Desde meados da década de 40, os posseiros estavam em luta com um grande latifundiário, que recebia proteção do governador do Estado, envolvido em negócios irregulares com a compra e venda de terras. No Sudoeste do Estado, também aconteceram manobras ardilosas com as terras devolutas, entre o governo e latifundiários, gerando conflitos com os trabalhadores que lá viviam.

No Maranhão, em meados da década de 50, na região do Pindaré, chegaram famílias expulsas do vale do Mearim, que foram expulsas do Piauí e que já vinha expulsas do sertão do Ceará. Nessa mesma época, iniciou o processo de grilagem da região, expulsando novamente muitas famílias, que partiram para o oeste e sudoeste do Maranhão, sempre em busca da terra liberta dos latifundiários e da conquista da liberdade. Assim, camponeses migrantes e expulsos chegaram na região que depois se tornaria conhecida como Bico do Papagaio. Desde essa época iniciaram os conflitos entre grileiros e posseiros que transformaria a região em uma das mais violentas do Brasil,

com intensos conflitos por terra e de contínua resistência dos camponeses (ibid.).

Oliveira (op. cit.) mostra um pouco a questão da expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras:

Em função da violenta concentração da propriedade fundiária, um grande número de pequenos lavradores perde ou deixa o seu principal meio de trabalho (a terra) para os capitalistas de todos os tipos [...] (p. 50). Daí deriva a lógica da luta pela posse/propriedade da terra travada pelos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso à terra no Brasil. (p. 110).

Avelino Júnior (2004) dá algum detalhe de quem são os trabalhadores rurais que lutam pela terra e são expulsos dela:

Participam da luta pela terra, de um lado, não só aqueles que foram excluídos do campo por causa da modernização da agricultura, mas também, diversos povos indígenas, negros que vivem em antigos quilombos, comunidades de posseiros, foreiros, arrendatários ou parceiros nordestinos que decidem transformar a sua dispensa em conquista da terra, filhos de pequenos proprietários tradicionais, diaristas, assalariados e/ou subempregados e desempregados do campo e da cidade, os seringueiros, os ribeirinhos, as vítimas da seca do Nordeste e os atingidos por barragens. (p. 124).

Bernardo Mançano Fernandes (1993) nos dá outra caracterização do termo camponês afirmando que, com o seu estabelecimento, a sociedade moderna subordinou o campo à cidade. Dessa forma, o modo de vida urbano submeteu o modo de vida rural. O camponês brasileiro foi estereotipado como fraco e atrasado.

O crescimento da luta pela terra dimensionava a questão agrária, colocando a reforma agrária na pauta política. Esse avanço foi acompanhado por disputas pela sua representação. A ULTAB era dirigida pelo Partido Comunista. A Igreja Católica estava dividida em dois setores: o conservador e o progressista. O primeiro, no Rio Grande do Norte, criou o Serviço de Assistência Rural. Em Pernambuco criou o Serviço de Orientação Rural e no Rio Grande do Sul a Frente Agrária Gaúcha. O segundo setor da ação católica era liderado pela Confederação dos Bispos do Brasil – CNBB –, e formou o Movimento de Educação de Base, que trabalhava com a alfabetização e com a formação política dos camponeses (FERNANDES, op. cit.).

Segundo Rosemeire Almeida (2003), o termo camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades lingüísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora

às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado esse conceito, ainda não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de capitalismo, proletariado e, é claro, modo de produção, potenciais de reificação, isto é, pode ser enganoso, assim como pode ser usado para enganar, especialmente quando utilizado de maneira ingênua. A autora (ibid.) ensina que se tem dito corretamente que o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância. É verdade também que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais.

Martins (op. cit.) contribui sobre a nova relação entre o camponês e o latifundiário e afirma:

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da cidade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (p. 22).

A terra passa agora a ter valor com o fim da escravidão, o negro dá lugar à terra como fonte de riqueza, expropriada pelos grandes fazendeiros, conforme ressalta Martins (ibid., p.62):

A apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, que fora subproduto da escravidão, passa a ser condição de sujeição do trabalho livre, instrumento para arrancar do camponês mais trabalho. A característica violência pessoal e direta, que confrontava os camponeses entre si e entre eles e os fazendeiros, começa a se transformar numa resistência de classe.

Tom Bottomore (1983) nos dá uma definição do que seja campesinato: “Termo que geralmente designa o conjunto daqueles que trabalham na terra e possuem seus meios de produção: ferramenta e a própria terra.” (p. 42). No Brasil, o que se percebe é que o camponês, ao contrário desta clássica caracterização, é o que não tem nada, depende totalmente do proprietário de terras, possui apenas a sua força de trabalho.

Segundo José Santos (1978), na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é uma atividade orientada para a transformação de objetos, na qual a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa nem a consequente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade.

A partir de 1960, o Brasil passou por um processo de urbanização intensa. Em 1960 tinha 44% da população residindo em cidades. Em 1980, este número subiu para 67%. Na década de 60 saíram 13 milhões de pessoas do campo com destino às cidades; já na década de 70 este número aumentou para 15 milhões. Estes dados mostram que, em consequência do êxodo rural (saída da população do campo com destino à cidade), o Brasil passou a ter a maioria da população morando nas cidades, que devido ao rápido crescimento e a falta de estrutura, apresentaram problemas sérios como, por exemplo, violência, falta de moradia, ausência de saneamento básico e falta de emprego para todos. (MINOZZO, op. cit.).

Na atualidade, 15 anos depois deste projeto, é importante ver o impacto do agronegócio com a ocupação irregular de terras e expulsão de agricultores e, do mesmo modo, o da construção de hidroelétricas que invadem terras indígenas, de agricultores e quilombolas. O trabalho escravo e infantil observado nas lavouras de cana, o assassinato de índios e de lideranças dos trabalhadores rurais e a falta de condições básicas como educação para os filhos, saúde pública, estradas e alternativas de comercialização dos seus produtos também empurram os agricultores em direção às periferias das cidades.

Minozzo (ibid.) cita alguns motivos para o trabalhador rural sair de suas terras: a concentração da propriedade da terra, muitas terras nas mãos de poucos, a valorização da terra e especulação praticada pelas grandes empresas agropecuárias; o trabalho temporário no campo, no qual os agricultores se transformam em volantes ou bóias-frias; o não cumprimento da legislação trabalhista no campo; a introdução da pecuária em lugar da agricultura e a mecanização das técnicas agrícolas, com a substituição do trabalhador pela máquina.

Os camponeses que são expulsos da terra no Brasil seguem dois caminhos: alguns partem do campo para as periferias das cidades, outros procuram novas terras para morar e produzir.

Estas mudanças capitalistas que ocorrem na agricultura brasileira provocam, por um lado, a diminuição da pequena propriedade principal fornecedora de alimentos para o mercado interno e, por outro lado, o aumento do trabalhador assalariado.

Além disso, a terra se transforma em reserva de valor, ou seja, é utilizada para especulação e não para produção. O pequeno produtor é expulso da terra, sendo incentivado à produção de mercadorias para a indústria e para a exportação. Este modelo de desenvolvimento capitalista no campo provoca uma série de conflitos que se espalham pelo Brasil todo.

É importante contrapor dois momentos aparentemente iguais, porém, em momentos diferentes, um no século XVI, quando, na chamada acumulação primitiva, por Marx (2008b), quando ressalta que:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grande massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seu meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. (p. 263).

No período de 1930 a 1964, algo semelhante acontece no Brasil, quando Stédile (op. cit.) assim o descreve:

Os camponeses cumpriram o papel de fornecer mão-de-obra barata para a nascente indústria na cidade. O Êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses – em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária – se iludissem com os novos empregos e salários na indústria. Foi, assim, um período histórico em que praticamente todas as famílias camponesas enviaram seus filhos para as cidades, no Sudeste e no Sul do país, para serem operários nas fábricas. (p. 29).

Assim, chega a década de 1960, num cenário que apresenta uma agricultura modernizada, capitalista e um setor camponês completamente subordinado aos interesses do capital industrial.

Estes conflitos são provocados pelo embate entre os trabalhadores que querem a terra para produzir e aqueles que possuem o título de propriedade da terra, mas destinam esta terra à especulação. O Estado têm sido um aliado dos grandes proprietários, não encaminhando soluções, levando, portanto, ao conflito.

É importante ressaltar que em 1985 a sociedade estava discutindo o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, da Nova República, preconizado desde a criação do Estatuto da Terra, em 1964, durante a ditadura militar que durou até 1985.

A lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964, dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências, é um marco no processo de luta pela terra, agora passando a uma Reforma Agrária, porém foi uma lei vazia uma vez que a ditadura militar de 1964 a 1985 inviabilizou todo o processo de implantação, conforme preconizava a lei, por exemplo, o 1º plano Nacional de Reforma Agrária. No Estatuto da Terra (BRASIL, 2002) está escrito:

Art. 1º Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.& 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. Art. 13 O poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social. Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

O estatuto prevê a elaboração de um programa Nacional de Reforma Agrária, que foi inviabilizado pela ditadura militar, acontecendo apenas em 1985, no governo de José Sarney, vice-presidente que assumiu pela morte do presidente Tancredo Neves.

O 1º Plano de Reforma Agrária de 1985 beneficiou em pouco os trabalhadores na sua luta pela terra, uma vez que não quebrava com o latifúndio e sim, foi mais um dos instrumentos para iludir os trabalhadores na sua marcha pela terra.

Maria David e colaboradores (1997) compartilham do mesmo pensamento quando afirmam que os programas de colonização,

regulamentação fundiária e desapropriação empreendidos pelos governos nas últimas décadas mostram-se como as formas tradicionalmente utilizadas para enfrentar a questão do acesso à terra, sendo, pois, formas que encobrem as reais necessidades de se empreender uma política de divisão de terras no Brasil. Essas são formas empregadas mais com o intuito de atender a pressões diversas, dentre elas pressões sociais e políticas, frequentemente explosivas, do que visando obter um desenvolvimento rural duradouro, relacionado aos incrementos sustentados da produção, da produtividade e do emprego, que resultariam em melhorias na qualidade de vida da população.

Para confirmar essa falta de compromisso do Estado em relação à real solução da distribuição da terra no Brasil, basta verificarmos os dados trazidos por David e colaboradoras (ibid.), referentes à implantação de assentamentos. As autoras (ibid.) tomaram por base dados de meados da década de 1980, quando foi implantado o Programa Nacional de Reforma Agrária no Brasil, e a analisaram esses dados até o ano de 1994.

O governo Sarney (1985-1990) havia fixado, inicialmente, a meta de dar acesso à propriedade da terra a 1,4 milhão de famílias, mas beneficiou efetivamente apenas 90 mil, menos de 6% do total pretendido. Durante o governo Collor (1990-1992), no qual prometeu inicialmente terra a 500 mil famílias, foram praticamente interrompidos tanto o processo de inscrição de novas terras ao cadastro como novas desapropriações. Neste período, somente 23 mil famílias receberam o título de propriedade das terras, provenientes do estoque deixado pelo governo precedente. O governo de Itamar Franco (1992-1994), que havia previsto dar acesso à terra a 20 mil famílias em 1993 e a 60 mil em 1994, beneficiou somente 12.600 famílias. (p. 21).

Quanto ao governo de Fernando Henrique Cardoso, durante o primeiro mandato (1995 a 1998) seu programa de reforma agrária previa distribuir 400 mil títulos de propriedades. No entanto, após sua eleição, esse objetivo de campanha foi reduzido à meta de beneficiar 260 mil famílias para os quatro anos de governo. Conforme dados do INCRA, o governo de Fernando Henrique Cardoso desapropriou no período que vai de 1995 até o ano 2000. Já no segundo ano de seu mandato, desapropriou 10.385.114 hectares, beneficiando 372.866 famílias, em 2.723 projetos de assentamento. Esse período, se analisado de forma global, não estabelecendo uma separação entre as políticas de assentamento e as políticas de regulamentação, aparece na história da reforma agrária como o período em que se deu o melhor

desempenho do governo federal em termos de números de famílias assentadas, hectares desapropriados e incentivos para a produção (MENEGAT, op. cit.).

Dos números acima citados, parte se refere à desapropriação de novas áreas para a criação de assentamentos e parte é oriunda da regulamentação de áreas já existentes, ocupadas por posseiros, porém, sem o título de posse ou mesmo de assentamentos já instalados, mas com parceiros sem o título de posse definitiva. O problema é que o governo não evidencia os números executados em cada situação, apresentando-os num total geral, o que torna impossível avaliar individualmente seu desempenho, isto é, separando suas ações no que se refere às políticas de desapropriação e suas ações para as regulamentações jurídicas (ibid.).

1.2 O Nascimento dos Movimentos Sociais Populares do Campo

No início do século XX, já era comum a existência de movimentos ligados à questão rural, assim como movimentos que lutavam pela conquista do poder político. Em meados de 1950, os movimentos nos espaços rural e urbano adquiriram visibilidade através da realização de manifestações em espaços públicos (rodovias, praças, etc.). Os movimentos populares urbanos foram impulsionados pelas Sociedades Amigos de Bairro - SABs - e pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Nos anos 1960 e 1970. Mesmo diante de forte repressão policial, os movimentos não se calaram. Havia reivindicações por educação, moradia e pelo voto direto. Em 1980 destacaram-se as manifestações sociais conhecidas como "Diretas Já" (SOUZA, 2009a, p. 44).

A luta pelo acesso à terra se fortaleceu em plena resistência à ditadura, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e mais tarde o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), em substituição às Ligas Camponesas de Francisco Julião e às ações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que eram muito fortes no início da segunda metade do século XX.

1.2.1 O nascimento das Ligas Camponesas

As Ligas Camponesas nasceram da luta pela reforma agrária na região nordeste do Brasil, sobretudo em Pernambuco. Teve à frente o líder camponês Francisco Julião e aos poucos foi se desenvolvendo ao longo de todo o país, ganhando a adesão dos trabalhadores rurais de diferentes estados da federação. Mas, com o golpe militar de 1964, a perseguição de seus dirigentes e militantes pôs fim ao movimento, que acabou servindo de inspiração à CPT e ao MST décadas depois.

O assalariado agrícola, ou seja, o operário do campo, era o indivíduo que vendia sua força de trabalho para o capitalista rural que, por sua vez, era o proprietário da terra e dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho. Vivia numa pequena casa miserável da usina de açúcar, em cujo barracão comprava, por preços exorbitantes, alimentos da pior qualidade. No barracão, desde o primeiro dia de trabalho, o assalariado agrícola era devedor permanente, jamais um credor (STÉDILE, 2005b).

José Graziano da Silva (1985, apud RIBEIRO, 2010) destaca a visibilidade dos camponeses que rompem com o silêncio e o isolamento que lhes foi imposto pela ditadura militar e buscam fazer alianças com trabalhadores urbanos. Junto com a reivindicação de uma reforma agrária ampla e massiva, com a participação dos trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais traziam o combate à carestia e ao desemprego e a defesa das liberdades democráticas.

A partir dos anos 80, a luta pela terra saía assim dos seus contornos legais (Constituição, Estatuto da Terra), para ingressar no movediço terreno da luta política e das alianças de classe. O movimento sindical de trabalhadores rurais estava muito mais organizado desta vez; também o dos urbanos; e a bandeira da reforma agrária fora hasteada ao lado das lutas que mobilizavam os setores urbanos, como o desemprego e carestia (ibid.).

Os trabalhadores rurais, na luta pela terra, declaram os seus direitos à terra e deixaram evidente a consciência de classe para si, conforme salienta Ribeiro (op. cit., p. 122):

Os conflitos mostram grupos de trabalhadores, com suas famílias, ocupando terras ou sendo despejadas de suas posses ou sendo ameaçados enquanto nelas permanecerem. Na luta, esses companheiros se unem para garantir aquilo que entendem como direito à vida e ao trabalho: a terra para morar, plantar, criar os filhos, a liberdade de viver, a autonomia para produzirem-se enquanto tais. Esse processo tem uma dimensão educativa de formação de classe para si, colocando-se a emancipação social como horizonte.

Já a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) teve a sua gênese ao longo de décadas, desde fins da década de 1930, tendo se consolidado com o processo de democratização de 1946. Seu ápice foi o período de intensa participação popular ocorrido nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1962-1964). Mas com a ditadura militar de 1964 o movimento sindical rural foi duramente reprimido, tendo desestruturado a entidade-mor dos camponeses do Brasil e, quando da redemocratização de 1986, a sua composição não mais refletia os anseios do campesinato brasileiro.

1.2.2 O nascimento da Comissão Pastoral da Terra – CPT

A ação pastoral da igreja católica junto aos trabalhadores do campo é muito anterior à criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na verdade, em termos históricos, a CPT surgiu alguns anos depois da desarticulação e desmobilização da Juventude Agrária Católica (JAC). A crise dessa ação católica especializada se agravou pela conjunção de diversos fatores: as divisões internas assentadas em divergências em relação às opções políticas que deviam ser tomadas, os desentendimentos em relação a correntes na hierarquia eclesiástica e a forte repressão política sobre os militantes. Em 1975, ela sobrevivia meio disfarçada em iniciativas no Sul e Nordeste do país. Alguns dos seus responsáveis questionaram a ligação com a CPT por considerá-la uma forma de trabalho excessivamente aberta, exposta à repressão. As marcas das torturas experimentadas conferiam seriedade a isso que hoje poderia ser considerado um cuidado exagerado. (POLETTI, 1997).

A igreja Latino-americana, neste momento está sofrendo reflexos do Concílio Vaticano II (1962-1965), em que a abertura da igreja Católica ao debate sobre as demandas populares resultou nas reuniões do CELAM, em Medellín (Colômbia), em 1968, e em Puebla (México), em 1979, onde as

reflexões dos bispos resultaram na “opção preferencial pelos pobres”, conforme consta no documento da CNBB na Conferência de Santo Domingo, que diz:

Em continuidade com as Conferências de Medellín e de Puebla, a Igreja reafirma a opção preferencial pelos pobres. Uma opção não exclusiva nem excludente, pois a mensagem da salvação está destinada a todos. p 18

Em 1974, na Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaiaci (SP), numa reunião com os demais bispos da região, foi proposto um encontro de Pastoral da Amazônia, e questionou-se se a igreja já havia vivido com intensidade a experiência da repressão violenta da ditadura (ibid.).

A missão da Comissão Pastoral da Terra, uma vez viabilizada por meio do reconhecimento da CNBB como um organismo pastoral autônomo, foi definida exatamente em função dos desafios enfrentados pelas igrejas da Amazônia. A proposta era evitar ser um movimento, para não repetir experiências anteriores e para não substituir iniciativas e organizações autônomas dos trabalhadores, deveria ser uma comissão, um serviço em favor do crescimento da articulação, proporcionando assessoria necessária, promovendo a dinamização dos trabalhos pastorais em favor das comunidades camponesas da região.

Foi assim criada, em meio ao conflito, gerando outros conflitos. Para os grandes proprietários e grileiros, significava a prática organizada da igreja comunista, contrária ao Papa e a Deus; para os ditadores e seus favorecidos, era mais uma ameaça à segurança nacional, criadora de conflitos no campo; para alguns bispos e padres, uma estranha pastoral, não entendendo como a terra precisaria de pastoral. No conjunto, os setores dominantes sentiram que estava surgindo algo que poderia incomodar, ameaçando desestabilizar seus privilégios (ibid.).

De modo geral, com o golpe militar, o acesso ao conhecimento por parte dos camponeses, que lhes permitisse um entendimento das questões político-agrárias, estava cerceado, o que gerou uma acomodação ou aceitação diante da nova postura assumida pelas entidades. Entretanto, já começam a aparecer resistências quando, não se sentindo representados por estas entidades, buscam outras formas de organização. No entanto, é preciso ressaltar que o silêncio imposto pelo golpe militar resultou em um trabalho dos camponeses,

uma vez que os proprietários de terra podiam agir livre e impunemente, beneficiados também pela censura da imprensa (GHENDINI, 2009).

A partir deste período, a formação para os trabalhadores do campo passou a ser protagonizada pela CPT como um elemento importante nesta perspectiva, pois, se antes a formação no espaço pastoral dava-se num sentido messiânico de conformidade em sofrer diante dos problemas, posteriormente se daria na perspectiva de organização e de luta, fundamental para a formação dos camponeses. Surgia um novo sujeito social, o/a militante, lutador/a do povo, numa mistura de mística religiosa e luta política (ibid.).

O movimento gerado antes do golpe militar mantinha um processo tenso no campo, represando a luta anterior. A CPT, neste contexto de exceção, conseguiu canalizar as resitências com uma contribuição fundamental para que a organização dos trabalhadores sem terra se constituísse num movimento único, de abrangência nacional e com um caráter ideológico capaz de enfrentar a ditadura militar, contribuindo para que o movimento no campo renascesse com outra finalidade (STÉDILE; FERNANDES, 1999, apud ibid.)

Sabe-se historicamente o quanto a Igreja Católica, desde o período colonial, trouxe consigo a aliança de poder com o Estado. Nesse percurso de relações de poder fundamentadas na troca de favores e na manutenção dos interesses de ambas as partes, num ou noutro momento houve certo distanciamento, particularmente no contexto da Primeira República, momento em que se deu a instituição do casamento civil, a constituição de cartórios para regulamentar a propriedade da terra, papel que até então era assumido pelas paróquias, entre outras mudanças que limitaram o poder temporal das igrejas. (BORGES; KUDLAVICZ, 2008).

Mas, com o fim da Primeira República e instauração do governo de Vargas, deu-se uma retomada dos laços entre igreja e governo, ao chamar a atenção para o ano de 1930, quando Getúlio Vargas tomou o poder, e o cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, apressou-se em realizar um acordo com o novo presidente, a fim de recuperar inúmeros privilégios que a igreja havia perdido na Primeira República (ibid.).

Com o despontar dos movimentos sociais populares do campo, em fins da década de 1970 e o seu ápice nos anos 80, a exemplo do nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CPT, que já incorporara

esta prática das CEBs, deu continuidade ao trabalho de apoio e esperança da Igreja Católica a esses trabalhadores sem terra, posseiros, bóias-frias.

Nos anos de 1980, principalmente, podemos perceber que a Igreja, por meio da CPT, fora sensível para captar e expressar o que era comum ao campesinato: o desejo da terra de trabalho, sem desqualificar a luta e nem tomar o lugar dos agentes sociais.

1.2.3 O nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido pela sigla MST, é um movimento social brasileiro cujo objetivo é a implantação da reforma agrária no Brasil. Teve origem na aglutinação de movimentos que faziam oposição ou estavam desgostosos com o modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente na década de 1970, o qual priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica. Contrariamente a este modelo, o MST declara buscar a redistribuição das terras improdutivas (SOUZA, op. cit.).

Apesar dos movimentos organizados de massa pela reforma agrária no Brasil remontarem apenas às Ligas Camponesas, associações de agricultores que existiam durante as décadas de 1950 e 1960, o MST proclama-se como herdeiro ideológico de todos os movimentos de base social camponesa ocorridos desde que os portugueses entraram no Brasil, quando a terra foi dividida em sesmarias, por favor real, de acordo com o direito feudal português, fato este que excluiu em princípio grande parte da população do acesso direto à terra (ibid.).

Uma das atividades do grupo consiste na ocupação de terras improdutivas como forma de pressão pela reforma agrária, mas também há reivindicação quanto a empréstimos e ajuda para que realmente possam produzir nessas terras. Para o MST, é muito importante que as famílias possam ter escolas próximas ao assentamento, de maneira que as crianças não precisem ir à cidade e, desta forma, fixar as famílias no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. Pode-se dizer que a história das Ligas Camponesas tem sua continuidade no MST. Essencialmente porque elas, tal como o MST, constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas que se travavam pela terra. Mas principalmente porque defendiam uma reforma agrária para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante (MORISSAWA, op.cit.).

O MST é um movimento de massa de caráter sindical, popular e político. Luta-se por terra, reforma agrária e mudança na sociedade. São os princípios gerais deste Movimento: a) construir uma sociedade sem exploradores em que o trabalho tenha supremacia sobre o capital; b) a terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade; c) garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; d) buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; e) difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais, e f) combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (ibid.).

O programa de Reforma Agrária do MST tem as seguintes consignas: a) modificar a estrutura da propriedade da terra; b) subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; c) garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores; d) buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos (MST, 1995).

Balduino (2004) destaca o papel do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST):

É uma herança variada e muito rica de inspiração mística, de disciplina pessoal e grupal, de intuição de caminhos novos de conquista da democracia, da cidadania, da mudança, enfim, por meio da luta pela terra e na terra, de relacionamento autônomo, independente do poder, sem jamais se deixar envolver ou cooptar por ele. Em alguns pontos, entretanto, o MST inova, comparado a esses antecessores seus. (p.22).

Na década de 1970 se estimulou a mecanização e a modernização da lavoura, como parte da política agrária introduzida no Brasil pela ditadura militar. O Estatuto da Terra tinha ficado no papel e o governo passou a incentivar a agricultura capitalista. As máquinas substituíram muitos trabalhadores e permitiram o aumento de produção numa escala com a qual é difícil competir no braço. Rapidamente os assalariados do campo, os arrendatários e parceiros foram sendo expulsos dos latifúndios, principalmente no Sul. Ao mesmo tempo, grandes hidrelétricas foram construídas, como a de Itaipu, no Paraná, desapropriando muitos pequenos proprietários que viviam e produziam nas áreas atingidas pela inundação das represas (MORISSAWA, op. cit.).

O avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. (MARTINS, op. cit.).

Não foi preciso que as forças produtivas se desenvolvessem em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalista de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade.

O avanço do campesinato é visto como um impedimento ao avanço do processo capitalista, que procura tornar o camponês um assalariado. Neste sentido, Martins (ibid., p.13) afirma:

A compreensão teórica do que é o processo histórico de transformação da sociedade, o processo que resolve a contradição entre a produção social e a apropriação privada pela qual o capitalismo se constitui e se define, torna-se possível com o surgimento da classe operária, o trabalhador expropriado e assalariado. Tal processo, na verdade, seria impedido pelo trabalhador, pelo camponês, que ergue sua resistência à expropriação capitalista, porque fazê-lo seria o mesmo que opor resistência ao processo histórico, aos efeitos historicamente positivos da expropriação e do desenraizamento do campesinato, uma condição fundamental para o desenvolvimento capitalista.

O camponês mantém a sua resistência, porém, considera-se que a mudança se dará apenas com o trabalhador assalariado, do operário. Na avaliação de Martins (ibid., p. 13):

O que vai decidir o processo histórico de transformação da sociedade é fundamentalmente o crescimento da classe operária no campo e na cidade. É da complexa expropriação do trabalhador, da sua conversão em trabalhador assalariado e, portanto, do seu explícito antagonismo com o capital, que surgirá tal possibilidade de transformação.

É impossível manter a passividade diante de tantas agressões contra os camponeses, como um meio para que o capital se desenvolva. Conforme afirma Martins (ibid., p. 13):

Seria uma pura imbecilidade tentar convencer o camponês que está sendo despejado, cuja casa está sendo queimada pelo jagunço e pela polícia, de que deve aceitar tal fato como uma contingência histórica, como ocorrência que é ruim para ele, mas que é boa para a humanidade [...] pois é o que vai permitir o desenvolvimento do capital.

O modelo cubano, adotado pelo MST na década de 1980, foi entendido pelo movimento como uma forma superior de cooperação nos assentamentos de sem-terra no Brasil. Embora em Cuba e no Brasil as cooperativas sejam denominadas Cooperativas de Pequenos Agricultores – CPAs, não houve uma transposição idêntica do modelo, em vista das substanciais diferenças políticas, econômicas, sociais e de lutas existentes entre os dois países. (FABRINI, op. cit).

Valéria de Marcos e João Fabrini (2010) descrevem o que vem a ser as CPAs:

As CPAs surgiram na década de 1970 e são cooperativas de pequenos agricultores que se reúnem para utilizar terra, ferramenta, máquinas, animais, instalações, meios de transporte e instrumentos de forma coletiva. A partir de uma decisão voluntária de cada camponês, o seu patrimônio familiar é incorporado à cooperativa, tornando-se propriedade comum de todos os membros. (p. 103).

Os assentamentos de reforma agrária, realizados pelo Estado a partir da luta dos sem-terra, estão carregados de conteúdo político, de identidade, acordos e afinidades construídas nesse processo. Como resultado da trajetória de luta, surgem nos assentamentos, agrupamentos diversos de coesão por afinidade política, econômica, geográfica, religiosa, de parentesco entre outro (ibid.).

A cooperação agrícola é estimulada pelo MST como forma de manutenção dos assentados na terra e uma necessidade para o fortalecimento das lutas. Por isso o MST tem apoiado variadas iniciativas de cooperação, desde as mais simples até as mais complexas.

Os avanços e recuos no processo de cooperação, as CPAs são entendidas pelo MST como a principal forma de realização de agricultura coletiva nos assentamentos, apesar da revisão do método e da estratégia de ações. A organização da produção nas CPAs constituiria, no entendimento do MST, uma iniciativa fora do arco de exploração e subordinação engendrado pelo modo capitalista de produção. As cooperativas coletivas seriam uma alternativa capaz de gerar renda para os assentados, esquivando-se da exploração e subordinação no contexto da produção de mercadorias.

O entendimento do MST é de que não existem condições de o assentado progredir econômica, social e politicamente por meio da produção familiar. Por isso, ele precisa reunir sob seu controle os meios de produção, ferramentas, terra, capital e máquinas. A produção cooperativa/coletiva seria econômica, política e socialmente mais eficiente do que a produção camponesa.

No início da luta dos sem-terra (1979-1985), não havia uma política cooperativista definida para os assentamentos. As atividades coletivas se realizavam em associações, trocas de dias de serviço, mutirões e pequenos grupos inspirados nas comunidades eclesiais de base (CEBs), de forma

semelhante a um coletivismo bíblico das primeiras comunidades cristãs. A orientação dessa cooperação simples tinha raiz na Igreja Católica, com quem parte significativa da militância possuía fortes vínculos (ibid.).

No período de 1985 a 1990, aumentaram as atenções para a cooperação, quando se considerou que os assentados também eram sem-terra e faziam parte do MST. Nesse período, foram idealizadas as primeiras cooperativas, sob influência do modelo cubano das CPAs.

O endurecimento político do governo federal contra o MST a partir de 1990, por meio de repressão e ações violentas, levou o movimento a se preocupar com a organização interna. Os assentamentos seriam espaços fundamentais na construção da resistência dos trabalhadores, e as cooperativas coletivas, uma retaguarda de organização dos sem-terra.

Ainda nesse período de 1985 a 1990 foram definidas as primeiras linhas políticas do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), marcadas essencialmente pela busca de eficiência econômica para viabilizar as lutas nos assentamentos. Em 1990, foi definido que o SCA seria organizado em três níveis: local, estadual e nacional. Deveria ser uma cooperação ampla e para fora dos assentamentos e, com esse sentido, foram criadas as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPSSs), as Centrais Estaduais de Cooperativas de Reforma Agrária (CCAs) e a confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

Além das limitações técnicas e produtivas, a agricultura familiar, segundo o entendimento do MST, favorece o surgimento de desvios na luta dos sem-terra, obstáculo a ser combatido para se evoluir e alcançar organização superior, expressa nas cooperativas de produção agropecuária. Ainda nos dias atuais, a demarcação de lotes familiares nos assentamentos é denominada por muitos militantes do MST como “quadrado burro”, isso em vista da suposta irracionalidade econômica, política, técnica e social que a exploração familiar da terra representaria.

O trabalho e a apropriação dos meios de produção, coletivos ou individuais, possuem um conteúdo político-ideológico que implica na produção e reprodução da consciência dos trabalhadores. Produzir significa produzir também a consciência. Nesse sentido, o MST entendeu que a produção

camponesa deveria ser superada para não se reproduzir uma consciência individualista e privatista entre os assentados (ibid).

Para o MST, a produção camponesa implicava numa baixa divisão do trabalho, que se projetava na consciência dos sujeitos. Para criar uma consciência coletiva entre os camponeses, era necessário o trabalho coletivo, semelhante ao de uma fábrica, ou seja, um trabalho especializado e dividido.

Através da divisão social do trabalho, cada um se especializa numa tarefa, para fazer as coisas cada vez melhor e mais rápido. Isso se chama cooperação. A agricultura não conseguirá crescer e progredir se cada agricultor continuar fazendo tudo sozinho. Fazendo desde o preparo até a colheita. E cada um plantando um pouco de tudo. Quando o agricultor trabalha sozinho, trabalha mais e normalmente a produção é mais baixa (MST, 1993, p.8, apud MARCOS; FABRINI, op. cit., p. 111).

Embora os camponeses estejam vinculados ao mercado capitalista, essa comunicação não é homogênea, mas desigual e contraditória. Para os camponeses, a produção de mercadoria não constitui o centro de suas relações. Para eles, o mercado é um meio, e não um fim.

Assim, o desafio colocado está em conciliar as propostas de cooperação coletiva, feitas pelas lideranças e militantes preparados e formados politicamente no interior do movimento ou de entidades de apoio, com as aspirações de reconstrução do projeto dos camponeses, relação que envolve controle, autonomia e autossuficiência do núcleo familiar.

Se, no Brasil, as CPAs são uma proposta da sociedade civil organizada nos movimentos sociais – do MST, no caso, que recebe oposição de diversos segmentos, inclusive dos próprios camponeses, em Cuba, elas possuem uma força maior, pois fazem parte, desde a década de 1970, de uma política estatal de expansão da agricultura coletiva. Contudo, tanto no Brasil quanto em Cuba, guardadas as significativas diferenças, a agricultura camponesa de base familiar não é considerada protagonista no processo de desenvolvimento do país (ibid.).

1.3 A Luta pela Terra em Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul foi desmembrado de Mato Grosso em 1977, possuindo hoje uma área de 350.548 km². O processo migratório para o Mato Grosso do Sul foi fator que mais contribuiu para o aumento populacional do Estado.

Minozzo (op. cit.) considera importante observar dois momentos: antes de 1950 – formação de fazendas de gado, exploração de minerais, a ocupação e defesa das fronteiras internacionais e após 1950 – industrialização e urbanização, modernização da agricultura, expansão da fronteira agrícola.

No Mato Grosso do Sul a situação fundiária é complexa. O sul do Estado, onde se concentra a maior produção agropecuária, ocorrem constantes conflitos pela posse da terra, envolvendo proprietários, posseiros, arrendatários e camponeses, expulsos das terras, querendo retornar à terra.

Para acabar com estes focos de tensão social no sul do Estado, em 1983, o governo Estadual, juntamente com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) transferiu 565 famílias para o Assentamento Braço Sul em Colider (MT); 186 para Brasiléia no Acre e 40 famílias para Santa Luzia do Sul, também no Acre, totalizando 791 famílias transferidas.

Mas os problemas não foram resolvidos. Com a mecanização da soja e a ocupação pelos grandes proprietários de áreas de arrendamentos, que vinham sendo utilizadas no cultivo de subsistência, houve novamente um grande número de pessoas sem terra, transformando-se em assalariados moradores das cidades.

Pela falta de acesso às terras no Brasil, causada pelo latifúndio, associado ao capital agrário e financeiro na década de 1970, muitos agricultores brasileiros foram para o Paraguai, país vizinho ao Brasil. No início da década de 1980, estes agricultores, chamados Brasiguaios (brasileiros que produzem no Paraguai) enfrentaram problemas no Paraguai retornando ao Brasil com a esperança de conquistar a terra através da Reforma Agrária prometida pelo governo brasileiro. Estes brasileiros, juntamente com aqueles que perderam suas terras no Brasil, organizam-se para lutar pela posse da terra para quem nela trabalha.

Em 1986, os agricultores organizados formaram acampamentos, mobilizando-se para lutar pela terra. Inicialmente estes acampamentos foram vítimas da repressão do Estado, muitos acampamentos foram destruídos pela polícia militar com o uso da violência. Apesar disto, os acampados não desistiram da luta e conseguiram áreas particulares ou de prefeituras para instalarem seus acampamentos e continuarem a luta pela posse da terra.

Na década de 80, os acampados moraram em barracos de lona e trabalharam como bóias-frias nas usinas de álcool, na colheita de algodão, feijão, milho e café, das grandes fazendas da região.

No Mato Grosso do Sul a quase totalidade dos assentamentos implantados resultou de situações de conflito, ou seja, nasceram de alguma disputa pela posse e uso da terra (não necessariamente com uso da violência, embora esta esteja presente em muitos casos) entre os latifundiários, os camponeses sem-terra e o governo federal. Sendo que a iniciativa do pedido de desapropriação partiu, em maior parte, dos camponeses e seus movimentos. Portanto, neste contexto, o que parece ter pesado na implantação dos assentamentos rurais no Estado são as diversas formas de luta e enfrentamento desenvolvidas pelos movimentos sociais e sindicais que dela participam, pela conquista da terra (SILVA, 2008).

É importante ressaltar que, as ocupações de terra organizadas por tais movimentos são a forma de luta e pressão política mais eficaz para a desapropriação de áreas improdutivas e, conseqüentemente, a criação de assentamentos. Logo que, não só no Estado, mas no Brasil em geral, o número de assentados da reforma agrária com certeza não seria o mesmo, não fosse a pressão exercida pelos movimentos que com suas ocupações e acampamentos acabam por envolver de certa forma a sociedade como um todo na discussão de que é necessária uma melhor distribuição de terra para que haja uma melhoria nas condições de vida da nação. (FERNANDES, 2001. apud. *ibid.*).

Depois de muita luta e organizados pressionando os órgãos do governo federal e estadual, em agosto de 1987, conseguiram uma área para assentamento provisório – Assentamento Provisório Santo Inácio – localizado no município de Anastácio, que posteriormente passou a se chamar Assentamento Provisório Marcos Freire. Neste assentamento provisório as

famílias produziam o mínimo necessário para a sobrevivência, em condições precárias, esperando a concretização da promessa de assentamento definitivo.

Cansados de esperar, em janeiro de 1989, estes assentados acamparam em Campo Grande, pressionando o Governo Estadual a dar uma solução para o problema. Ficaram acampados por 30 dias, conseguindo em Brasília a desapropriação da fazenda Taquaral no município de Corumbá.

Nos relatórios da CPT-MS, de 1993, destaca-se que a principal contribuição da CPT-MS, foi o trabalho de organizar os trabalhadores sem Terra na luta pela terra, conforme cita um de seus membros Rosalvo Rocha Rodrigues:

Nós começamos a trabalhar com as famílias de Jequetibá. Entre Rios e o pessoal de Taquarussu, discutíamos com eles que saídas existiriam para os seus problemas. Foi, então que os companheiros disseram que seria interessante organizar uma Comissão e um grupo maior para reforçar a luta. A partir daí saímos fazendo um trabalho nos municípios e organizando o pessoal que não tinha terra, que pretendia lutar pela terra ou estava envolvidos em conflitos. A infraestrutura que era necessária para o trabalho era toda da CPT, inclusive eu não sentia clareza de quem eu era, se eu era um membro da CPT ou se era um dos sem terra, por isso, criei alguns atritos com alguns membros da CPT, que achavam que o Movimento dos Sem Terra não era um movimento consolidado, mas uma comissão subordinada à CPT (CPT, 1993. p. 35).

Em 1978, quando a CPT-MS iniciou sua atuação na grande Dourados, os pequenos proprietários vinham sofrendo com os altos preços dos utensílios agrícolas e os baixos preços na hora de vender os seus produtos. Na maioria das vezes eram obrigados a conviver com a figura do atravessador que acabava ficando com o possível lucro que lhe restaria.

Em 1983, na ata da Assembléia da CPT, constou que o latifúndio estava se consolidando cada vez mais, dos poucos sitiante que ainda restavam, muitos estavam endividados com os financiamentos, outros estavam ficando cada vez mais apertados, 4 a 5 famílias ocupando a mesma área (pequena propriedade). A partir desta data, a atuação da CPT se deu de forma mais intensa junto aos Sem Terra em sua organização e luta pela terra. (ibid.).

Uma forma de organização na luta pela terra foi a fundação de sindicalismo autêntico, que promovesse a luta pela terra, comprometido com a

luta dos trabalhadores, para promover cursos, preparar material e discutir o seu papel como instrumento de luta:

Segundo dados fornecidos pela FETAGRI-MS (Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Mato Grosso do Sul); em 1977, quando ocorreu a divisão do Estado de Mato Grosso, dando origem ao novo Estado, o de Mato Grosso do Sul, instalado em 01 de janeiro de 1979, este contava com apenas dez Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), sendo que três ainda não eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho naquela época. O primeiro STR fundado, pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul foi o de Coxim, o qual foi fundado em 1964, tendo pouco tempo de atuação, devido ao fato de ter sido cassado pela ditadura Militar em 1966. A partir daí, ficou fechado durante oito anos, voltando a ser reorganizado em 1974, por uma comissão de trabalhadores interessados. (ibid., p.32).

1.4 – O Nascimento de uma Educação Popular nos Acampamentos e Assentamentos do Mato Grosso do Sul

A Educação sozinha não transforma a sociedade. Mas, sem ela, tampouco, a sociedade muda ou se mantém. A educação tem papel fundamental na organização da sociedade, podendo tanto ordená-la, quanto transformá-la ou, até, revolucioná-la. Então, não há só uma forma, nem um único modelo de educação (CEPIS, 2008).

A escola é um dos lugares onde ela acontece e, talvez, não seja o melhor deles. O ensino escolar não é sua única prática, nem o professor profissional seu único praticante. Em locais diversos, a educação existe de diferentes formas: existe em cada povo e em povos que se encontram; entre povos que submetem outros povos e usam a educação como um recurso a mais de sua dominação; num povo que busca sua libertação, tendo a educação como instrumento para livrar-se de qualquer tipo de dominação (ibid.).

Caldart (2004) dá outro sentido à escola e salienta que:

A Escola é mais do que escola, e essa compreensão é fundamental para apreendermos o sentido mais profundo de sua proposta de educação. Ocupar a escola que dizer, em um primeiro e básico sentido, produzir a consciência da necessidade de aprender, ou de saber mais o que se sabe. De um modo geral, quando os sem-terra falam da importância do estudo, podem até estar se referindo à escola, mas não no sentido de escolaridade, que remete ao significado historicamente construído de escola como um lugar onde se deve ir para conseguir um diploma, para então conseguir um emprego melhor, e de onde se é excluído quando a cabeça não dá prá isso. (p.13).

A educação é uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum o saber, a idéia, a crença, aquilo que é comum como bem, como trabalho ou como vida. Pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber, como armas que reforçam a desigualdade entre as pessoas, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. Mas pode igualmente ser uma construção coletiva, como envolvimento co-responsável de quem entra no processo (ibid.).

A educação é sempre uma ferramenta de uma estratégia determinada. Não se forma uma pessoa e depois se vê o que ela vai fazer. Ao contrário, primeiro se tem a militância, até porque o conteúdo do processo de formação, seu método e ritmo dependem de uma concepção de mundo, de uma visão de sociedade, de uma opção por certos princípios e valores, de um programa. A educação está sempre a serviço de uma ideologia, de uma proposta, como instrumento para realizar sua estratégia. Certamente, o próprio processo educativo contribui para explicitação, formulação e aperfeiçoamento de uma estratégia (ibid.).

Toda educação está a serviço de uma organização. O que une as pessoas e os grupos, para além das explicações românticas, é a busca da realização de um anseio comum, a defesa de um interesse ameaçado ou a consciência da militância. Na luta popular, as pessoas não formulam um clube de amigos, embora possam tornar-se amigas. Elas se juntam por uma causa. Para dar coesão a sua proposta, um grupo ou uma classe constrói processos de convencimento para fortalecer esse grupo que, por sua vez, vai lutar para tornar possível uma conquista até a implantação de um sistema, que garanta seus interesses de forma permanente (ibid.).

Submeter um homem à educação social, e oferecer-lhe dados para resolver a antítese eu e o outro, indivíduo e sociedade, ou seja, é dotá-lo de princípios que lhe possibilitarão uma avaliação moral de sua própria pessoa, enquanto membro da sociedade, a determinação do próprio lugar na grande luta pela existência, que se tornou tão áspera atualmente (PISTRAK, 2000, p.106).

Na história temos, nos primeiros quatro séculos, a constituição da formação social brasileira, em que é preciso considerar a colonização, o regime de escravidão, o latifúndio e a predominância da produção extrativista e

agrícola voltada para a exportação. Esta formação social não irá demandar a qualificação da força de trabalho, ocasionando até certo desprezo, por parte das elites, em relação ao aprendizado escolar das camadas populares (ROMANELLI, 1982, apud RIBEIRO, op. cit.).

Mesmo encontrando-se iniciativas de educação rural ainda no século XIX, é a partir dos anos 30 do século XX que começa a delinear-se um modelo de educação rural amarrado a projetos de "modernização do campo", patrocinado por organismos de "cooperação" norte-americana e difundido através do sistema de assistência técnica e extensão rural (CALAZANS, 1993, apud RIBEIRO, op. cit.). As políticas públicas para a escolarização das populações rurais mostram seu fraco desempenho ou o desinteresse do Estado com respeito à educação rural, quando analisamos o analfabetismo no Brasil que, ainda em 1991, continuava a ser mais elevado na área rural do que na área urbana (FERRARI, 1991, apud RIBEIRO, op. cit.).

O modelo brasileiro de educação rural apresenta uma série de elementos os quais aparecem na legislação, nas instituições pedagógicas, no currículo e mesmo nas "recomendações" dos organismos internacionais, que possibilitam traçar um esboço da educação rural brasileira a partir dos anos 30. Alguns desses elementos serão discutidos, com os quais é possível desocultar, embutido nas propostas para a educação rural, o movimento do capital de desestruturação da produção camponesa, tanto para a formação de um mercado de força de trabalho quanto para a constituição de condições para a modernização da produção agrícola. O emprego de máquinas, de tecnologias e insumos, próprios desta modalidade de produção, demandará o aumento das lavouras e, conseqüentemente, das propriedades rurais, fortalecendo o latifúndio que nasce com a colonização (ibid.).

O Brasil é um país que tem passado por diversas mudanças no que tange à educação e a formação de professores. Os primeiros professores no Brasil eram leigos, tinham apenas a escola elementar; a primeira Escola Normal foi criada em 1880, no Rio de Janeiro, e durante quase um século foi o local formal obrigatório de formação de professores para atuar na escola fundamental, na escola complementar na própria escola normal (BRZEZINSKI, 1996, apud MOREIRA, 2010).

A questão da educação do campo é um tema de profunda preocupação dos movimentos sociais do campo que não somente lutam pela Reforma Agrária no Brasil como também por políticas públicas específicas e projetos educativos que contemplem uma educação básica do campo que seja diferenciada, alternativa e que venha recriar a memória coletiva dos camponeses (SILVA, op. cit.).

O direito à escola no assentamento é uma das bandeiras fundamentais da reforma agrária. É algo tão importante como a conquista da terra mesma. Isso porque a escola local é uma das primeiras reivindicações dos agricultores na constituição do assentamento, sendo uma das demandas mais recorrentes do seu plano de desenvolvimento (MARSCHNER, 2009).

Uma das grandes preocupações das famílias assentadas é com a existência de escolas para seus filhos, sendo esta reivindicação uma das principais prioridades educacionais na visão da população assentada (SILVA, op. cit.).

A luta pela escola não é só para poupar crianças e jovens assentadas das longas jornadas de ônibus escolar, sina das crianças e dos jovens do campo desde o fechamento das escolas rurais com a nuclearização na cidade, o que fez as comunidades do campo, geográfica e pedagogicamente, ainda mais distantes da sociedade como um todo.

A demanda por educação nos assentamentos não se limita à escolarização, mas diz respeito a todo o esforço dos movimentos sociais do campo em dar um novo significado ao espaço que conquistaram. Com a terra conquistada e a escola no assentamento, a educação do campo foca o campo e o seu contexto como espaço pedagógico (ibid.).

O que é mais importante para um educador da escola do campo, é mais do que dominar profundamente os conteúdos e disciplinas, muitos destes educadores sabem que o fundamental é ser capaz de fazer uma leitura do seu mundo. É saber interpretar o que acontece nos assentamentos de Mato Grosso do Sul, sabendo formular o seu projeto de desenvolvimento. A capacidade de ler e interpretar a realidade é o núcleo de uma concepção pedagógica transformadora. Na contramão da visão de aprendizado, em que, como num adestramento, aprende-se apenas para fazer algo ou desempenhar uma

função, o que está em jogo aqui é a capacidade emancipatória da educação (ibid.).

Por outro lado um projeto de escola, mesmo que seja uma proposta pedagógica saída de dentro dos movimentos sociais populares rurais, não resolve a questão da terra. Terra e escola estão indissolúvelmente imbricadas na constituição do que os movimentos sociais populares identificam, com o sentido da unidade política e da historicidade, como camponês (RIBEIRO, op. cit.).

Inicialmente, a escola não é propriedade para os trabalhadores sem-terra; ela é uma exigência que se impõe pela realidade das crianças em idade escolar que acompanham os pais durante as ocupações e nas perguntas dessas crianças e desses pais sobre seu futuro. Nesse processo, elabora-se uma proposta, inicialmente para a escola básica do campo e, com o avanço das lutas, uma educação do campo.

A diferença entre escola rural tradicional e a proposta de uma educação do campo construída em conjunto com as famílias e educadores e assessores ligados ao MST, Segundo Ribeiro (ibid.), é:

O modelo de escola rural, imposto através de políticas públicas dirigidas à produção agropecuária e à educação rural, é vinculado ao sistema capitalista de produção e de sociedade, que se fundamenta na divisão campo/cidade, na expropriação da terra, dos meios de subsistência e dos instrumentos e saberes do trabalho, e na exploração da força de trabalho. A proposta de escola básica do campo, que as experiências e as discussões no interior dos movimentos sociais populares rurais/ do campo ampliaram para educação do campo, inclui a formação universitária em graduação e pós-graduação, em nível de especialização. Em processo de elaboração pelos trabalhadores, sejam eles agricultores, técnicos ou professores, essa proposta não está pronta, não é fechada, nem é imposta de fora como ocorreu com as políticas para a educação do meio rural. (p.196).

Neste sentido, é importante reconstruir a trajetória de luta dos movimentos sociais populares na construção de uma educação do campo. Em Mato Grosso do Sul, tudo começou com a atuação da Comissão Pastoral da Terra em parceria com outras entidades ligadas à educação.

Em 1985, a CPT da região de Dourados, começou a dar apoio na formação de monitores voluntários, no trabalho com crianças dos

acampamentos, sem se ter muita clareza, embora de uma forma bem precária, teve início este trabalho (CPT, op. cit.).

Aos poucos a CPT da região de Dourados constatou que não bastava a luta pela terra, era necessário uma educação que atendesse as diversas exigências: saúde, agricultura, política agrária. E, mais tarde, a necessidade de uma educação alternativa para as escolas dos assentamentos que possibilitasse uma educação diferente para os filhos dos assentados.

Foi criada pelo governo do Estado, em 1985, uma comissão para acompanhamento das ações governamentais junto aos sem terra, coordenada por Aparício Rodrigues de Almeida Júnior, ex-secretário de estado e diretor do Terrasul que, num lance de ousadia, convidou Olga Manosso para ficar cedida à essa Comissão e, mais tarde, à Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários, com ônus para a Secretaria de Educação. A função da professora era assessorar as questões relacionadas à educação nos assentamentos de Mato Grosso do Sul (ibid.).

O acampamento dos Brasiguaios, no município de Mundo Novo, foi o primeiro a ser por ela visitado. Ela deveria fazer um levantamento das necessidades educacionais para quando ocorresse a mudança para o assentamento.

Neste sentido, também, quando na região de Dourados, em 1986, haviam 10 acampamentos, os agentes da CPT em conversas com as lideranças dos acampados, levantaram entre outros problemas, a grande quantidade de crianças que passavam o dia todo no acampamento sem ocupação.

Surgiu uma idéia de se organizar grupos de crianças que pudessem passar algumas horas do dia reunidas estudando. Os pais saíram à procura de pessoas do acampamento que se dispusessem a prestar este serviço de uma forma voluntária e isso foi conseguido.

A CPT buscou, junto ao grupo Fé e Alegria de Cuiabá/MT, assessores para preparar estes monitores voluntários. Com a vinda desses assessores, o trabalho com os voluntários, iniciou-se pela questão da alfabetização, tanto para crianças como para adultos, usando o método de Paulo Freire. Estes treinamentos aconteceram em Caarapó, no Centro Comunitário, nos dias 16 a

21 de março de 1987, com recursos financeiros repassados pela Associação das Escolas Católicas (AEC) de Brasília-DF.

A freira Olga Manosso, já em 1986, no Projeto de Assentamento Novo Horizonte (Ivinhema), prestou assessoria aos professores de primeira à quarta série (todos leigos e sem experiências de sala de aula) que, posteriormente, ficaram com a alfabetização de adultos supervisionados pelo extinto núcleo de Projetos Especiais da Secretaria de Educação, com a ajuda da freira Gema Panazzolo (pedagoga e historiadora aposentada pelo Rio Grande do Sul), que assessorou seis professores, em São José do Jatobá, Sete Quedas, os quais no ano seguinte, foram aproveitadas pela prefeitura (ibid.).

Neste sentido, podemos afirmar que o trabalho da educação nos assentamentos, sobretudo, em seu início, se deve muito à Olga Manosso que, como funcionária do governo, mas, também, como agente da CPT/MS, foi abrindo espaços, criando condições para que estes monitores leigos fossem aos poucos sendo habilitados.

Em 1987, foram reunidos pelo Governo do Estado todos os acampamentos, num grande assentamento provisório (a primeira grande favela rural no Mato Grosso do Sul). Os monitores voluntários dos acampamentos, com pouca formação intelectual, mas dispostos a continuar prestando esse serviço nas escolas do assentamento, buscaram a assessoria das freiras Olga e Gema e, ao reiniciar o ano letivo, foram reaproveitadas pela Secretaria de Estado de Educação.

Em 1988, no Assentamento Provisório Santo Inácio novos elementos passaram a reforçar o trabalho de Olga e Gema: padre Alfeo Prandel, freira Anaíde, Sônia Alves e Maria Pereira da Silva (pedagoga). Estava começando a se formar ali o embrião da futura equipe de coordenação de educação nos assentamentos.

No final de 1989, no I Curso de Capacitação dos Professores dos Assentamentos de Mato Grosso do Sul, acharam por bem dividir o estado em três grande regiões: Dourados, Jardim e Corumbá, para facilitar a articulação. E formalizou-se, nessa ocasião, o que já acontecia na prática, a equipe de coordenação de educação nos assentamentos, composta por alguns assessores, porém ampliando-se com três representantes eleitos, um por região. Como, também, a criação da equipe de coordenação ampliada,

composta pela coordenação acima citada, mais um educador eleito de cada assentamento.

O papel da equipe de coordenação seria de articular o trabalho de educação entre os assentamentos; promover os encontros pedagógicos, em nível local, regional e estaduais; assessorar no processo educativo dentro da proposta da escola libertadora; fornecer subsídios para a reflexão entre os educadores; elaborar o material pedagógico; estudar e aprofundar a metodologia proposta; planejar e avaliar o encaminhamento das ações educacionais; envolver a comunidade no processo educativo; incentivar a criação dos conselhos comunitários de educação e colaborar na recuperação da história de cada assentamento (ibid.).

No intuito de capacitar, entrosar estes professores, a equipe de coordenação, desde 1987, promoveu cursos, encontros, inicialmente de três dias, e longos. Nos vários encontros de formação destes monitores, optou-se por trabalhar a educação seguindo a proposta pedagógica de Paulo Freire.

No início os cursos e encontros eram localizados, ou seja, voluntários de um ou dois acampamentos, posteriormente. Isto foi se ampliando, passou a ser por regiões e dois anos depois já era na extensão do estado. Foram promovidos três encontros estaduais com educadores dos assentamentos, que eram, quase todos filhos de assentados¹.

O primeiro encontro foi de 20 a 22 de novembro de 1989, em Campo Grande-MS, promovido em conjunto com a Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários (SEAF) e Secretaria de Educação, contando com 95 participantes, vindos de 15 assentamentos do estado (ibid.).

O segundo encontro foi de 18 a 20 de setembro de 1990, também em Campo Grande-MS, promovido pelas mesmas entidades, porém, desta vez contou-se com 140 participantes, vindos de 16 assentamentos e 5 aldeias indígenas do estado.

Nesses encontros, foram levantadas as dificuldades para se avançar rumo a uma escola libertadora, foram traçadas as linhas de ação, e foi montada uma organização básica e participativa (ibid.).

¹ Preocupados com a educação das crianças, os próprios filhos dos acampados se dispuseram a ser voluntário para dar aula às crianças.

Com o crescimento do número de participantes, surgiram as dificuldades contadas e uma se destacou como muito séria, que deveria ser enfrentada: 80% dos educadores nos assentamentos de Mato Grosso do Sul eram leigos e, como tal, discriminados nos salários, ficavam sujeitos a instabilidades, pois não podiam prestar concursos públicos. Isso fez com que a equipe de coordenação buscasse uma saída. Então, nasceu a idéia de um magistério de férias para estes educadores. (ibid.).

A equipe ampliada saiu à procura de entidades governamentais e não governamentais que aceitassem assumir esse curso. Depois de dois anos, a AEC/MS, juntamente com a CPT Regional de Mato Grosso do Sul assumiram o desafio, contando com o apoio financeiro parcial da Misereor – uma entidade de ajuda financeira dos Bispos Católicos da Alemanha para trabalhos sociais, sobretudo no terceiro mundo – tendo sempre a clareza de que isto deveria ser obrigação do poder público.

O curso visava habilitar os professores dos assentamentos não só com conteúdos acadêmicos, mas também, com o crescimento que pudesse advir da troca de experiências e realidades diferentes e adversas de um assentamento para outro, com aquelas tão iguais na luta pela conquista da terra, da dignidade e de seus direitos de homem e cidadãos.

Cada assentamento tem sua história moldada na dor, na desilusão dos atos do governo em uma luta desigual, desumana, que embrutece o homem e faz dele alvo fácil para a manipulação.

Preparar um docente dos assentamentos é dar pistas para ele se tornar um líder² que oriente não só as crianças no saber formal, mas oriente os jovens e adultos a reivindicarem seus direitos de cidadãos garantidos na Constituição Federal. Que oriente todos da comunidade por meio do planejamento participativo, no qual todos possam colocar suas experiências em comum e que a partir dessas experiências possam surgir pistas para ações concretas que beneficiem toda a comunidade.

Da ideia até a realização do curso, foi uma longa caminhada, quando a equipe ampliada conseguiu, depois de dois anos, o apoio da AEC de Mato

² Os professores voluntários, naquele momento leigos, passaram a se preocupar com a toda a situação do acampamento e da escola, estradas, água e crédito para começarem a plantação.

Grosso do Sul e CPT/MS e iniciou-se outra batalha: fazer com as instâncias legais do governo assumissem e aceitassem o mesmo.

Graças ao empenho da AEC/MS, bem como dos demais envolvidos no processo, conseguiu-se um convênio com o estado, no qual a Secretaria Estadual de Educação cedeu os professores para o curso e reconheceu o diploma, e com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, a qual se conseguiu o pessoal do administrativo. Porém, para que estes convênios fossem firmados e para que o curso tivesse legalidade, era preciso que uma escola o assumisse. Depois de várias tentativas de solução, a AEC/MS resolveu assumir o desafio e criou uma escola Pe. Felix Zavattaro, aprovada pela Secretaria Estadual de Educação que se responsabilizou pelo funcionamento do curso. A organização da escola foi a partir da AEC, a diretora professora Fátima Lopes Chaves de Figueredo era membro da AEC há vários anos, funcionária da prefeitura municipal de Campo Grande, também diretora de uma escola do município. Os demais membros do administrativo também foram cedidos pelo município à AEC/MS.

O curso de habilitação para educadores leigos (Magistério de Férias) foi organizado em 04 (quatro) etapas intensivas. A primeira se realizou nos dias 04 de janeiro a 13 de Fevereiro de 1993, a segunda de 12 a 31 de Julho de 1993, com a participação de 57 educadores leigos, eleitos em 14 assentamentos. As etapas seguintes foram janeiro a fevereiro de 1994. Entre essas etapas de curso direto houve os períodos de ensino à distância, durante os semestres, o educador aluno continuava aprofundando os conteúdos e revendo sua prática por meio de encontros locais e atendimentos individualizados, contando com o apoio dos coordenadores pedagógicos.

As dificuldades e problemas enfrentados foram vários, porém, foi uma experiência muito rica em se tentar formar educadores que assumiram uma proposta de educação libertadora (ibid.).

Percebe-se um grande empenho por parte de todos os envolvidos, Comissão ampliada, AEC, a CPT tinha dois agentes liberados quase que especificamente para este trabalho, professores, para que o educador/aluno fosse mais bem capacitado. Era importante colaborar na formação de sujeitos sociais que ajudassem na organização dos assentamentos e que proporcionassem às crianças dos assentamentos experiências concretas de

transformação da realidade, partindo dos desafios específicos de cada assentamento e que fossem críticos e criativamente construtores da história dentro de sua realidade.

O PRONERA foi criado a partir de um encontro realizado em julho de 1997, denominado de I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), ocasião em que foi eleito um grupo para coordenar a produção do processo de construção de um projeto educacional das instituições de ensino superior nos assentamentos e foi elaborado um documento que foi apresentado no III Fórum do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, nos dias 6 e 7 de novembro de 1997 (MOREIRA, op. cit.).

Esse encontro foi resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representado pelo Setor de Educação, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (UNESCO) e a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) (ibid.).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária era uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro. Seu objetivo foi fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas (BRASIL, 2010).

O PRONERA nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social. Desde então, milhares de jovens e adultos, trabalhadoras e trabalhadores das áreas de Reforma Agrária têm conseguido se alfabetizar e continuar os estudos em diferentes níveis de ensino (ibid.).

Enquanto política pública, o PRONERA fundamenta-se na gestão participativa e na descentralização das ações das instituições públicas envolvidas com a educação. Essas instituições criam por meio dos projetos a oportunidades de exercitar e realizar ações com a co-participação dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições de pesquisa, governo estaduais e municipais, faltando ainda mais

divulgação e envolvimento das universidades na oferta de outros cursos. (ibid.).

Nessa perspectiva, os pensadores da educação, engajados em movimentos sociais como o MST têm uma importante determinação, digna de ser exposta, em razão de sua práxis. Nas palavras de Alvarenga (2006, p. 2):

O campo configura-se, muitas vezes, como espaço isolado, imerso em indeterminações. Este lugar, cujas famílias que possuem melhores condições financeiras enviam os filhos para serem educados nas escolas das regiões urbanas, está, no entanto, em movimento. Nas lutas e tensões, vem sendo gestada uma nova escola que pretende ser a escola do campo. Uma escola que é construída no cotidiano pela comunidade e organizações civis, que se unem em torno da luta pela reforma agrária no Brasil. Uma escola que pode ser uma alternativa ao trabalhador do campo. Um dos ingredientes fundamentais na constituição desta gestação foi a incorporação da luta pela escola no Movimento dos Sem Terra. Nessa luta, foi-se percebendo que a escola tradicional não tem lugar para os sujeitos sem-terra e os outros sujeitos do campo, seja porque não permite seu ingresso, seja porque sua organização e fundamentação pedagógica desrespeitam ou desconhecem a realidade do campo. O que há de especial na educação escolar do MST é que ela começa a ser construída, não a partir de decretos e políticas educacionais “determinadas de cima para baixo”, mas a partir da organização cotidiana dos indivíduos que compõem este movimento. É nas insurgências e resistências construídas a partir dos movimentos sociais e culturais, nos conflitos estabelecidos e nas negociações possíveis que surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). E é pensando no diálogo, na autonomia e na construção coletiva do conhecimento que a dinâmica de trabalho escolar estabelecida pelo/para o grupo apóia-se sobre o tripé ensino-investigação-aprendizagem. O estudo da realidade, a organização do conhecimento e a aplicação do conhecimento são etapas fundamentais para o desenvolvimento da proposta contida no projeto. E, embora didaticamente separadas, elas estão interligadas de forma intrínseca nas ações idealizadas.

Caldart (2003), também educadora engajada no movimento da Educação do Campo (integrado pelo MST, CPT, CONTAG, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB –, Movimento das Mulheres Camponesas – MMC –, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA –, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR –, Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – Resab – e os Sindicato dos Trabalhadores Rurais ligados à CONTAG), pondera:

[...] precisamos ter presente e reafirmar três idéias-força que nos acompanham desde a Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em julho de 1998. As idéias são as seguintes: 1. O campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. 2. A Educação Básica do Campo está sendo produzida neste movimento, nesta dinâmica social, que é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam. 3. Existe uma nova prática de Escola que está sendo gestada neste movimento. Nossa sensibilidade de educadores já nos permitiu perceber que existe algo diferente e que pode ser uma alternativa em nosso horizonte de trabalhador da educação, de ser humano. Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um *movimento consciente de construção das escolas do campo* como escolas que ajudem neste processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história. (p. 61).

Sobre a atuação desse movimento, Souza (2009b) afirma:

Nesse movimento nacional, é importante agregar instituições como as universidades federais e estaduais que, por meio da participação e do interesse de pesquisadores nos movimentos sociais de trabalhadores e na educação popular, têm colaborado na execução de projetos e de parcerias que, geralmente, são efetivadas entre os sujeitos organizados da sociedade civil, as instituições educacionais e os governos. O PRONERA, criado em 1998, é singular no que concerne às parcerias entre a sociedade civil e os governos. Ele agrega os projetos educacionais de alfabetização, escolarização, formação inicial e continuada de trabalhadores do campo. A tríade de movimentos sociais, universidades e governos tem marcado os projetos vinculados ao PRONERA desde a sua origem. Outro exemplo de parceria em Educação do Campo é a Escola Latinoamericana de Agroecologia. A escola, criada por meio de uma parceria entre a Universidade Federal do Paraná, o governo do estado do Paraná, o governo da Venezuela, o movimento Via Campesina e o MST, completará quatro anos em agosto de 2009 e está localizado no Assentamento Contestado, município da Lapa, no estado do Paraná. Fundada pelo movimento camponês, busca construir nova matriz de produção, cujo fundamento se encontra na agroecologia e na preservação do meio ambiente. A graduação é desenvolvida pela Universidade Federal do Paraná e tem duração de três anos. O trabalho pedagógico e as aulas são realizados segundo a concepção de Educação em alternância, integrando atividades que se realizam no tempo-escola, e outras desenvolvidas no tempo-comunidade. Cada etapa tem duração média de 60 a 70 dias. (p. 41-42).

No capítulo seguinte foi discutido o referencial teórico-metodológico da pesquisa, o materialismo histórico-dialético como meio para apreender a realidade dos trabalhadores rurais do assentamento Taquaral, na sua longa marcha de luta, desde os acampamentos até conquista da terra do assentamento Taquaral em Corumbá-MS.

CAPÍTULO II

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

A LUTA PELA TERRA E O ASSENTAMENTO TAQUARAL

A luta pela Terra em Mato Grosso do Sul

A equipe de trabalho
De cidade em cidade, levava sempre a esperança
De uma nova sociedade:
Sabiam todos de sobra:
Sem luta não há vitória
Sem vitória não há liberdade.
Municípios organizados
Foram pra ocupação
Tinha sido eleita uma comissão
De trabalhadores e agentes
Prá aquela grande missão.

(Sebastião Arnaldo de Souza – Tião Preto.)

Ao reiterar o propósito de dar visibilidade, por meio desta pesquisa, à luta dos trabalhadores rurais sem terra em contraposição ao controle secular do grande latifúndio pelas assim denominadas famílias tradicionais de Mato Grosso do Sul, a fundamentação teórica constante deste estudo foi realizada com base nos trabalhos de pensadores identificados com o método materialista histórico-dialético. Foram realizadas, também, análises de modo a compor o cenário socioeconômico da realidade local e regional, sem perder de vista sua articulação com a totalidade. Assim, este capítulo será dividido em duas partes: num primeiro momento a apresentação do método, estratégia e procedimentos e num segundo momento a descrição do objeto desta dissertação.

2.1 Método, estratégia e procedimentos de pesquisa: analisando a luta pela terra.

Segundo Frigotto (2008), é possível seguir dois caminhos para realizar uma investigação: a metafísica e a dialética materialista. Pretende-se investigar a luta pela terra em Corumbá, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, por meio do método denominado materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Frederich Engels e de teóricos marxistas que os sucederam.

Por meio da teoria escolhida, o materialismo histórico-dialético, se pretende investigar as lutas dos trabalhadores rurais nos vários momentos de sua vida. Neste sentido, Kosik (1999) nos relata que a teoria materialista da história diferencia da teoria reducionista, e diz:

Toda teoria do conhecimento se apóia, implícita ou explicitamente, sobre uma determinada teoria da realidade e pressupõe uma determinada concepção da realidade mesma. A teoria materialista do conhecimento como reprodução intelectual da realidade deriva de uma concepção da realidade diferente daquela que deriva o método de redução. A redução pressupõe uma substância rígida, elementos imutáveis e não derivados, nos quais, em última instância, se desdobram a variedade e a mutabilidade dos fenômenos. (p. 33).

Para Minayo (2008, p.107), “no marxismo, o materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na everscência de uma sociedade.”.

O trabalhador rural, massacrado ao longo da história do Brasil em todas as suas formas de reivindicação, percebe que o único meio de conseguir um pedaço de terra para plantar é ir ao confronto com os latifundiários que o vê como uma peça descartável, para usar e jogar fora.

Para Marx (2008a), quando se estuda a marcha das categorias econômicas e em geral qualquer ciência social histórica, sempre convém recordar que o sujeito – a sociedade burguesa moderna, nesse caso – se encontra determinado na mentalidade tanto quanto na realidade. As categorias, portanto, exprimem formas de vida, determinações de existência, e amiúde somente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito e que, por isso, a economia política não aparece também como ciência, senão unicamente a partir do momento em que trata dela como tal.

Com relação ao materialismo histórico-dialético, Marx e Engels (2008) nos sugerem: “Não surgiu, sem dúvida, no vazio cultural, porém trouxe uma visão profundamente nova do desenvolvimento da sociedade humana e um novo projeto de lutas sociais com vistas à transformação radical da sociedade existente.” (p.30).

Para os trabalhadores rurais, a luta pela terra passa a ser uma bandeira a ser levada até o fim, levando-se em conta os vários conflitos como a guerra de Canudos, a guerra dos Contendados e as lutas armadas realizadas em várias regiões do Brasil.

Para Minayo (op. cit.), a primeira tese da dialética é a da especificidade histórica da vida humana: nada existe totalmente dado, eterno, fixo e absoluto. Portanto, não há nem idéias, nem instituições e nem categorias estáticas. Toda vida humana e social está sujeita a mudanças, transformações, sendo perecível e podendo ser reconstruídas. Diferentemente dos positivistas que buscavam leis invariáveis da estrutura social para conservá-la, a lógica dialética introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e explica o inacabado, o imperfeito e a transformação.

Para Lowy (2008), a hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, conforme diz:

A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem idéias, princípios, categorias entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história. Pode-se dizer também que esse princípio dialético se aplica à natureza onde existe uma transformação perpétua, mas existe uma diferença entre a história natural e a história humana que está muito bem resumida numa fórmula do filósofo italiano Vico, que diz o seguinte: a diferença entre a história natural e a história humana é que fomos nós que fizemos a história humana, mas não a história natural. (p. 14).

Ainda sobre o método, Lowy (ibid.), afirma que:

Marx retoma a idéia de Vico e da tradição historicista, inclusive citando essa passagem em *O capital*. Isso não ocorre por acaso. Para Marx, esse elemento é um dos aspectos metodológicos essenciais na distinção de seu método e a economia política burguesa ou o positivismo (ambos têm uma perspectiva metodológica comum). Para Marx, aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformadas por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. São leis que resultam da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário. (p. 15).

A dialética se baseia num ponto de vista completamente diferente e tem uma visão distinta da realidade e suas formas variantes. É a lógica do movimento, da evolução, da mudança. A realidade está demasiadamente cheia de contradições, demasiadamente fugidia, por demais mutável para amarrá-la numa fórmula ou conjunto de fórmulas. Cada fase particular da realidade constrói suas próprias leis, seu sistema de categoria peculiares, com as que compartilha de outras fases. Estas leis e categorias devem ser descobertas por uma investigação direta da totalidade concreta, não podem ser pensadas ou produzidas pela mente antes de ser analisadas na realidade material. Além do mais, toda realidade está em contínua mudança, descobrindo novos aspectos de si mesma, que devem ser tomados em conta e que não podem ser enclausurados em velhas fórmulas porque não só são diferentes, mas em detalhes contraditórios com elas (NOVACK, 2006).

O método dialético procura acomodar-se a estes aspectos fundamentais da realidade. Deve tomá-los como pontos de partida e base de seus próprios procedimentos. Se a realidade está sempre mudando, concreta, cheia de novidades, fluente como um rio, movida ao influxo de forças opostas, então a dialética, que pretende ser um autêntico reflexo da realidade em termos lógicos, tem que adotar as mesmas características. O pensamento dialético deve ser concreto, variável, sempre arejado e fluido como um riacho, pronto para detectar e usar as contradições que se lhe apresentem (ibid.).

A distinção entre representação e conceito, entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a práxis utilitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionária da humanidade ou, numa palavra, a cisão do único, é o modo pelo qual o pensamento capta a coisa em si, e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o

oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediato a cada dia (KOSIK, op. cit.).

Pretende-se, assim, nos dizeres de Kosik (ibid.), ir à essência do processo de luta pela terra – e não apenas ficar no fenômeno, na aparência –, aplicando-se os instrumentos de análise mais contundentes, desenvolvidos num período histórico de generosa produção material e intelectual, em que o método foi fundamental para definir novos paradigmas de compreensão da realidade.

Discorrer sobre a dialética como método de investigação é, ao mesmo tempo, abordar um tema candente e relevante política, ideológica e teoricamente e, contraditoriamente, expor-se a um conjunto de riscos, dos quais o fundamental é o da banalização ou simplificação (FRIGOTTO, op. cit.). Frigotto (ibid.) distingue três dimensões dentro de uma mesma unidade, o materialismo histórico enquanto postura, enquanto método e enquanto práxis.

O materialismo histórico funda-se na concepção de que o pensamento, as idéias são o reflexo, no plano da organização nervosa superior, das realidades e leis dos processos que se passam no mundo exterior, os quais não dependem do pensamento, têm suas leis específicas, as únicas reais, de modo que só compete à reflexão racional apoderar-se das determinações existentes entre as próprias coisas e dar-lhes expressão abstrata, universalizada, que corresponde ao que se chamará então de ideias e proposições (VIEIRA PINTO, 1979, apud ibid.).

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão de postura, neste sentido, antecede ao método. Este se constitui numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (ibid.)

A teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e

a ação. A reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar (ibid.).

Os trabalhadores rurais, por meio de sua prática, o trabalho diretamente na terra, produzem a sua vida material, conforme ilustra esta passagem:

A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos [...] Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência [...] Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. (MARX; ENGELS, op. cit., p.12)

O homem é considerado nas investigações como um ser social, no sentido do indivíduo incluído no conjunto das relações sociais. Dependendo da formação social na qual se situa e da correlação de forças existente, o homem se converte em força de trabalho, mão de obra, especialista, capital humano, sujeito capaz de transformar a realidade, ator e criador da história. Apesar de ser histórica e socialmente determinado, também é capaz de tomar consciência de seu papel histórico, de educar-se por meio das ações políticas e de liberar-se através da prática revolucionária (ibid.).

O homem, apresentado neste trabalho como trabalhador rural, consciente de seu papel na sociedade, constantemente explorado e expulso de suas terras, acredita que com sua prática pode mudar esta realidade, por meio do movimento de luta pela terra.

A dimensão ontológica refere-se a concepções de homem, da sociedade, da história, da educação e da realidade, que se articulam na visão de mundo implícita em toda produção científica. Esta visão de mundo (cosmovisão) tem uma função metodológica integradora e totalizadora que ajuda a elucidar os outros elementos de cada modelo ou paradigma. Entre os principais pressupostos ontológicos teremos as concepções de homem, história e realidade (GAMBOA, 2008).

A história como conhecimento de diferentes estados realizados, não necessariamente passados, por um objeto qualquer do conhecimento, um povo, uma instituição, um grupo, um indivíduo ou como série de estados pelos quais têm passado a humanidade permite entender que cada enfoque tem sua própria concepção de história. Outros vêem a história como um processo de

desenvolvimento e de superação das contradições e conflitos inerentes ao fenômeno estudado. Uns dão importância destacada à história (tudo é história), outros qualificam de historicismo à simples exploração dos dados presentes ou à situação dos mesmos em momentos diferentes.

O conceito de homem é um elemento sempre presente nos enfoques metodológicos. Cada enfoque dá determinada importância segundo sua situação, seja como centro de um processo, como elemento secundário em um sistema de produção, como resultado de uma interrelação de variáveis. Também pode ser concebido como sujeito ativo, transformador de uma realidade, ou como sujeito passivo, resultado de determinadas estruturas ou sistemas ou situado em classes sociais opostas das quais uns são explorados e outros exploradores. Todo enfoque tem um tipo de homem; de igual maneira, adota uma forma de entender a organização desses homens, uma concepção de sociedade.

A concepção de realidade ou mundo (cosmovisão) depende em grande medida da própria história de cada pesquisador. A concepção de mundo se apresenta com um conjunto de intuições, não só em determinadas teorias mais desenvolvidas, mas também condiciona toda a ciência e, ainda mais, abrange formas normativas, convertendo-se em critério de ação. A concepção de mundo é uma categoria geral e fundamental que está intimamente ligada ao problema central da filosofia (ibid.)

Para tanto, resgatar-se-á uma definição estratégica de método que, segundo Kopnin (1978, p.91):

[...] é um meio de obtenção de determinados resultados no conhecimento e na prática. Todo método compreende o conhecimento das leis objetivas. As leis interpretadas constituem o aspecto objetivo do método, sendo o subjetivo formado pelos recursos de pesquisa e transformação dos fenômenos, recursos esses que surgem com base naquelas leis. Por si mesmas, as leis objetivas não constituem o método; tornam-se método os procedimentos que nelas se baseiam e servem para sucessiva interpretação e transformação da realidade, para obtenção de novos resultados.

Fundamental para uma compreensão completa é, também, a elucidativa explicação de Kosik (op. cit.) acerca da dialética e sua aplicação no método materialista histórico-dialético, a saber:

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendo apenas distinguir duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da práxis humana. A atitude primordial e imediata do homem, em face à realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. (p. 16).

Nesse contexto, Marx e Engels (op. cit.), no clássico “A ideologia Alemã”, ensinam que o desenvolvimento da história não está nas ideias, porém dentro de determinada realidade, neste caso dos trabalhadores rurais, que são constantemente expulsos de suas terras. Captar esta dinâmica estaria de acordo com o que diz: “[...] O ponto de partida da história não pode ser a idéia, nem qualquer conceito. Não se devia fazer da história, como ocorre com Hegel, o autodesenvolvimento do conceito.” (p. 24).

Marx (2008b), em 18 Brumário de Luis Bonaparte, assim ilustra seu raciocínio: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (p. 25). O trabalhador rural se defronta com duas situações: ou continua sendo explorado e despejado do grande latifundiário ou parte para conquistar o seu pedaço de terra, através das lutas organizadas, para tirar o sustento de sua família.

Os trabalhadores rurais acreditam que é possível mudar esta realidade de concentração, uma vez que são situações criadas pelo homem, sendo assim é possível mudar, mesmo com muito sacrifício e muito sangue. Neste sentido, Kosik (op. cit.) no alerta que:

A diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar de modo revolucionário a realidade humano-social porque ele próprio é produtor desta última realidade (p. 23).

O mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, apesar de nela se manifestar, não é o mundo das condições reais em oposição às condições irreais, tampouco o mundo da transcendência em oposição à ilusão subjetiva; é

o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. O mundo real não é, portanto, um mundo de objetos reais fixados, que sob o seu aspecto fetichizado levem a uma existência transcendente como uma variante naturalisticamente entendida das idéias platônicas; ao invés disso, é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social. A dialética não é um método de redução; é o método da reprodução espiritual e intelectual da realidade, é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico (ibid.).

O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo e, de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais (ibid.).

O conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica, isto é, de crítica, interpretação e avaliação de fatos, processo em que a atividade do homem, do cientista, é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos. Esta atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é o método científico. O método científico é mais ou menos eficiente segundo a maior ou menor riqueza de realidade, contida objetivamente neste ou naquele fato que ele é capaz de descobrir, explicar e motivar (ibid.).

Já Rosdolsky (2001) aporta com a seguinte contribuição, embasada na concepção materialista da história:

Marx demonstra aqui, antes de tudo, que “ir do abstrato ao concreto” é o único método científico adequado para “apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como um concreto pensado”. Na introdução, em passagem famosa, ele diz: “O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações e, portanto, a unidade do diverso.” Por isso, o pensamento só pode compreender plenamente o concreto “em um processo de síntese”, ou seja, pela reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples. (p. 21).

O referido autor (ibid.), com base na análise histórico-materialista, descreve a realidade do campo na atualidade:

Os trabalhadores neste momento procuram terra para: plantar, tirar da terra o sustento de sua família, para morar e viver bem, diferentemente da sua função, uma vez que está a serviço da especulação e da produção de Boi e soja como produtos de exportação [...] O trabalhador rural se vê neste momento sem a sua ferramenta de trabalho, que é a terra, neste sentido podemos considerar que não é uma situação isolada e sim um fenômeno nacional, que atinge os quatro cantos do Brasil, dessa forma os trabalhadores saem à procura de um pedaço de terra, tendo para isso, neste momento se organizar e conseqüentemente conquistar a terra. [...] É um longo processo que vai desde a organização da ocupação, escolha da terra, acampamento, sucessivos despejos, confronto com o Estado e finalmente a conquista da terra que se dá através da entrega dos lotes. (p.52).

E faz um contraponto com a realidade do agronegócio, atividade em franca expansão entre os detentores do latifúndio:

No modo de produção capitalista, a agricultura se converte cada vez mais em um ramo da indústria, e como tal submete-se ao capital. Precisamente por isso, no exame teórico da ordem social burguesa, o capital, na condição de “potência econômica que predomina sobre toda a sociedade burguesa”, constitui “o ponto de partida e o ponto de chegada, devendo ser analisado antes da propriedade da terra.” [...] “A propriedade privada da terra por parte de uns, o que implica a não-propriedade por parte de outros – é o fundamento do modo capitalista de produção”. O capital não pode existir sem a propriedade da terra (“a qual inclui como antítese”); por isso, a transformação das condições de trabalho em capital pressupõe que “os produtores diretos sejam expropriados da terra”, ou seja, pressupõe “uma determinada forma de propriedade da terra”. (ibid., p.58).

No dizer de Kosik (op. cit., p.16), “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência”.

Para se chegar à essência dos fenômenos, pretende-se trabalhar com as categorias, que são o ponto de apoio para o conhecimento e para a prática. Segundo Rosental e Straks (1960, p.1-2):

Para comprender qué son las categorías filosóficas hay que abordar, siquiera sea brevemente, el problema de cómo se efectúa el proceso cognoscitivo, ya que las categorías surgen en el curso del conocimiento y de la transformación práctica de la naturaleza y sirven de instrumento a la actividad cognoscitiva del hombre. [...] La observación de los fenómenos y procesos de la naturaleza nos proporciona el material necesario, sin el cual no podríamos juzgar dichos fenómenos y procesos ni conocer nada acerca de ellos. La percepción sensible constituye una premisa importante del verdadero conocimiento científico pero por sí sola no es todavía una captación profunda de la realidad.

Por seu turno, Cury (1995, p.6) discorre acerca das categorias filosóficas a que Rosental e Straks (op. cit.) se referem, como um instrumento para se entender a realidade:

As categorias são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade. Desde logo, observa-se que as categorias devem responder às condições concretas de cada tempo e lugar. Elas não são algo definido de uma vez por todas e não possuem um fim em si mesma. Elas ganham sentido enquanto instrumento de compreensão de uma realidade social concreta, compreensão esta que, por sua vez, só ganha sentido quando assumida pelos grupos e agentes que participam de uma prática educativa.

Desse modo, pretende-se trabalhar mediante as categorias da totalidade para se chegar às contradições e à práxis como forma de transformação social, entendendo práxis na concepção marxista, tal como Vásquez (2007, p.109) explica:

Com Marx, o problema da práxis como atividade humana transformadora da natureza e da sociedade passa para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento. A relação entre teoria e práxis é para Marx teoria e prática; prática na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente.

O estudo adotou como estratégia a pesquisa de campo para apreensão e compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade. Teve a entrevista semi-estruturada como um instrumento para a coleta dos dados. Tendo como foco a organização local dos trabalhadores rurais, a área da pesquisa é o contexto do movimento dos lavradores em fase de conquista ou em posse da terra: sua visão, sua memória coletiva, as relações comunitárias e familiares e as interações institucionais em níveis local, regional e nacional. Dentro desta perspectiva, a luta pela terra está relacionada à necessidade de uma educação tanto no acampamento quanto no assentamento. Para isso,

buscou investigar professores leigos que já participam do movimento de luta pela terra.

Em se tratando de uma organização sociocomunitária fragmentada por conta da falta de infraestrutura de acesso para atravessar distâncias nos sete assentamentos rurais instalados no município de Corumbá, com uma população aproximada 25.000 pessoas (BRASIL, 2008), optou-se pelo assentamento Taquaral como localidade a ser pesquisada. O referido assentamento conta com 394 famílias, que estão distribuídas em três agrovilas, das quais 6 pessoas foram entrevistadas, das três agrovilas mais 2 pessoas, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e 5 professores da Escola Monte Azul do assentamento Taquaral. Assim, o total de entrevistados é de 13 pessoas, conforme caracterizados no apêndice 4.

O critério de escolha das pessoas para aplicar a entrevista foi o de ter participado desde a luta pela terra nos acampamentos da região da Grande Dourados até a formação do grande acampamento em Santo Inácio – dali as famílias foram distribuídas para todo o estado, depois da aprovação pelas lideranças, mediante vistoria da área, sempre em forma de acampamento, como forma de dar continuidade à luta pela terra e os professores que no início do assentamento trabalharam como professores leigos.

Os instrumentos de coleta de dados foram as entrevistas semi-estruturadas para cada um dos dois segmentos a serem pesquisados, obedecendo a roteiros pré-estabelecidos (apêndices 1, 2 e 3). Uma entrevista foi aplicada com a antecedência de trinta dias, de modo a avaliar a efetividade dos instrumentos para a coleta de dados da pesquisa. Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), no qual foi assegurada a preservação de sua identidade, bem como a de outros citados na pesquisa. Assim, todos os nomes de pessoas e entidades foram modificados nesta pesquisa.

Foram adotados códigos alfanuméricos para a identificação dos possíveis citados de modo individual. Com base nos ensinamentos metodológicos, no contexto de elaboração de pesquisa, de Rummel (1974), Lüdke e André (1986), Minayo, Deslandes e Gomes (2008) e Alvarenga (2008), foram definidos tais parâmetros, consignados nos parágrafos anteriores.

Rummel (op. cit.) alerta para procedimentos objetivos na execução de entrevista de grupo:

O método de questionário em entrevista de grupo implica no encontro do pesquisador com vários indivíduos, como um grupo, discutindo com eles o problema em investigação e o procedimento, que está utilizando para atacar o problema e, então, solicitando a cada membro do grupo para responder ao questionário. Se as questões se comprovam ambíguas, o pesquisador pode esclarecê-las exatamente, como na situação de entrevista. (p.161-162).

Já Minayo, (op. cit.) salienta o sentido da relação intensa entre o estudioso e o campo de pesquisa, no contexto do conhecimento:

Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação. Ou seja, a relação, neste caso, entre conhecimento e interesse deve ser compreendida como critério de realidade e busca de objetivação. (p. 14).

E é a mesma autora (ibid.) que demonstra a relevância da interpretação à luz do materialismo histórico-dialético como método de análise da realidade diagnosticada por meio da pesquisa de campo:

O marxismo enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é uma outra teoria sociológica importante. A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos. (p. 24).

2.2 Do Acampamento ao Assentamento Taquaral

A gleba Santo Inácio, mais particularmente assentamento Marcos Freire, será o foco desta pesquisa, pois deste lugar saíram os trabalhadores para o assentamento Taquaral, que é o objeto desta dissertação.

Da mesma forma que fez com os acampados da Vila São Pedro, em Dourados, transferindo para a Padroeira do Brasil, provisoriamente, o governo resolveu juntar os 13 acampamentos espalhados por 13 municípios no estado num grande amontoado de 835 famílias na gleba Santo Inácio, que na época pertencia ao município de Anastácio (1986). Com a criação do município de Dois irmãos do Buriti, parte da gleba continuou pertencendo a Anastácio e outra para o município recém criado, numa verdadeira favela rural. As famílias

começaram a ser transferidas para a referida gleba no mês de julho de 1987 (CPT, 1993.).

O INCRA tomou posse da fazenda Taquaral em 1989. A transferência das famílias deveria ter ocorrido no dia 06/07/89. No dia 04/07/89, porém, a Curadoria Estadual do Meio Ambiente e a Procuradoria da República no Estado entraram com uma ação pública ambiental impedindo o assentamento. Esta ação não permitia a implantação de assentamento enquanto não se definisse como seria utilizada a área para garantir a conservação do meio ambiente.

Mesmo com esta pendência, o estado, por meio da Secretaria de Assuntos Fundiários, efetuou a transferência no dia 06/07/89 de 305 agricultores do assentamento Provisório Santo Inácio para a área Taquaral, prometendo a transferência das famílias destes trabalhadores para o dia 20/07/89. Com insegurança, os trabalhadores continuavam na área construindo os barracos que seriam utilizados como moradia, enquanto a ação judicial estava em andamento (ibid.).

Em julho de 1989, a justiça federal determinou a retirada dos assentados da fazenda Taquaral, solicitando à polícia militar para realizar a desocupação. Esta decisão desagradou os assentados, que organizaram uma manifestação em Campo Grande no dia 3 de agosto de 1989, realizando uma caminhada de 22 km na área urbana de Campo Grande.

Após esta manifestação e muitas negociações, 306 famílias assentadas no assentamento Provisório Marcos Freire foram instaladas no Projeto de assentamento Taquaral. As famílias foram transferidas em três etapas: a primeira ocorreu no mês de setembro de 1989, e as outras duas em novembro do mesmo ano.

Chegando a Corumbá, as famílias enfrentaram mais dificuldades, pois não havia infraestrutura: falta de estradas, falta de água, falta de moradia e, principalmente, falta de recursos para a produção. A luta agora passaria a ser pela melhoria das condições de vida e de produção. Com a organização, os assentados no Taquaral conquistaram algumas vitórias e começaram a produzir.

A demarcação e entrega dos lotes definitivos ocorreu apenas em 91, no dia 20 de setembro. As famílias assentadas no Taquaral conquistaram lotes

que variavam entre 11 a 24 hectares. A partir deste momento, começou a ocorrer liberação de créditos para investimentos na produção. Estes recursos foram utilizados para melhorias das habitações, compra de animais e de máquinas agrícolas, promovendo o aumento da produção no assentamento Taquaral.

Entretanto, muitas questões ainda não foram resolvidas e tornam difícil a vida no assentamento. Os principais problemas existentes eram: falta de água potável; períodos de seca anuais prolongados; estradas ruins, dificuldades no escoamento da produção; falta de assistência médica; transporte precário para a área urbana de Corumbá.

Em consequência das dificuldades para a produção na área do assentamento, desenvolveu-se a prática do trabalho complementar, realizado por membros das famílias de assentados na área urbana de Corumbá. Com a melhoria das condições de produção no assentamento Taquaral, ocorreu a diminuição do número de pessoas trabalhando na cidade como assalariados.

Como se percebe pela apresentação até o momento, longa marcha dos trabalhadores rurais foi marcada por constantes conflitos na busca de um pedaço de terra para tirar o alimento de sua família. Da solitária luta pela terra, mostrou-se impossível vencer, tendo que ser organizado através dos movimentos sociais para se chegar até a tão esperada reforma agrária, que infelizmente foi interrompida pela ditadura militar instalada em 1º de abril de 1964.

O Município de Corumbá está situado no Pantanal sul-mato-grossense, numa área considerada o maior santuário ecológico pela sua diversidade na flora e na fauna. Nele encontramos diversos nichos ecológicos nos quais proliferam variados tipos de vegetações que propiciam a formação de uma flora especial, que vai desde as florestas, os campos de cerrado, os campos de gramíneas, até as extensas áreas alagadas que formam ilhotas de vegetação.

Corumbá, situada na margem esquerda do rio Paraguai e também na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia, é considerada o primeiro pólo de desenvolvimento da região, e por abrigar 60% do território pantaneiro, recebeu o nome de capital do Pantanal, além de ser a principal e mais importante zona urbana da região alagada. Também é o maior município em extensão territorial

do estado e mais populoso centro urbano fronteiro de todo o norte e centro-oeste do Brasil.

A cidade sempre foi muito estratégica regionalmente para a entrada das mercadorias européias e sua localização, após a serra de Albuquerque (que finaliza o Pantanal ao sul), no último trecho facilmente navegável do rio Paraguai. Constitui o mais importante porto do estado de Mato Grosso do Sul e um dos mais importantes portos fluviais do Brasil e do mundo.

O município de Corumbá possui uma área de 65.165,8 quilômetros quadrados e uma população de 103.772, do total dessa população, 93.510 habitantes estão concentrados na área urbana e 10.262 na área rural (BRASIL, 2010). É importante ressaltar que anualmente a cidade recebe um novo contingente de pessoas, especialmente aquelas ligadas à unidade do exército e da marinha, o que altera constantemente o número de residentes no município.

Parte da área do município de Corumbá passa por variações durante o ano. Há porções mais elevadas, onde se encontram implantados os assentamentos e que permanecem secas durante o ano todo. Há também as porções intermediárias, que se apresentam secas durante a maior parte do ano e alagadas em alguns meses. Por fim, existem as áreas mais baixas, aquelas onde as águas persistem mesmo durante o período de seca na região, formando as numerosas lagoas do Pantanal (MENEGAT, 2003).

O assentamento Taquaral está localizado na cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul, possui uma área de 10.426,85 hectares, foi instalado em 1989, com 394 famílias, 89 delas naturais de Corumbá e as demais oriundas do assentamento provisório Santo Inácio, denominado mais tarde de Marcos Freire.

O assentamento Taquaral encontra-se localizado a 12 quilômetros da sede do município de Corumbá, tendo sido criado a partir da desapropriação de uma área devoluta, por intermédio do decreto número 92.621, com emissão e posse em 04/05/89, sendo o projeto instalado por meio da portaria número 576, de 13/07/1989. Do total de famílias, 89 foram cadastrados pelo INCRA na região de Corumbá e 305 foram selecionados em outras regiões do Estado, especialmente no antigo acampamento Santo Inácio, atual assentamento Marcos Freire, local que reuniu, provisoriamente, na década de 1980, os

acampamentos que existiam nos diversos municípios sul-mato-grossenses (ibid.).

A área do Taquaral ao ser definida pelo INCRA como área que poderia servir para a reforma agrária, passou por um levantamento, sendo considerados dados que assegurassem sua viabilidade econômica: qualidade do solo; área para reserva florestal (exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA); demarcação e tamanho dos lotes; local para a implantação das agrovilas onde seriam instaladas as moradias dos agricultores; demarcação para abertura de estradas vicinais; local para construção de poços artesianos e de rede de energia elétrica. Também foram definidas as áreas comunitárias destinadas aos assentamentos provisórios das famílias beneficiadas, até que fosse concretizada a estrutura planejada.

A desapropriação das áreas do assentamento Taquaral para fins de reforma agrária não se deu pelo exercício da pressão de famílias sem-terra que reivindicavam aquela área, mas surgiu de uma negociação entre o INCRA e a família Chama, antiga proprietária da área. A área do Taquaral é uma das tantas áreas do município de Corumbá que pertenciam àquela família; por não possuir documentos que comprovassem a posse efetiva das terras do Taquaral, o INCRA a indenizou somente pelo valor das benfeitorias existentes e não pelo valor da terra (ibid.).

A desapropriação do Taquaral foi motivada pela necessidade do Estado em resolver o problema das mais de 800 famílias sem-terra que se encontravam instaladas provisoriamente no acampamento Santo Inácio, à espera de serem beneficiadas com lotes definitivos. O acampamento Santo Inácio foi criado pelo governo estadual para reunir os muitos acampamentos de sem-terra que haviam se instalado, sucessivamente, nas praças de diversas cidades do Estado, limpando, com essa ação, as cidades. As famílias foram então agrupadas pelo governo estadual no acampamento provisório Santo Inácio, em meados da década de 1980, reunindo aquelas famílias que encontravam excluídas do processo agrícola brasileiro e também famílias de brasiguaios, que naquele momento iniciavam o processo de retorno ao Brasil, motivados e esperançosos em conseguir terra no projeto de reforma agrária que começava a ser concretizado (ibid.).

A criação do Taquaral resolveu a situação de parte das famílias que se encontrava em situação provisória no Santo Inácio e também possibilitou a demarcação em lotes da área do Santo Inácio, que deixou de ser uma área provisória, originando o assentamento Marcos Freire. A gestação do Taquaral deveu-se então graças a uma negociação entre o INCRA e os proprietários da área, não havendo luta entre as famílias sem-terra e os donos das terras do Taquaral. Contudo, isto não significa dizer que elas não estivessem expostas à luta que normalmente acontece para a conquista da terra. As famílias que para lá foram transferidas vieram de um longo período de acampamento e de luta, ocupando outras áreas do estado, especialmente aquelas localizadas mais ao sul, onde as terras são mais propícias ao desenvolvimento de atividades agrícolas, sendo sempre dessas áreas despejadas.

Mesmo não tendo ocorrido luta para a desapropriação das terras no projeto definitivo, houve diversos atropelos que fizeram com que as famílias que foram beneficiadas no assentamento Taquaral vivenciassem a situação de despejo da área. Isto aconteceu no momento em elas se encontravam demarcando, na área do Taquaral, o espaço de moradia temporária, de forma coletiva, até que o Ministério Público de Mato Grosso do Sul liberasse a área para o assentamento e o INCRA efetuasse todo o processo de desapropriação da área e demarcação dos lotes, bem como implantasse parte da infraestrutura necessária (ibid.).

A situação de despejo que as famílias vivenciaram no Taquaral ocorreu logo após a tomada de posse da área pelo INCRA, em junho de 1989, quando uma comissão de membros das famílias que se encontravam provisoriamente acampadas no Santo Inácio estiveram em Corumbá, na área do Taquaral, por sugestão do INCRA, para fins de averiguação da qualidade do solo e da viabilidade econômica. Essa comissão permaneceu na futura área do assentamento durante 15 dias e nesse período vivenciou as primeiras pressões efetuadas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para que abandonassem o local. Esse Ministério, por meio do então curador do meio ambiente, Orlamar Teixeira Gregório, e do procurador da república no estado, Luiz Stefanini, impetrou, no dia 04 de julho de 1989, uma ação pública contra a instalação do assentamento Taquaral, por entenderem que aquela área deveria ser destinada para a preservação ambiental. A implantação de mais um

assentamento estaria ferindo o código florestal e a própria constituição federal, considerando que o Pantanal é um patrimônio nacional e área de preservação permanente, onde é proibida qualquer atividade econômica (ibid.).

O Ministério Público tornava o município de Corumbá um lugar de total preservação ambiental, por estar localizado no coração do Pantanal, lugar onde se encontra todo um exuberante complexo de flora e fauna. O desenvolvimento de atividades agrícolas, que se apresentavam como uma novidade para a região, visto que até então a pecuária fora o carro chefe de sua economia, poderia comprometer o ciclo de vida desse complexo. Os defensivos que normalmente são utilizados no desenvolvimento das plantações poderiam causar um desequilíbrio no meio ambiente. O Procurador e o Curador do Meio Ambiente exigiam o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental – e o EIA – Estudo de Impacto Ambiental – das áreas do Taquaral e de Piraputangas, que eram as áreas que estavam, naquele momento, sendo negociadas pelo INCRA em Corumbá para a implantação de assentamentos para que mediante esses estudos, pudessem avaliar a viabilidade ou não da implantação de assentamentos naquelas áreas (ibid.).

Em meio à polêmica sobre a implantação de assentamentos em Corumbá, o INCRA, contrariando as exigências do Ministério Público, decidiu pela transferência, no dia 6 de julho de 1989, de 305 trabalhadores, que representavam as famílias que seriam beneficiadas com terras no Taquaral, para que eles construíssem os barracos para depois transferirem os demais membros de suas famílias. Na chegada a Corumbá, apesar das pressões, os trabalhadores puderam dar início à construção dos barracos. No entanto, no dia 20 de julho de 1989, a justiça federal deu ganho de causa ao Ministério Público de Mato Grosso do Sul e solicitou às polícias federal e militar a retirada dos trabalhadores da área do Taquaral. Essa ação foi suspensa no dia 23 de julho de 1989, mediante recurso apresentado pelo INCRA, sendo esse recurso indeferido no dia 27 de julho. Assim, o despejo foi efetivado em 2 de agosto de 1989. Os trabalhadores oriundos do Santo Inácio foram devolvidos para lá, e as 45 famílias originárias do município de Corumbá foram transferidas para um campo de futebol localizado na cidade (ibid.).

Em resposta a essa decisão judicial, no dia 3 de agosto de 1989 os trabalhadores que seriam assentados no Taquaral demonstraram seu

descontentamento, realizando uma caminhada, iniciando-a na entrada da capital do estado, Campo Grande, indo até a Governadoria Estadual, perfazendo um percurso de 22 km (ibid.).

Após a manifestação, a área do Taquaral foi entregue novamente aos cuidados do INCRA; a partir daí, as famílias que estavam no Santo Inácio tiveram a promessa de transferência para a área do Taquaral. Sua transferência foi efetuada em três etapas: a primeira ocorreu ao final do mês de setembro, a segunda no início do mês de novembro e a terceira, ao final da última quinzena do mês de novembro de 1989 (ibid.).

Em face da longa distância, cerca de 400 quilômetros, existente entre Corumbá e o lugar onde as famílias encontravam-se acampadas no Santo Inácio, o INCRA decidiu pela transferência daquelas que não dispunham de recursos para contratarem elas próprias transporte para efetuar a mudança para o novo lugar, usando o transporte ferroviário, que na ocasião fazia o percurso Corumbá – Bauru, o que barateou o traslado, que foi custeado pelo INCRA. Usando esse meio de transporte, além de transportar a mudança, foi possível carregar também os animais que cada família possuía (ibid.).

Na chegada a Corumbá, as famílias acamparam em área coletiva do Taquaral até a entrega dos lotes definitivos. Essa situação perdurou por dois longos anos e as expôs a uma série de dificuldades de sobrevivência. Durante aquele período, puderam plantar somente pequenas roças em áreas coletivas, mas, por exigência do IBAMA, sem derrubar árvores, o que resultava numa produção que não atendia a todas as necessidades de sustento das famílias, tornando a fome um dos grandes problemas enfrentados no acampamento de Corumbá (ibid.).

Naquele momento o atendimento que o estado fornecia era pouco, somente contemplando as famílias com cestas de alimentos, fornecidas de forma irregular.

O período de acampamento em Corumbá foi longo, em razão do impasse que se criara entre o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, que lutava pela não instalação de assentamentos em Corumbá, e o INCRA, que via na área do Taquaral a maneira para minimizar a situação existente no Santo Inácio. Esse impasse fez com que o período de acampamento se estendesse além do previsto, contrariando as promessas de que as famílias receberiam os

lotes definitivos logo após sua transferência para aquele município. Com isso, as famílias que estavam acampadas à espera de lotes em área coletiva tiveram que encontrar estratégias para poder produzir algum alimento e viabilizar um pouco de sustento para a família (ibid.).

Passado o período do acampamento em área coletiva, que perdurou por dois anos, aconteceu em 20 de setembro de 1991, o sorteio dos lotes definitivos. Naquele momento, o INCRA somente implantara uma pequena parte da infraestrutura planejada para o assentamento. Eram poucas as estradas vicinais, não permitindo o acesso a uma grande parte dos lotes de produção (ibid.).

Os atos realizados pelas famílias acabaram por mudar a aparente imagem harmoniosa da cidade de Corumbá, uma vez que passaram a realizar manifestações em frente ao INCRA e também à prefeitura, mostrando a necessidade de solução para a situação de inconstância a que estavam submetidas. As manifestações estabeleceram um clima de inquietação e acentuaram a não aceitação das famílias pela comunidade local, que já no momento de sua chegada ao município demonstrara pouca receptividade. A partir dos atos dos acampados, a comunidade corumbaense passou a vê-los como pessoas desordeiras, prontas a quebrar as normas sociais; o comércio fechava a porta; os programas populares veiculados através das rádios locais as classificavam como desordeiras que desestruturavam a organização vigente no município. Esse foi o início de um período de tensão, que se acentuaria no assentamento definitivo, entre as famílias que estavam acampadas em busca de um quinhão de terra, para dele proverem suas sobrevivências e a comunidade corumbaense, temerosa que a aparente tranquilidade da ordem urbana fosse transgredida com a instalação dos assentamentos (ibid.).

A partir de então, como não vislumbrassem o período de entrega dos lotes para poder obter seu sustento, as famílias tiveram que buscar outras formas para garantir sua sobrevivência, o que acabou criando novas situações de vida: o assalariamento das mulheres para a permanência no acampamento em Corumbá, e com ele se estabeleceu uma nova situação familiar, uma vez que até então, em períodos de dificuldades, era sempre o homem aquele que primeiro saía para buscar prover a sobrevivência. A mulher sempre lutou pelo sustento da família, mas sempre em conjunto, acompanhando o homem. Em

Corumbá essa situação mudou, porque a mulher se tornou uma assalariada individual e assumiu o papel de provedora da família. Como o município tem como principal atividade econômica a pecuária, foi difícil o assalariamento dos homens, visto que essa atividade absorve uma pequena quantidade de mão de obra. Como a mulher teve facilidade em se inserir no assalariamento doméstico urbano, coube ao homem assumir as atividades da casa e o cuidado das crianças, mudando um quadro tradicional, alicerçado em tarefas desempenhadas exclusivamente pela mulher e pelas filhas maiores.

No capítulo seguinte foi feita a análise dos dados coletados através da pesquisa de campo, com a aplicação de entrevista semi-estruturada às lideranças, professores leigos que participaram desde o acampamento, por meio das categorias de análises.

CAPÍTULO III

DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO TAQUARAL:

UMA LONGA TRAJETÓRIA NA CONQUISTA DA TERRA

Foi ano de 1985, que o governo anunciou
Reforma Agrária para o povo:
Presidente decretou
Tava na cara o golpe,
Que ficando no papel
Povo se revoltou

Houve no país inteiro
Ondas de ocupação
De norte a sul do Brasil
O povo em mutirão,
Para dar vida pra terras
Que não tinha ocupação

Em Mato Grosso do Sul
Quando a notícia chegou
Os movimentos sociais,
A CPT convocou
Pra organizar a luta
Junto ao trabalhador.

(Sebastião Arnaldo de Souza – Tião Preto –
A luta pela Terra em MS.)

O Propósito deste capítulo foi analisar a luta no assentamento Taquaral, em Corumbá, considerando a formação dos professores leigos como parte do processo de luta. Para tal, o capítulo foi dividido em quatro partes: a) a história de vida das lideranças antes de entrar no movimento e durante o processo de luta; b) as condições concretas da luta pela terra; c) o nível de consciência antes e depois da luta pela terra; d) a formação dos professores leigos.

3.1 – História – Antes de entrar no movimento e durante o acampamento

Nas diferentes motivações pra entrar na luta pela terra apareceu um que é o sonho, uma utopia de ter um pedaço de terra. Lowy (2008) define o que vem a ser utopia:

Em grego, topos significa “lugar” e u significa “nenhum”, utopia significa “lugar nenhum”, quer dizer aquilo que não existe em lugar

nenhum, que ainda não foi realizado. Então a utopia é uma aspiração a um estado de coisas, a uma sociedade que não existe, que ainda não foi realizada em lugar nenhum. (p. 68).

Os entrevistados vêm de várias regiões do Brasil, do nordeste, sudeste e do sul, sempre em busca de trabalho para sustentar a sua família. Com isto, vivem de estado em estado e de cidade em cidade procurando um meio de se fixar na terra e nela trabalhar. Por isso que todos os sujeitos envolvidos na pesquisa demonstraram que a sua atuação anterior ao movimento era o trabalho com a terra, seja como arrendatário ou meeiros. Como diz o senhor Brás: “nós trabalhamos sempre na agricultura, diaristas, bóia-frias, empreiteiro, sempre na roça, no campo.”.

Da mesma forma, outro companheiro da luta como o senhor Marcos relata a sua experiência de vida para tirar o sustento de sua família e diz:

Antes de entrar no movimento eu trabalhava por dia e tocava um pequeno pedaço de terra e tocava um pequeno pedaço de café, 2000 pés de café. Aí nós vimos que ali não estava dando, trabalhava por dia, 3 dias na minha terra e 3 dias na terra dos outros e assim levamos a vida.

O governo militar instituiu o estatuto da terra, um instrumento jurídico para se realizar a reforma agrária, porém, se tornou uma lei morta por todo tempo da ditadura militar.

Foi na transição do governo militar para o democrático que os trabalhadores se levantaram, por ocasião do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária que já preconizava o estatuto da terra criado anteriormente.

O que o governo pretendia não era resolver a questão da terra e sim transferir o conflito de um lugar para outro. Dessa forma, os treze municípios foram transferidos para a região de Santo Inácio no assentamento provisório Marcos Freire.

O governo, a partir da pressão dos trabalhadores, começou a repassar cestas básicas e um recurso para os trabalhadores, porém, a demora foi tanta que os forçavam a trabalhar fora, nas fazendas de bóias-frias para o sustento de suas famílias.

Na constante busca de terra, alguns trabalhadores foram forçados a ir para o país vizinho, o Paraguai que, segundo comentários realizados à época, estava dando terra. Porém, com o tempo, percebiam que não era do jeito que

pensavam e acabavam retornando ao Brasil para continuar no processo de luta pela terra, como foi o caso do senhor Antônio e de muitos outros. Em seus dizeres:

Morávamos no Paraguai junto com meu pai, mas quando nós fomos para o Paraguai tínhamos muito sofrimento e não tinha escola, a saúde também era ruim e a estrada, quando eu casei e tive minha família, tive um sonho de vir para o Brasil para poder dar estudos para os meus meninos, meus irmãos não puderam estudar e [eram analfabetos]. Só eu tinha o 4º ano e minha irmã tinha o 3º ano e o outro não pôde estudar e eu tinha o sonho que eu não queria ver meus filhos sem estudar. Aí, como surgiu o movimento da reforma agrária, e nós trocamos algumas ideias e acabamos vindo para o acampamento El Dourado.

Da mesma forma, outros também se arriscaram no Paraguai como o senhor Felipe que trabalhava plantando lavoura de hortelã, milho e soja, posteriormente com o crescimento da luta pela terra na região de Dourados, resolveram voltar, trabalharam a princípio como bóia fria cortando cana em Naviraí e posteriormente foram para Dois Irmãos do Buriti no Acampamento Santo Inácio.

Dona Tereza, esposa do senhor Antônio, também reforça o momento que passaram no Paraguai e diz:

Nós morávamos no Paraguai em um pedaço de terra, não sendo nosso, pois não tínhamos liberdade e foi quando surgiu a reforma agrária e viemos embora para o Brasil para acampar na região de Eldorado.

A trajetória de luta pela terra dos entrevistados confunde-se com uma busca constante pela sobrevivência, sempre atrás de um lugar para plantar e fixar com a sua família, o trabalho que conseguem é sempre de arrendatário, meeiros, bóias-frias, sempre trabalhando para os outros e depois de um tempo são expulsos, uma vez que a cerca e o pasto estão prontos.

3.2 – Condições Concretas da luta pela terra.

3.2.1 – Terra pra plantar e morar

Ter um pedaço de terra é o que motiva os trabalhadores a saírem de sua terra natal em busca de um lugar para viver com as suas famílias, porém a

terra tem que ser conquistada e passar pelo processo de ocupar, acampar até chegar à terra ou ao assentamento, conquistando assim a terra para plantar e tirar o sustento de suas famílias, conforme Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) nos evidencia:

O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. (p.11).

O trabalhador Antônio nos diz que decidiu entrar na luta pela terra porque tinha um sonho de um pedaço de terra ou um lote para tirar o sustento de sua família e dar estudo aos seus filhos que naquele período eram pequenos, como mostra seu relato:

Porque eu tinha um sonho de ter um pedaço de chão, pra poder ter um lugar para morarmos e pra acabar de formar os meninos que na época ainda [eram] pequenos e pra estudar também, era um sonho que tínhamos de ter um pedaço de chão, pra poder tirar o sustento pra gente que é bôia fria é muito difícil.

Brás justifica que sem estudo e emprego, precisava da terra para trabalhar e para tirar o sustento de sua família, porém só conseguiria através da luta pela terra, que neste momento tomados pela promessa e a implantação do primeiro plano de reforma agrária, fez com que os trabalhadores se organizassem em sindicatos e lutassem pela terra:

Por ser um meio, e a gente sem formação apropriada para emprego e a opção disponível no momento era continuar trabalhar na terra e como já vinha desde pequeno que vinha trabalhando com meu pai, então a gente deu essa sequência e, como se diz, no interesse de adquirir a terra própria né, já que era uma família constituída, então vamos adquirir um pedaço de terra, que seja através dessa luta, né?

O trabalhador Felipe foi até o Paraguai, se tornando um Brasiguai, contando que pudesse conseguir um lote naquele país. Porém aconteceu o contrário, percebeu que não iria conseguir um pedaço de terra:

Naquele tempo trabalhávamos no Paraguai, ali nós não podíamos fazer nada que já éramos punidos, aí o povo achou que ali não era um lugar para vivermos, e nós achamos que se nós pegássemos um pedaço de terra no Brasil podíamos ter uma vida melhor.

A sua esposa dona Tereza também se decepcionou em não conseguir um pedaço de terra no país vizinho para tirar o seu sustento:

Sou natural de Minas Gerais, porém nós fomos morar no Paraguai na Cidade chamada de Porto La Bela em um pedaço de terra, não sendo nosso, pois não tínhamos liberdade e foi quando surgiu a reforma agrária e viemos embora para o Brasil.

3.2.2 – A força do sindicalismo

O relato dos entrevistados mostra que se organizaram através de reuniões, nas associações e sindicatos para ocupar determinadas áreas e fazer ali os acampamentos, que neste momento era um meio de pressionar o governo para atender as reivindicações dos trabalhadores, uma vez que os acampamentos se esparramaram por treze municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. O trabalhador Antônio nos sintetiza esta época:

No caso foi assim, naquela época o líder, íamos até a casa dele e trocávamos ideia e pensávamos que chegávamos na terra com 3 ou 4 meses, íamos estar com todos os papéis, mas isso não aconteceu e se prolongou muito. Foi um ano e meio e não tínhamos mais [recursos] pra sair, e tínhamos que ficar ali e não sabíamos o que poderia acontecer. Naquela época era difícil, foi com a luta e através de reuniões e as pessoas se juntavam.

Neste momento as pessoas podiam até se aventurar sozinho na luta pela terra, porém, não conseguiam nada, o único meio era se organizarem em sindicato para fortalecer a luta dos trabalhadores. Neste sentido, o trabalhador Marcos também relata sobre como se deu a organização da luta pela terra:

Através do sindicato nós fomos convidando as pessoas, muitos tinham medo de acampar devido à pressão da polícia, duas vezes já fomos despejados, uma vez quando nós estávamos vindo pro acampamento e outra vez quando estávamos no INCRA em Campo Grande e tivemos que voltar. Estávamos com poucas pessoas, mas o que fez nós procurarmos as terras foi o sindicato, com pessoas que eram de confiança, nós sempre queríamos nossas terras, a reforma agrária é pra todo mundo e nós fomos conseguir isso.

Na região sul de Mato Grosso do Sul multiplicaram os números de acampamentos pela terra. O novo modelo agrícola de exportação expulsa os trabalhadores de suas terras. Neste sentido, Madalena, ex-agente da Comissão Pastoral da Terra, ressalta:

O Mato Grosso do Sul é um estado que recebeu um contingente migratório muito grande que contribuiu para o crescimento populacional do estado. Esse processo migratório é fruto já na década de 70 quando o governo brasileiro implantou um novo modelo agrícola no país incentivando a monocultura de exportação em detrimento das culturas de subsistências aqui locais, mais o processo de mecanização, abertura de fronteiras agrícolas e nos países limítrofe, a construção de hidrelétrica como de Itaipu fez com que milhares de pequenos e médios camponeses (meeiros e arrendatários) fossem expulsos de suas terras e com isso essas famílias principalmente dos estados do sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, eles foram atraídos para fronteiras agrícolas e para projetos de colonização e o estado de Mato Grosso do Sul foi um dos estados que recebeu esse enorme contingente populacional.

Para aliviar a tensão das ocupações da luta pela terra nos treze municípios, o governo conseguiu uma área em Santo Inácio na região de Anastácio, para ser um assentamento provisório, até conseguir mais áreas para as famílias, de modo que quando o governo conseguia desapropriar determinada área, conseguiu duas áreas, a de Corumbá no assentamento Taquaral e em Nova Andradina. Assim que saía uma área, era repassado às lideranças que se deslocavam para a área para averiguar se a terra dava para produzir ou não e as famílias decidiam se aceitavam ou não vir para as áreas oferecidas pelo governo. Sobre isso, Sara avalia:

Quando cheguei no estado, em 1985, já havia acontecido uma ocupação na gleba Santa Idalina no sul do estado, região de Ivinhema. Em 1985 eu comecei a trabalhar na região de Naviraí. Nós íamos nas [fazendas], [tinham] muitos arrendamentos e aí, com o evento do Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado pelo governo Sarney, os fazendeiros começaram a não querer fazer mais arrendamentos para os trabalhadores e aí se formou com a coordenação, nas idas que nós íamos com os pais para fazer celebração, as famílias começaram a reclamar e sempre a indagação do que fazer, pra onde ir, porque os fazendeiros já não queriam arrendar as terras, eles trabalhavam com plantação de algodão por cinco anos e o arrendamento era cinco anos. Depois que terminasse o arrendamento, tinha que deixar o pasto pra/pro fazendeiro plantar.

Anteriormente ao assentamento provisório de Santo Inácio na região de Anastácio, em outras cidades do sul do estado já se mobilizavam pela luta pela terra, conforme Madalena diz:

Eu acompanhava em Naviraí e Ivaneide acompanhava em Mundo Novo né, isso se foi até 86 e 87. Agora o pessoal de Mundo Novo conseguiu a área, a primeira área, que foi com a luta, né, e a reivindicação. Conseguiram a área de Santa Idalina, que hoje é lá em Ivinhema, que é chamada de Novo Horizonte do Sul e o grupo de Naviraí, eles conseguiram a Nova Esperança.

O movimento foi crescendo e mobilizando vários municípios do estado para acamparem formando acampamento de trabalhadores rurais, conforme Madalena relata na sua entrevista:

Depois [que] esses grupos que foram assentados [surgiram], vários grupos no Mato Grosso do Sul, porque a luta, os que estavam lutando conseguiram, então isso, foi um até então um incentivo, ou uma força para os outros trabalhadores que precisavam de terras se organizarem, e aí formaram-se 13 acampamentos em 13 municípios que podemos citar: Jateí, Três Lagoas, Caarapó, Dourados, Taquarussu, Eldorados, Sete Quedas, Bataiporã, Bataguassu, Paranhos, Itaquirai, Vicentina e Deodópolis. Então esses grupos, cada município se organizou em grupos pra lutar pela terra.

Os grupos se organizaram nos municípios, porém com o tempo foram se articulando para fortalecer a luta, unindo os treze municípios para pressionar o governo no sentido de conseguir áreas para a reforma agrária. Madalena no seu relato também reforça:

E esses grupos, eles começaram a lutar cada um individualmente no seu município, com o passar do tempo, já há mais de ano acampados. Nós começamos como Comissão Pastoral da Terra a articular os grupos no Mato Grosso do Sul, pra ter mais força pra reivindicar e foi surgindo, e o governo não cedia, não tinha área prevista, com a questão da organização e articulação dos grupos [estavam] muito fortes, [tomaram] força os treze e com a pressão desses sete grupos dos treze grupos, o governo saiu a primeira área que era a fazenda de Santo Inácio na região de Anastácio e o governo pressionado fez uma proposta para os representantes desses treze acampamentos, para se fazer um assentamento provisório.

A proposta do governo era de em seis meses conseguir as áreas para distribuir as famílias nas terras, porém o prometido não foi cumprido, uma vez as famílias ficaram mais de dois anos no assentamento provisório, conforme Madalena relembra:

Na época, o governo falou que era para seis meses, que dentro de seis meses [sairiam] outras áreas e essas famílias seriam reassentadas, porque foi uma forma, as famílias já estavam cansadas de estar acampadas, a vida de acampamento é muito difícil, eles sobreviviam do trabalho de bóia-fria né, na região que tinha e o trabalho era muito sacrificado e para sustentar as famílias ali, o governo às vezes dava, com muita reivindicação, liberava sacolão. Na época era muito difícil liberação de recursos pra eles que estavam acampados. Então, o que sajava era o trabalho de bóia-fria mesmo, e as famílias iam trabalhar de bóia-fria na região, e depois com muita pressão, eles decidiram aceitar porque já estavam cansados de ficar

acampados, porque no assentamento provisório, eles tinham a possibilidade de começar a plantar, então aceitaram/ a comissão aceitou, consultou os grupos, aceitou e fez o acampamento provisório. Isso na promessa de [serem] seis meses, ficaram, só que enrolou, ficaram mais tempo.

No assentamento Santo Inácio, os trabalhadores puderam plantar mesmo que fosse numa área pequena, mas tiveram esta possibilidade de começar esta atividade produtiva, se livrando assim de trabalhar como bóia-fria ou arrendatário nas fazendas. Madalena justifica esta situação e conclui:

E aí, na medida [em] que continuaram pressionando, mas aí já enfraquece um pouco a luta porque se envolve no trabalho da plantação e na reorganização dos grupos dentro da área e toma mais tempo. Mas mesmo assim, depois que tomaram pé da situação, continuaram reivindicando aí fora, saindo os grupos, e saiu a primeira área na região de Nova Andradina, e o processo era assim, saía a área, depois de muita luta e reivindicação, a área foi desapropriada uma na região de Nova Andradina, as lideranças dos grupos... é, reuniam e iam ver a área, depois decidia quem queria e aí foram misturando os assentados.

Em todos os relatos dos entrevistados, observa-se que não houve conflitos com os proprietários de terras, uma vez que eles estavam no assentamento provisório em Santo Inácio, na região de Anastácio e, quando as áreas iam sendo liberadas pelo governo, os trabalhadores se deslocavam para as áreas desapropriadas para verificar a sua viabilidade. Em Corumbá, no assentamento Taquaral, o único incidente foi com a promotória do meio ambiente que embargou o assentamento, uma vez que o INCRA não tinha realizado o RIMA, Relatório de Impacto do Meio Ambiente. Porém, depois a área foi liberada após uma manifestação em Campo Grande.

3.2.3 – De Santo Inácio rumo à terra do Taquaral

Todos os entrevistados revelam a dificuldade que passaram para conseguir um pedaço de terra, uma vez que atuavam como bóias-frias, arrendatários, meeiros e no final acabavam sem nada e sendo expulsos.

Em todos os relatos, a ocupação se deu após uma longa caminhada em busca de uma terra e depois de um acampamento que se estendeu por vários anos para finalmente chegarem ao assentamento Taquaral. O trabalhador Antônio no relato sobre a trajetória de luta pela terra nos assevera:

Foi muito difícil, enfrentamos muitas barreiras de bóia fria, cortei cana pra poder sobreviver no acampamento, eu cheguei em um ponto que não podia sair, acabou tudo! Eu nem podia sair do acampamento e tinha que ficar junto agrupado e esperando que iríamos chegar até a terra e tínhamos que ficar agrupados porque sozinho não íamos conseguir. E como eu estava agrupado com o pessoal, tivemos força pra chegar até onde nós estamos. Muitos saíram e notamos que ficou pior pra quem abandonou porque estão ainda trabalhando de bóia fria. Igual nós, estávamos trabalhando e tínhamos que levantar 3 horas da madrugada, já tínhamos que estar no ponto para poder ir até o serviço e andava a pé uns 100 ou 200 km. E ainda eu lembro que uma vez uma mulher se machucou a carroceria do caminhão esmagou o dedo dela, nós íamos pra catar feijão... Era uma vida muito sofrida.

O trabalhador Brás, também no seu relato revela uma trajetória de luta sofrida para conseguir um pedaço de terra:

Quando nós chegamos em São Paulo em 1960, eu ainda era pequeno, o pai adquiriu um terreno em presidente Castelo e aí nós moramos vários anos, me formei, casei e em seguida na questão da mudança política sobre questão pró reforma agrária houve um incentivo ao povo brasileiro, e aí nós começamos a nos organizar nos sindicatos e a gente descobriu que não era tão fácil assim como era pregada a reforma agrária nos meios de comunicação, nos meios políticos. E aí a gente se organizou, foi necessário tipo em acampamento, no sentido de pressionar as autoridades e que agilizasse o processo de reforma agrária e a gente fosse contemplado com a terra. E isso nos deu força e incentivo para conseguir a terra, não foi fácil essa trajetória de luta para todos que participaram de acampamento. É uma história muito difícil de se contar, pelo sofrimento que passamos.

Do assentamento provisório Santo Inácio em Anastácio, as áreas foram saindo para assentar as famílias. Em Corumbá saiu uma área chamada de Taquaral. O trabalhador Marcos, descreve como se deu a transferência das famílias:

Foi difícil porque houve muita burocracia, nós já sabíamos que essa área de terra o governo disse que ia nos colocar aqui, mas nós, um grupo de liderança, viemos ver a terra. Mas teve o problema da água, como que era a terra se era bom pra lavoura. Foi aí que nós demos com a cara na parede porque eles voltaram e falavam que a terra era boa. Tá certo, produz, mas não é igual, as terras daqui [sofrem] muita seca, [são] muito [ressecadas], falta de água, a trajetória do acampamento aqui foi difícil porque quando nós viemos pra cá, passamos um mês aqui era pra fazermos em 10 dias, éramos todo o dia ameaçado de nos despejar.

Uma vez decidida a transferência dos trabalhadores para o assentamento Taquaral, esta foi dividida em dois grupos: uns que vieram de trem e outros de caminhão e houve problemas porque, nesse meio, os ferroviários entraram em greve, ficando o povo em Corumbá sem a sua mudança, causando assim muito transtornos para as famílias:

A família do grupo Chama não nos aceitava aqui, mas nós já sabíamos que essa área aqui era desocupada há 8 anos e não era de nenhuma liderança, mas não era liberado pelo INCRA. Aí o governo decidiu trazer-nos pra cá. Naquele tempo foi o Marcelo Miranda, nós trouxemos uma parte da mudança, ele prometeu que ia trazer toda a nossa mudança de caminhão. Em Santo Inácio nós tínhamos muito arroz, eu trouxe muito arroz aqui, fiquei 2 anos sem comprar arroz, mas não trouxeram todas as coisas, falavam que a verba tinha acabado. Foi quando ele começou a falhar, então ele saiu, aí veio o grupo de Jatei. Nós saímos dela no dia 17 de setembro de 1989. Outras pessoas [esperaram] ele arrumar dinheiro, e vieram de trem de lá até aqui. O pessoal ficou com 10 ou 15 dias pra os vagões esvaziarem, chovendo muito. O pessoal chegou aqui de baixo de chuva, nós chegamos aqui no dia 17 e esse outro pessoal chegou no dia 20. Chegaram pessoas doentes e não tinha médico naquele tempo e o pessoal ficou meio cismado, pensavam que íamos invadir a cidade, mas quem ficou, ficou. (MARCOS).

3.3 – Nível de consciência antes e depois da luta pela terra.

Para avaliar a consciência dos assentados antes e depois da luta pela terra, analisou-se qual era o pensamento antes e depois de entrar para o movimento de luta pela terra. O trabalhador Antônio no seu relato salienta que:

Quando pensávamos ir para o acampamento, achávamos que era fácil, que a pessoa chegava e já conseguia a terra. Todos falavam que o governo estava dando terra, mas na realidade não era isso, era uma luta que iniciava naquele momento e não sabia quanto tempo ia durar, no caso antes eu achava que o governo estava cortando as terras e dando pro pessoal, foi uma luta muito difícil.

Felipe também relata o seu pensamento:

Nós não tínhamos condições de comprar uma terra, pensávamos que só trabalhar de ameia e vendendo milho não íamos conseguir nada, e sempre que plantávamos e vendíamos tínhamos que dar metade para o patrão e quase não sobrava nada.

Os trabalhadores avaliaram o processo de luta a partir da ocupação pela terra. Antônio nos diz:

No caso valeu a pena, porque se não tivéssemos lutado, dinheiro pra comprar um pedaço de chão não tinha, e hoje nós temos, não é bom, mas tiro o dinheiro pra sustentar minha família, porque tem vários obstáculos, tem problema de água, do clima, nossa dificuldade é que o pessoal é acostumado a plantar agricultura que é arroz, feijão, milho e algodão e tivemos que acostumar com outro trabalho que é mexer com gado, tivemos que mudar, teve gente que abandonou suas terras, mas daí eu tiro meu sustento, meus filhos conseguiram estudar. Pra mim é uma riqueza que eu não sei nem como agradecer a Deus, sempre tive um sonho, mas graças a Deus vai se concretizando.

Marcos, também dá a sua contribuição:

Pra mim foi muito valoroso, muitas pessoas dizem que essa terra não produz, mas se chover bem ela produz, então aqui nos já colhemos muitas coisas, milho, algodão, arroz... hoje já está mais difícil, então temos que dar valor na questão, depois que pegou o lote eu não tenho a mínima intenção de dizer que desanimei, aqui foi onde Deus nos ajudou a refazer a vida, se eu tivesse por aí em fazenda, eu não conseguiria ter a minha casa, eu dou muito valor à minha luta.

Após a conquista da terra, os trabalhadores relatam que não pretendem sair da terra, reconhecem que no momento conseguem tirar o seu sustento e não pretendem vender o lote. Dessa forma, Antônio nos diz:

É uma caminhada que eu penso assim, é um lugar de onde tiramos o sustento e temos que preservar aquilo ali pra meus filhos e é daí que tiro o sustento e não pode de maneira nenhuma vender, porque se vender às vezes a pessoa pensa que vai ganhar dinheiro, porque recebe aquele valor que ele tá recebendo no momento, mas na verdade aquilo ali não dá pra ele fazer nada, e ele jogou fora o que ele poderia tirar o sustento dele. E pra mim não tem dinheiro que pague, tenho que valorizar muito, porque é dali que tiro dinheiro para comer, beber. Muitas pessoas vendem e vão embora, mas eu já aconselhei muitas pessoas que no momento que eles pensam em se mudar, acham que ali está ruim, mas somos felizes e não sabemos, ele pode se mudar ou vender, mas talvez não é aquilo que ele pensava que é.

Felipe também nos dá a sua contribuição:

Eu acredito que valeu a pena porque quando eu entrei aqui, meu filho mais novo tinha 4 anos e o outro estava com 18 dias e depois nasceu outra menina aqui. Consigo sustentar minha família aqui e graças a Deus até hoje dá pra manter tranquilo, eu não tenho dinheiro, mas posso produzir aqui e com tudo isso dá pra sobreviver. Eu ainda tenho um pedaço de terra pra plantar, mas o lugar não é um lugar igual no Paraná, o clima aqui é muito forte, tem dia que tá seco tem dia que tá muito sol, tem anos que você ganha um dinheiro e no outro ano não dá, porque a seca está muito forte. Mas isso aí é de Deus e nós não podemos fazer nada.

Com relação à questão educativa, é uma prática da Comissão Pastoral da Terra, organizar os grupos de trabalhos ou equipes como: a de saúde, alimentação, educação, de reivindicação. Neste sentido, os líderes dos grupos corriam atrás de suas responsabilidades para o bom andamento do acampamento. Na Comissão Pastoral da Terra, a agente de pastoral Sara nos reporta que:

Quando as famílias decidiam acampar, aí a gente organizava várias comissões, de saúde e também liderança, para reivindicação, e formar liderança para a educação no acampamento e esses educadores, nós chamamos de educadores populares, que eles eram voluntários, a Irmã coordenava, ela formou um grupo, aí veio o Instituto Fé e alegria de Cuiabá que deu a primeira capacitação na região de Caarapó e a partir daí nós começamos a organizar a educação dentro do assentamento e esses professores que [eram filhos] dos que estavam [acampados tinham] o curso e já naquela época dentro da pedagogia de Paulo Freire e começava a fazer dentro do acampamento, tinha um galpão, que era comunitário e dava aula ali, no período de acampamento.

Dentro do movimento se percebe a preocupação com a questão educativa, uma vez que faz parte de todo o movimento a constante formação, conscientização de seus direitos e a escola para as crianças dentro de uma pedagogia do campo, fortalecendo, dessa forma, o movimento de luta pela terra.

Depois, o outro grupo foi fortalecendo, aí eles conseguiram o recurso para fazer a formação de Magistério, os professores que eram leigos, e aí teve o magistério de férias e essas lideranças vinham e faziam o curso magistério de férias e quando eram assentados continuam com magistério de férias. E foi se constituindo e foram construindo os barracos nos assentamentos e os professores faziam o curso, davam aulas como leigo. Aí esse grupo que a Irmã Olga coordenava [fazia] o curso magistério de férias. (SARA).

No início não se tinha uma política de formação para os professores por parte da Secretaria Municipal de Educação. Foram iniciativas dos movimentos que garantiram parcerias e convênio para se ter uma educação voltada para o campo, ou seja, preparar professores para atuar dentro dos assentamentos. De início todos eram professores leigos.

Depois voltavam para o assentamento e começava a dar aulas, depois eles se engajaram no processo do município, fizeram concurso pro município, aqui na região do Taquaral, mesmo tempo de curso e depois voltavam para o assentamento e [começavam] a dar aula e depois e fizeram concurso na região Taquaral mesmo. Os professores começaram como leigos, depois fizeram o magistério de férias, pra nível de ensino médio, depois eles já entraram no município e foram contratados e posteriormente fizeram o concurso e a prefeitura junto com esse grupo que coordenava e educação teve um papel fundamental também na articulação pra reivindicar a questão da qualidade da educação nos assentamentos e muitos deles fizeram pedagogia também de férias e hoje é um grande grupo de professor do mesmo local que dava aula. (SARA).

Por causa desta formação de professores através do magistério de férias, convênio este firmado entre o governo do estado e os movimentos sociais é que os professores foram se formando e possibilitando assim concorrerem a uma vaga no magistério através de concurso público, contribuindo assim na luta pela terra.

Depois que o município, por questão do concurso, [foram] entrando pessoas da cidade pra dar aula no assentamento, podemos citar hoje o Josué na época da luta pela terra no Taquaral. Acho que é um exemplo e podemos citar, um exemplo que deu certo, o Josué ele era criança quando eu o acompanhava hoje ele já fez mestrado e/ e uma pessoa que está muito engajada e tá atuando no assentamento, ele é professor no assentamento Taquaral, como tem o Teófilo, a Tânia, Salomé e todos estes que eu citei tem mais alguns o... o Éder , o professor Heraldo , são todos dessa luta, são filhos dessa luta pela terra que cresceram e estudaram com esse curso de magistério que fizeram e hoje todos eles tem pedagogia e hoje estão atuando dentro do assentamento ainda como professor. A Vilma veio posteriormente, ela é assentada da região de Dourados, tem a Rute que foi diretora da escola, ela é assentada, o Teófilo que é o atual diretor, ele é da luta pela terra, formou nesse processo aí e hoje é diretor, o Josué assume hoje o papel de coordenador do assentamento, então a educação ficou uma luta bem interessante, foi difícil, mas sem a articulação e a luta pra a questão da formação exigindo a qualidade do ensino no assentamento, foi muito importante e continua sendo importante pela atuação deles lá. (SARA).

A ex-agente de pastoral, Madalena, também nos diz:

Eu acho que é... primeiro a luta pelos direitos sempre foi uma prática da pastoral de que o pessoal conhecessem os seus direitos e exigissem os seus direitos, depois eu acho que todo o processo para que eles ficassem unidos foi o trabalho relacionado à questão religiosa, também, né, a questão da pastoral, a questão de trabalhar nas comunidades pra que com a questão, que religião fosse um motivo de congregar os trabalhadores rurais para que lutassem por seus direitos e trabalhando também a nível ecumênico porque as pessoas, cada um tem sua religião, né, sua forma de... e trabalhando na área da saúde, formando lideranças na área da saúde também para assumir os problemas que o governo nunca assumia, dentro dos assentamentos, eu acho que, o trabalho também com os jovens, na educação principalmente, a questão de exigir que tivesse educação dentro dos assentamento, a educação escolar que era um direito e que não, eles não tinham acesso né?

3.4 – A formação dos professores leigos

Dada a necessidade de se estudar a relação entre a luta pela terra e a educação os acampamentos e assentamentos é que se partiu para entrevistar cinco professores que se dedicaram à docência, mesmo sem a formação acadêmica, porém engajados na luta pela terra. Eles se viram impulsionados a contribuir primeiro como voluntários, uma vez que a maioria tinha apenas o ensino fundamental, e tinham uma vontade enorme de fortalecer a luta pela terra por meio da educação.

A maioria dos professores entrevistados participaram da luta pela terra na sua região e posteriormente se juntaram em Santo Inácio para virem ao assentamento Taquaral. Apenas Josué que naquele período era adolescente e depois se engajou no grupo da educação.

A professora Rute era a única que já era concursada e atuava na Secretaria Estadual de Educação e relata como foi a luta pela terra até o assentamento Taquaral:

A trajetória é bastante comprida, vou fazer um relato assim, breve. Ela começou desde 1985, quando nossa família, em Dourados, passou por um processo de falência, enquanto, a família arrendava alguns... alguns alqueires de terra de arroz, o meu marido perdeu toda aquela plantação, e ele ficou sem como sobreviver, de acordo com o que ele vinha fazendo antes.

Para sair dessa situação, procuraram se organizar em associações e sindicatos conforme relatou:

E ele não aceitou mais ficar impune, e ele resolveu juntamente com a família, que sofreu muitas situações de adaptações também, a reunir com sindicatos da época, né, e reunir, quando surgiu na época alguns movimentos, e convidavam pessoas, né, e ele foi um dos que procurou esse sindicato e entrou na... Na luta pela reforma agrária, onde acampamos. Aos poucos a gente foi aceitando a idéia, de que ele, muito revoltado, ele não quis mais trabalhar como mecânico, porque ele não tinha mais pelo menos uma chave pra... Pra poder recomeçar o trabalho. Então, ele entrou no grupo, de... Da luta pela reforma agrária e fomos para o acampamento, ora eu ia pro acampamento, ora eu ficava, era professora efetiva do estado, trabalhava na escola Tancredo Neves, no Parque das Nações o primeiro plano Dourados. E os meus filhos ainda eram pequenos... Estavam estudando, e nós encaramos essa luta vindo, ficando algum tempo em Dourados em acampamento, se juntando a mais 12 municípios, viemos para Santo Inácio, hoje Marcos Freire, na região de Anastácio, ou seja, Dois Irmãos, como foi dividido logo após a chegada. (ibid.).

O professor Josué era adolescente no período do acampamento, porém relata alguma parte da luta pela terra:

No início, eu fui para o acampamento quando eu tinha 14 anos, meus pais moravam em Dourados, eles trabalhavam como bóia-fria, diarista, arrendatário, e nos anos 80, devido ao processo de luta pela reforma agrária, meu pai, resolveu entrar no acampamento, em 86. Em maio de 86, onde acampamos com mais ou menos, quase 200 famílias na cidade de Dourados, na época do governo Marcelo Miranda, e isso, o presidente era Sarney. Fomos para o acampamento, ficamos 2 anos, quase 2 anos acampados em Dourados. Nesse processo, a gente ficou um tempo em Dourados, depois fomos transferidos pra Santo Inácio, em Dois Irmãos do Buriti, onde ficamos acampados, mais ou menos uns 3 anos. E durante esse processo que ficamos acampados em Santo Inácio, às margens do córrego dos Dois Irmãos de Buriti, a gente fez muitas mobilizações, muitas manifestações, chegamos até a ocupar ocupações de algumas áreas, para que o governo de fato fizesse a distribuição da terra.

Durante o acampamento já havia a preocupação com a educação, uma vez que eram muitas crianças e que precisavam estudar, porém, a saída foi trabalhar com professores voluntários e leigos que eram capacitados para poderem atuar como professores, como nos relata a professora Rute:

E lá nós passamos algum tempo, fazendo um trabalho de organização, capacitando professores. Eu sendo professora formada da época, eu procurei Anastácio através das irmãs [...] e outros padres, e voluntários também que se juntaram a nós, e nós tínhamos uma organização com os professores leigos. A maioria dos professores eram leigos, e tinha, funcionava a sala de aula debaixo de barracos de lona, muitas vezes cercados de pau a pique, chão batido, e cada... cada representação de municípios, cada comunidade de municípios tinha uma escola, onde nós, eu como professora, me juntava à equipe de força, de luta, junto à CPT, junto a outras igrejas, juntos a outros movimentos, nós fizemos muitas capacitações, e esses professores eram treinados pra dar aulas, sendo leigos, eles tinham muita dificuldade, e eu me sentava muitas vezes com os professores pra fazer tipo, assim um treinamento, né, um a um, série por série, professores que, [eram] muitos alunos, muitos mil alunos, nós tínhamos no nosso assentamento, e cada... Cada lugar, onde [funcionavam] as escolas, [funcionavam] todas as séries iniciais. E os alunos de 5 a 8, eles foram ficando parados, porque não tinha como continuar, porque a quantidade de professores preparados pra trabalhar, só tínhamos suficiente pra educação infantil, até a quarta série.

Após um longo percurso até chegar ao assentamento Taquaral, que não foi o fim e sim o início de um longo trabalho, uma vez que, a partir de agora tinha que organizar primeiramente a educação, num lugar que não tinha nada, só mata, os assentados se uniram e construíram a primeira escola, para marcar o início de um longo trabalho a ser desenvolvido, uma vez que deveriam procurar professores voluntários e leigos, pois a maioria só tinha o ensino fundamental.

A professora Rute no seu relato nos diz como foi a implantação da escola no acampamento Taquaral com uma riqueza de detalhes:

Nós pretendíamos na época vir pra Corumbá. E viemos pra Corumbá e aqui, no início foi bastante difícil, em 1989, praticamente de 85 até 89 na luta. Em 89 nós chegamos em Corumbá, e ficamos aqui, mais de ano também, em regime de acampamento, onde as escolas também eram de lona, palha, lona, pau a pique e chão batido. E aqui surgiram eu, como professora, continuei acompanhando, trabalhava no estado num período, e junto ao estado, nós tínhamos os professores, a mesma equipe que acompanhava nossos trabalhos, que ajudava na coordenação dos nossos trabalhos, em Marcos Freire, em Santo Inácio, nós continuamos juntos, aqui em Corumbá. Principalmente, a Irmã , ela nos deu uma assistência muito grande, hoje temos ela na lembrança, de que ela será eternamente lembrada por todos nós. Tivemos aqui em Corumbá também ajuda, uma ajuda muito grande através do CPT de Corumbá, onde funcionava a pastoral da terra, e o apoio político né, da, nós, da CPT, pastoral da terra, a irmã que vinha através de outros movimentos, tivemos outros padres [...].

A professora Rute passou a exercer no Taquaral o papel de coordenadora pedagógica e ressalta como tudo começou num lugar que não tinha nada, porém uma enorme vontade de se trabalhar:

Nós fundamos a escola da Caixa d'Água, e nessa escola, em 1990, nós demos o pontapé inicial, onde começou a funcionar a quinta série. E muito lembrados, temos foto, temos hoje já gravados em CD, registro muito importante, e a escola, ela era pra atender de primeira a oitava série, e essa escola no primeiro ano ela funcionou com o pagamento feito pelo Estado, através da professora Augusta, e a parte administrativa, com o convênio com a Secretaria Municipal de Educação, onde ela... Ela propusera na época que nos anos seguintes, ela tomaria conta de todos os tipos de trabalho que viesse pela responsabilidade da prefeitura.

Neste momento várias pessoas foram convidadas para fazerem parte da educação no Taquaral, porém as pessoas não tinham a formação necessária, com isso eram professores leigos. O professor Teófilo diz como começou a trabalhar:

Quando eu cheguei aqui no assentamento, eu tinha oitava série. Nunca... Já fazia mais de 10 anos que eu já tinha parado, já tinha decidido não estudar mais, e eu ia viver da roça, ia viver do sítio, ia viver na... da agricultura mesmo. Não tinha essa pretensão, esse objetivo. E... mas tinha muitas crianças que tinham que dar continuidade as estudos, que eram 394 famílias, e não tinha professor pra dar aulas pra essas crianças. Foram convidados os professores das cidades, só que quando nós chegamos aqui, a gente era considerado baderneiro, invasor de terra, e a gente era desacreditado mesmo, nós não fomos bem vindos aqui no município de Corumbá.

Da mesma forma o professor Josué nos relata como tudo começou:

Então, como eu estava dizendo pra você, é, como eu já tinha a oitava série, e o primeiro ano do magistério, o início do primeiro ano, fui convidado pela professora Maria pra trabalhar como voluntário no assentamento. É, tinha uma turma de jovens e adultos, que queriam ser alfabetizados, queriam aprender a ler e a escrever. Na época era PEB (Programa de Educação Básica), né, que era, né, um, na época esse projeto era um projeto do governo do Estado. E aí, na época, eu comecei a dar aula à noite, na alfabetização de jovens e adultos. Eu tinha 18 anos, recém, eu tinha completado 18 anos, e comecei como voluntário, né, levava o lampião da minha casa, a gente comprava o gás, e dava aula pros adultos. Naquela época, mais ou menos uns trinta alunos, num barraco de pau a pique, coberto de palha e lona, com o lampião a gás, foi quando eu comecei a dar aula no primeiro ano.

O próprio acampamento se preocupou com a educação das crianças. Neste sentido, uma freira tomou a frente junto com uma equipe denominada de ampliada para reivindicar junto ao governo educação para os seus filhos, porém as primeiras iniciativas começaram com a AEC, trabalhando na formação dos que na época eram voluntários para trabalharem na alfabetização das crianças e a noite dos adultos.

Quando as famílias decidiram vir para a área do Taquaral, após 2 meses, inauguraram a escola, um galpão de pau-a-pique coberto com palha e lona preta. Neste dia houve festa para a inauguração com a presença de representante da secretaria estadual de educação.

A constatação é de que todos os que começaram a trabalhar eram professores leigos, como a professora Salomé, que relata também todas as dificuldades pelas quais passaram:

A vida escolar não foi muito fácil não. Toda vez foi dificultosa, né? Na questão do prédio que era de palafita. Quando chovia, a gente ficava na lama. Vento no tempo do frio. A gente sofria muito, mas nunca desistiu porque os pais estavam sempre do nosso lado e estavam sempre procurando um meio para melhorar. Cercava com lona, cercava com palha, as estradas eram ruins, eu tinha que pousar na casa de pais de alunos porque não dava pra voltar pra casa, porque meu lote era longe da escolinha. Então, eu passava a semana lá e quando o INCRA fazia os trabalhos deles aqui eu pegava carona todos os dias e voltava, e quando não, eu tinha que pousar na casa de pais de alunos.

Da mesma forma o professor Mario nos relata sobre o início dos seus trabalhos como professor no assentamento Taquaral:

Eu já comecei a trabalhar como professor, antes de eu chegar aqui em Corumbá. Eu trabalhei, eu me lembro, dois anos no Paraná, dando aulas pra pessoas adultas, antigo Mobral. Isso, eu já tinha essa experiência. Aí quando cheguei no Urucum, tinha um monte conhecido de lá, aí me convidaram pra ir dar aula à noite também, era, já era o, o ensino era o não sei se era o PEB... Uma coisa assim. E aí eu, fiz um cursinho lá em Bonito, e fiquei dando aula à noite. Aí quando eu vinha, depois pro Taquaral, eu fiquei aqui é... morando no sítio, trabalhando, aí surgiu a oportunidade pra [...] dar aula é... no primário. Aí fiquei é... Dando aula como contratado, como convocado.

Diante da necessidade de ter um corpo docente capacitado e que fosse do assentamento, ou seja, professor ligado à luta pela terra, o grupo partiu para aumentar a escolarização através do magistério de férias, uma parceria do

governo do Estado do Mato Grosso do Sul, através da Secretaria Estadual de Educação e os movimentos sociais como, CPT, MST e sindicatos.

Neste sentido, o professor Josué relata um pouco da sua experiência:

Aí dei aula, e nós tínhamos uma equipe que chamava a equipe, um grupo de professores que formavam a equipe ampliada. Dessa equipe ampliada, vários professores, que estavam trabalhando como eu, como voluntário, que tinham uns que tinham a quarta série, outros tinham a oitava, outros o ensino médio incompleto, que começamos a [nos] organizar pra que fosse montado, através do estado, ou através de parcerias com a CPT, com vários movimentos sociais, um curso de formação de professores. Foi quando a gente conseguiu criar, o magistério de férias, que era pra atender naquele momento, os professores que estavam como leigos, nos acampamentos, assentamentos e colônias do Estado.

Josué também nos relata como era o curso magistério de férias:

E, nas férias, no mês de junho, de julho, a gente ia pra Campo Grande, e dava continuidade nas aulas, e fazia trabalhos que eram trabalhos que valiam como provas, aqui no assentamento, durante este intervalo que a gente tava ministrando aula no assentamento. E nisso, fiz, durante 3 anos, um curso do magistério, terminei em 94.

O importante é que com a conclusão do curso de magistério de férias foi possível concorrer ao concurso na rede municipal de educação e Josué foi aprovado e valorizado também financeiramente, como nos confirma:

Em 94, no decorrer desse processo do estudo, eu consegui prestar concurso na prefeitura. Na época eu não tinha concluído o magistério, eu fiz o concurso pra Regente Auxiliar, como eram chamados, como recebia o nosso salário como Regente Auxiliar, e na época dava menos de um salário mínimo. A gente não era professor formado, né, não tinha formação. Fiz o concurso, passei, após ter terminado o magistério, entrei com o certificado, e passei a ser reconhecido como professor de magistério. Trabalhei mais um tempo, de 94, trabalhei uns seis, sete anos, como professor de magistério. Na época nós tínhamos feito um compromisso, com a é... com o pessoal do magistério de férias, que quem quisesse o magistério, ia continuar dando aula, e militando no assentamento, era um compromisso que a Irmã Olga cobrava da gente e, no caso, era uma ideologia que a gente tinha de [estar] tentando melhorar, né, a trajetória, a questão da luta e a educação do assentamento.

Posteriormente foi criado o curso de Pedagogia de férias, também em parceria entre o governo e movimentos sociais,

Depois prestei vestibular na federal para o curso de História, passei, mas devido às dificuldades, não consegui concluir o curso. Acabei desistindo, e em 99, prestei vestibular pra, em Pedagogia, onde fui aprovado, e aí gente conseguiu o curso de Pedagogia, uma formação, de um curso de formação de professores em serviço, do governo federal, que na época foi feito na Universidade Federal de

Aquidauana. Entrei 2000, 2004, onde terminamos o curso, que era um curso também que a gente tinha aula durante as férias, e continuava dando aula no assentamento, durante o período letivo. E fazia disciplina, lá na universidade, e voltava com atividades, pra fazer no assentamento durante o decorrer do ano letivo, com nossos alunos. (JOSUÉ).

Assim como o professor Josué, vários outros professores que não tinham o curso superior acabaram cursando a pedagogia de férias podendo crescer na carreira funcional do magistério. É importante registrar que o Josué em 2010 concluiu o Curso de mestrado em educação, podendo, dessa forma, contribuir mais com a educação no assentamento Taquaral.

Para implantar a educação, precisava-se continuar a formação profissional. Foi quando a Comissão Pastoral da Terra, junto com outros movimentos e a secretaria estadual de educação firmaram um convênio para o magistério de férias, com o apoio do município, uma vez que os professores se deslocavam para Campo Grande no período de férias, em julho e janeiro, em várias etapas para conseguirem o ensino médio.

Os professores tinham o compromisso de se formar e continuar no assentamento trabalhando na educação e contribuindo na luta pela terra e, com o decorrer do tempo, participaram de concurso público municipal e foram aprovados.

Porém, a LDB exigia que todos os professores que atuavam na educação deveriam ter o ensino superior. Dessa forma, foi elaborado, junto com a UFMS, um convênio para a pedagogia de férias. Da mesma forma, foi realizado nos meses de julho e janeiro e o município contribuía com o transporte até a cidade de Aquidauana e os professores com a alimentação como mandioca, milho, abóbora e outros.

O assentamento Taquaral começava a ter o seu corpo docente com professores que na sua juventude estavam envolvidos na luta pela terra e hoje continuam já como professores, contribuindo na luta pela terra e reforçando para que se estruture uma educação no campo, uma pedagogia diferenciada para que as crianças desde cedo percebam a importância do assentamento e consigam manter os jovens na terra, onde puderam continuar os estudos nas EFAs (Escolas Famílias Agrícolas), que tem as etapas de escola e tempo de

comunidades, para aplicarem tudo o que se estuda no lote junto com os seus familiares.

No relato de todos os professores está presente a importância da escola nos encaminhamento dos problemas do assentamento tanto para manter os jovens na terra quanto nos problemas do assentamento como água, estradas, energia, saúde e produção. O Professor Josué salienta que:

Ah, a educação, ela é muito importante, porque ela consegue fazer uma relação, entre o que nós somos e o que nós temos. É importante, uma frase de um líder, que era uma liderança nossa dizia: é, conquistar só a terra, não é tão importante, o importante é conseguir permanecer em cima dessa terra. E pra gente permanecer em cima dessa terra, a gente tem que ter outros direitos. E esses direitos a gente consegue, ou conquista, com conhecimentos, e eu acredito que essa educação, a importância dessa educação foi isso, foi criar uma outra possibilidade, que nossos filhos, pais, alunos do assentamento, pudessem conquistar outras aberturas, principalmente na área da educação. Ter o direito a aprender a ler, a escrever, é mesmo... conseguir, continuar os estudos, fazer um ensino médio ou entrar na universidade, então as possibilidades da educação são muitas. Lutar pela própria saúde, conhecer seus direitos, né, seus deveres, criar responsabilidades, compromisso com a comunidade, então, a educação ela tem [que ser] enfatizada, é uma luta muito maior do que a luta pela terra, porque ela cria outros direitos.

O professor Mário relata os pequenos projetos que a escola proporciona para ser trabalhado no lote com a sua família:

Nós temos aqui, os projetinhos da escola, e possa ser que ele possa ajudar os nossos alunos, os nossos jovens a permanecer aqui na terra. Nós temos projetinhos do viveiro de mudas, o projeto de viveiros, incentiva eles a fazer a muda. Tem o projeto da horta também, que a gente trata diversidade de sementes, de vários tipos de plantio, e aí o aluno, além de ele, trabalhar na horta aqui, ele, fazer a sua atividade na horta, tanto ela pedagógica, ele também, leva a mudinha dele pra casa. Ele pode fazer também a hortinha dele em casa, vê que ali ele tá aprendendo. Também temos o minhocário o minhocário também que ajuda muito a criança a trabalhar com a terra. E ele também pode levar a minhoca pra casa pra fazer seu próprio minhocario.

Hoje vários filhos dos assentados já estão fazendo Curso Superior como pedagogia, biologia e outros que estão cursando na região de Dourados na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourado), curso de Ciências Sociais, através do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Portanto, percebe-se que terra e educação são bandeiras de lutas que os trabalhadores e organizações dos movimentos sociais impunham para

democratizar a terra e garantir educação de qualidade e gratuita para todos os assentados, contribuindo assim para a permanência na terra. Na próxima parte serão apresentadas as considerações finais da dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar a luta pela terra no Taquaral em Corumbá-MS, desde a sua origem, passando dos seus municípios de acampamentos, assentamento provisório Marcos Freire até o assentamento Taquaral. Objetivou também analisar a formação dos professores leigos que começaram a atuar nos acampamento até o assentamento Taquaral.

A questão principal foi levantar a trajetória de luta dos trabalhadores rurais e inserida nesta a educação como bandeira de luta que os próprios trabalhadores vão assumir como voluntários até a sua profissionalização, contribuindo assim para a luta pela terra.

Neste sentido, a trajetória dos trabalhadores rurais do assentamento Taquaral reflete a longa caminhada dos povos, sejam indígenas, negros libertos ou trabalhadores livres em busca de uma terra para plantar e tirar o sustento de suas famílias.

No estudo se percebe que o Brasil foi marcado desde o seu início por concessões de terras para serem exploradas. Dessa forma, se usava a mão de obra de trabalhadores rurais para cercar, formar pastos e expulsá-los.

Os trabalhadores rurais são persistentes e seguem em busca de uma terra para plantar e foi através da organização que conseguiram, historicamente, a começar pelas ligas camponesas no nordeste brasileiro, pelos partidos políticos e posteriormente através dos movimentos sociais organizados.

Com a criação da Comissão Pastoral da Terra em pleno governo militar, a igreja começou a participar dos problemas sociais e através da organização os trabalhadores rurais se levantam para a conquista da terra.

O presente estudo levantou a problemática da terra no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, principalmente a que originou o assentamento Taquaral, desde a região sul onde se originou até Corumbá.

Desde o início da luta pela terra, a educação sempre teve uma atenção especial dos movimentos como a Pastoral da Terra que juntos com outros

parceiros, realizaram um processo de formação para os professores voluntários leigos dos acampamentos.

O estudo evidenciou a longa trajetória para a conquista da terra, trabalhadores que saíram de sua terra de origem, passando por vários acampamentos para conseguir uma terra para morar e tirar o sustento de sua família.

Hoje todos os entrevistados relatam que estão satisfeito com a terra, pois conseguem tirar o sustento de suas famílias, mesmo se dedicando a um tipo de trabalho como o gado leiteiro. Dessa forma, não se diversifica a propriedade, conseqüentemente vende-se o leite e compra-se o resto na cidade. Mesmo assim, percebe-se que um bom número de assentados já se deslocam para a cidade de carro ou de moto.

Com relação à educação, os professores que eram voluntários e leigos hoje já possuem curso superior e são concursados pela Secretaria Municipal de Educação. Os professores nas suas atividades diárias mostram que estão voltadas para as práticas educativas do campo, possuem horta, minhocário, chocadeira, compostagem, porém, não se conseguiu checar sobre a pedagogia adotada pela Secretaria Municipal de Educação se é do campo ou se reproduz a urbana. Contudo, isto pode ser tema para estudo futuros.

Muitos trabalhadores que participaram do processo de ocupação e assentamento faleceram e outros embarcaram em outras lutas, porém os que colaboraram se emocionaram ao contarem a sua história, uns com riqueza de detalhes e datas, outros com ênfase em determinada parte da luta que os marcaram. Todos confirmaram o seu compromisso com a luta na terra, que é constante.

O sonho de ter um lote de terra para morar e plantar, relatado em várias entrevistas dos trabalhadores, se concretizou com muita luta e sacrifício. Hoje, a maioria pode plantar e colher os frutos de sua longa caminhada em busca da terra; não é uma terra de qualidade, porém, conseguem tirar o seu sustento.

Nos dizeres de Roseli Salete Caldart (2004) “nada começa nem termina: continua”. Dessa forma, o presente estudo pode ter continuidade no sentido de movimento seja na parte da escola quanto a sua pedagogia ou na produção de seu sustento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista – UNESP – Presidente Prudente – SP – 2003.

ALVARENGA, Ana Maria. *A Formação do Professor: possibilidades e limites na organização de um Plano de Trabalho Coletivo no Programa de Educação Nacional na Reforma Agrária*. Aleph - Formação dos Profissionais da Educação. Revista Eletrônica do Grupo Aleph, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, ano 2, n. 9, fev./mar. 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/aleph/textos_em_pdf/textos_em_pdf.htm>. Acesso em: 4 jan. 2010.

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. *Metodología de la investigación cuantitativa y cualitativa*. 2.ed. Asunción: ed. do Autor, 2008.

AVELINO JÚNIOR, Francisco José. *A questão da terra em Mato Grosso do Sul: posse/uso e conflitos*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Geografia. São Paulo: [s.n.], 2004.

BALDUÍNO, Tomas. O campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social, In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiro (org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p.19-28.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Miecieslau. História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na Luta pela Terra e para nela permanecer. In. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.p.81-112.

BRASIL, *Estatuto da Terra*. 17 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

CALDART, Roseli Salete. *A escola do campo em movimento. Currículo sem Fronteiras*. Revista para uma Educação crítica e emancipatória. Porto Alegre e Pelotas (Brasil), Minho (Portugal), v. 3, n. 1, pp. 60-81, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1/articles/roseli2.htm>> . Acesso em: 8 jan. 2010.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CEPIS, Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. *Concepção de educação popular do CEPIS*, 2008.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, Documento de Santo Domingo. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993

CPT (Comissão Pastoral da Terra). *História da Comissão Pastoral da Terra em Mato Grosso do Sul (1978 – 1992)*. Campo Grande, 1993. (Mimeo).

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e Contradição*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque *et al.* Atlas dos beneficiários da reforma agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA, v.11, n. 31, 1997p.23-30

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social; In: _____. (Org) *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-29.

FABRINI, João Edmilson. *A Posse e Concentração da Terra no Sul de Mato Grosso do Sul*. In. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *500 anos de luta pela Terra*. São Paulo: Ed. Cultura Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 29 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da Pesquisa Educacional*, 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 69-90.

GAMBOA, Sívio Sánchez. *Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias*. Chapecó: Argos, 2008.

GHEDINI, Cecília Maria. *Educação do campo: História e processo na luta por direitos*. In: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba; MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antônio (orgs.). *Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário*. Dourados-MS: Editora UFGD, 2009.

KOPNIN, P. V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÖWY, Michael. *Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise Marxista*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARCOS, Valério; FABRINI, João Edmilson. *Os Camponeses: e a práxis da produção coletiva*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARSCHNER, Walter. A licenciatura em Ciências sociais prouera-UFGD na perspectiva da educação do campo. In. MENEGAT, Alzira Salete, LOMBA, Marisa de Fátima Farias, MARSCHNER, Walter (orgs.). *Saberes em Construção: Experiências coletivas de sem terras e a Universidade Federal da Grande Dourados*. Dourados: Editora da UFGD, 2009.p.67-68.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2008b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do Pantanal: assentados a lama e na areia (As contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no Assentamento Taquaral/MS)*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Araraquara (SP): [s.n.], 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINOZZO, Ivaneide Terezinha. *Estudo das origens dos assentados do projeto de assentamento Taquaral: um resgate histórico*. Projeto de Iniciação Científica apresentado no Curso de História. Corumbá; UFMS/CEUC, 1996.

MOREIRA, Jairto Moreira. *Professores do Assentamento Taquaral: A Trajetória de luta pela Terra e Educação*. Tese (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Campo Grande (MS), 2010.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). *Programa de Reforma Agrária. Cadernos de Formação nº. 23*. São Paulo: Autor, 1995. p.34.

NOVACK, George. *Introdução à Lógica Marxista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo. FFLCH, 2007.

PISTRAK, M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

POLETTI, Ivo. *A terra e a vida em tempos neoliberais*. In: SECRETARIADO NACIONAL DA CPT: *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 21-69.

POMAR, Wladimir. *Os Latifundiários*. São Paulo: Página 13, 2009.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação – liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

RICCI, Magna. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 a 1840*. *Tempo, IEH/UFF*, Rio de Janeiro, ano 11, v.11, n. 22, jan. 2007. p. 5-30. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v11n22a02.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2011.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROSENTAL, M. M.; STRAKS, G. M. *Categorías del Materialismo Dialéctico*. México: Grijalbo, 1960.

RUMMEL, Francis J. *Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação*. Porto Alegre: Globo, 1974.

SANTOS, José Vicente Tavares. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Tânia Paula. *As formas organizacionais de produção dos camponeses Assentados no Município de Batayporã/MS*. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente (SP), 2004.

_____. *Reforma Agrária e Educação: A realidade dos Assentamentos Rurais em Mato Grosso do Sul*. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (org.). *A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. p.291-322.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

SOUZA, Maria Antônia, *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas*. Dissertação (Mestrado). Universidade Tuiuti de Curitiba, PR. 2009a.

_____. *O movimento da educação do campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de políticas públicas*. EccoS, São Paulo, v. II, n. 1, p. 39-56, jan./jun. 2009b.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: O Debate Tradicional: 1500-1960*, Caderno 1. São Paulo. Expressão Popular, 2005a.

_____. *A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas:1954-1964*, Caderno 4. São Paulo. Expressão Popular, 2005b.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez, *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E CATEGORIAS DE ANÁLISES ROTEIRO DOS TRABALHADORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS PANTANAL – CORUMBÁ – MS
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO SOCIAL

- 1) História – Antes de entrar no movimento e durante o acampamento.
 - a) Qual era a sua ocupação antes de entrar no movimento?
 - b) Descreva sua trajetória de luta pela terra.

- 2) Condições concretas da luta pela terra.
 - a) Por que decidiu entrar na luta pela terra?
 - b) Como se organizaram para entrar na luta pela terra?
 - c) Houve conflitos com os proprietários da terra?
 - d) Como se deu o processo de ocupação das terras do Taquaral?

- 3) Nível de consciência antes e depois da luta pela terra.
 - a) Qual pensamento tinha antes de entrar para o movimento de luta pela terra?
 - b) Como você avalia o processo de luta a partir da ocupação da terra?
 - c) Hoje, de posse de um lote, que tipo de pensamento tem?

APÊNDICE 2
ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS PANTANAL – CORUMBÁ – MS
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO SOCIAL

- 1) Como e porque teve início a luta pela terra em Mato Grosso do Sul?
- 2) Quais eram os grupos e o que aconteceu em Santo Inácio?
- 3) Como foi a trajetória de Santo Inácio até o Taquaral?
- 4) Como você avalia a reforma agrária hoje?
- 5) Como se deu a prática educativa na luta pela terra?

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORES

Roteiro de entrevista semi-estruturada para professores do Assentamento Taquaral

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS PANTANAL – CORUMBÁ – MS
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO SOCIAL**

- 1) Descreva a sua trajetória de luta pela terra no assentamento Taquaral.
- 2) Como foi a sua vida escolar no assentamento e o que levou a ser professor?
- 3) Como se deu a sua formação profissional (magistério e ensino superior)?
- 4) Para você qual a importância da luta pela terra do assentamento Taquaral?
- 5) Para você qual a importância da Educação na Luta pela terra hoje?
- 6) Como articular hoje a Educação com os problemas do assentamento Taquaral?

APÊNDICE 4

QUADRO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS PANTANAL – CORUMBÁ – MS
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO SOCIAL

NOME	QUALIFICAÇÃO
MORADORES DA AGROVILA	
Antônio	Natural de Cambé – PR, 55 anos, morador do lote 225 da Agrovila II, pertenceu ao grupo dos Brasiguaios, acampou em El Dourado e depois foi para o assentamento provisório de Santo Inácio em Anastácio.
Marcos	Natural de Acopiara – CE, 56 anos, morador do lote 237 da Agrovila II, em 25/12/1959 embarcou de Igatu –CE para Araçatuba em São Paulo. 13/08/1972 chega com a família em Glória de Dourados que em 10/05/1986 acampou em Jateí que posteriormente foi para o assentamento provisório de Santo Inácio em anastácio.
Brás	Natural de Martinópolis – SP, 56 anos, morador do lote 290 da Agrovila I, em 1960 chegou em Glória de Dourados onde como arrendatário cultiva Algodão, amendoim, milho e feijão, em 1967 foi para Deodópolis , em 1986 participando no Sindicato resolve acampar em Jateí
Ester	Natural de Monte Azul – Minas Gerais, 65 anos, moradora do lote 240 da Agrovila II, foi criada em São Paulo capital, posteriormente foi para Cascavel no Paraná e por último para o Paraguai, com objetivo de conseguir um pedaço de terra para trabalhar e tirar o sustento de sua família. Atuou como agente de saúde , participando dos curso e encontros da Comissão Pastoral da Terra, para atender os acampados, principalmente as crianças e idosos. Além disso atuou como animadora de comunidade, a pessoa que organiza as celebrações religiosas, círculos bíblicos e cantos para animar as pessoas para a luta pela terra.

Felipe	Natural de Minas Novas - MG, 54 anos, morador do lote 119 da Agrovila III, com 15 anos foi para Capitão Leonidas de Marques no Paraná, em 1975 foi para o Paraguai no Porto A Bela que posteriormente acampa em El Dourados.
Tereza	Natural de Minas Novas – MG, 46 anos, moradora do lote 119 da Agrovila III, em 1975 foi para o Paraguai no Porto A Bela, depois de serem expulsos , acampam em El Dourados, para posteriormente irem para o Acampamento Provisório de Santo Inácio em Anastácio.
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA	
Madalena	Natural de Parai, no Rio Grande do Sul, 49 anos , casada, 2 filhos membro da Comissão Pastoral da Terra desde 1982, iniciou o seu trabalho na cidade de Naviraí na região Dourados, acompanhou o acampamento padroeira do Brasil, em dois Irmão do Buriti, região de Jardim, retornou para Mundo Novo para acompanhar os Brasiguaio e posteriormente acompanhou os acampados no assentamento provisório de Santo Inácio em Anastácio até a transferência para a Cidade de Corumbá-MS. Atuou na Comissão Pastoral da Terra até o ano de 1996.
Sara	Natural de Bom Jardim de Goiás, 47 anos, casada, 3 filhos, Membro da Comissão Pastoral da Terra, desde 1985, iniciou o seu trabalho na região de Naviraí , morou no acampamento El Dourado e fez visitas aos acampados em Santo Inácio em Anastácio , onde estavam os 13 acampamentos e em 1989 acompanhou as famílias até a cidade de Corumbá para acamparem no Taquaral, formando a equipe local da Comissão Pastoral da Terra de Corumbá.
PROFESSORES LEIGOS	
Josué	Morador do assentamento taquaral, lote 292, Agrovila II, trinta e nove anos, dois filhos. Atualmente, professor concursado em 40 horas da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá, lotado na Escola Municipal Monte Azul. No período matutino atua como professor da educação infantil e à tarde como professor-coordenador . Começou a sua atividade como professor leigo, posteriormente foi se capacitando e cursou o magisterio de férias e o curso de

	pedagogia de férias.Em 2010 concluiu o curso de mestrado pela UCDB.
Mário	Morador do lote 26 da agrovila III, cinquenta anos de idade, começou como professor leigo, posteriormente cursou o magistério de férias e em 2010 terminou o curso superior em Pedagogia pela EADCOM. Atua como professor convocado por 40horas na Escola Monte Azul.
Rute	Moradora do lote 90 da Agrovila III, cinquenta e seis anos, professora aposentada de 20 horas da secretaria estadual de educação e na ativa em 20horas pela Secretaria Municipal de Educação de Corumbá.Começou sua atividade como coordenadora, uma vez que já era funcionária da secretaria estadual de educação e acompanhou os professores leigos na sua formação no curso de magistério de férias e pedagogia de férias em parceria dos movimentos sociais com o governo do Estado
Salomé	Moradora do lote nº 158 da Agrovila II, quarenta e oito anos de idade, professora leiga desde 1989, quando chegou no assentamento taquaral e posteriormente em 1994 através do Curso Logos, através de Módulos concluiu o ensino médio e em 2004 concluiu o curso superior pedagogia de férias, em seguida pós-graduação em gestão educacional e atualmente cursando o Mestrado em ciência da Educação.atualmente é professora efetiva por 20horas e lotada na escola Monte Azul no período matutino.
Teófilo	Morador do lote 223 da Agrovila II do assentamento Taquaral. Começou a sua atividade como professor leigo, posteriormente cursou o magistério de férias e pedagogia de férias , cursado por 40 horas pela Secretaria Municipal de Educação, exercendo atualmente a função de diretor da escola monte azul.